

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

A CANDIDATURA DO CONJUNTO DE FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS A
PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO: ANÁLISE DO DISCURSO PATRIMONIAL
MILITAR NO BRASIL

ALESSANDRO PEREIRA DE OLIVEIRA

Joinville/SC

2019

ALESSANDRO PEREIRA DE OLIVEIRA

A CANDIDATURA DO CONJUNTO DE FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS A
PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO: A ANÁLISE DO DISCURSO PATRIMONIAL
MILITAR NO BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), como objetivo parcial para obtenção do título de mestre. Orientadora: Professora Doutora Luana de Carvalho Silva Gusso. Coorientador: Professor Doutor Felipe Borborema Cunha Lima.

JOINVILLE

2019

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Oliveira, Alessandro Pereira de

O48c A candidatura do conjunto de fortificações brasileiras a patrimônio mundial da UNESCO: a análise do discurso patrimonial militar no Brasil / Alessandro Pereira de Oliveira ; orientadora Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso ; co-orientador Dr. Felipe Borborema Cunha Lima. – Joinville: UNIVILLE, 2018.

117 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

– Universidade da Região de Joinville)

1. Patrimônio mundial – Brasil. 2. Fortificações - Brasil. 3. UNESCO. 4. Patrimônio cultural I. Gusso, Luana de Carvalho Silva (orient.). II. Lima, Felipe Borborema Cunha (coorient.). Título.

CDD 363.69

Elaborada por Ana Paula Blaskovski Kuchnir – CRB-14/1401

Termo de Aprovação

“A Candidatura do Conjunto de Fortificações Brasileiras a Patrimônio Mundial da UNESCO: A Análise do Discurso Patrimonial Militar no Brasil”


por

Alessandro Pereira de Oliveira

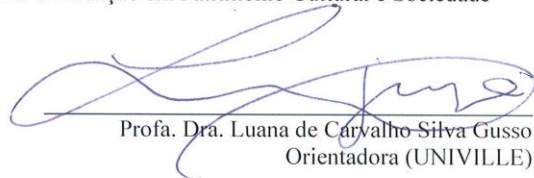
Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.

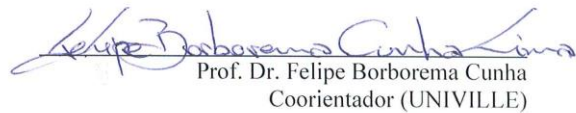

Prof. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. Felipe Borborema Cunha Lima
Coorientador (UNIVILLE)

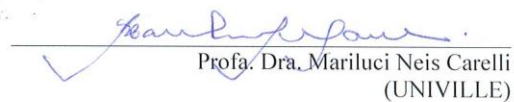

Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

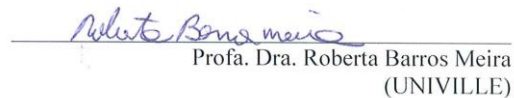
Banca Examinadora:


Prof. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
Orientadora (UNIVILLE)


Prof. Dr. Felipe Borborema Cunha Lima
Coorientador (UNIVILLE)


Prof. Dr. Gustavo Silveira Siqueira
(UERJ)


Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli
(UNIVILLE)


Prof. Dra. Roberta Barros Meira
(UNIVILLE)

Joinville, 14 de fevereiro de 2019.

Ao D'us de Abraão, Isaque e Jacó.

AGRADECIMENTOS

Inicio os meus agradecimentos ao autor da vida, a D'us, pelo que ele representa na minha vida e pela força que me deu nos períodos de luta e adversidades que tive nessa trajetória. Assim como cito o Rei Davi no livro dos Salmos 18: *“D'us é o meu rochedo, e o meu lugar forte, e nele confiarei”*.

Esse é um momento muito especial, que coroa dois anos de caminhada, e eu não poderia deixar de apontar algumas pessoas que foram fundamentais para mim nesse percurso. Meus sinceros agradecimentos à minha esposa, Keyti Oliveira, pelo amor e, sobretudo, o apoio e a compreensão, principalmente nos momentos de renúncia ao lazer em prol dos estudos para a confecção da pesquisa; aos meus pais, José Carlos e Fatima Oliveira, e minha avó Edy Duarte, o apoio e suporte incondicional que me deram nessa jornada. Vocês fazem parte desta conquista.

Meu muito obrigado aos meus irmãos, especialmente ao Alexsander Oliveira, que esteve presente em todos os momentos bons e ruins nessa caminhada acadêmica, dando-me sempre uma palavra de incentivo. Minha imensa gratidão à orientadora, professora doutora Luana C. S. Gusso, pela confiança, paciência e cumplicidade na construção deste trabalho e dos artigos científicos, que me proporcionaram viajar por alguns estados do país para apresentá-los. À professora, o meu profundo agradecimento e a referência como profissional. A cada reunião de orientação, incentivava-me e trazia ideias novas para a elaboração desta dissertação. Igualmente, sou grato ao professor doutor Felipe B. Cunha Lima, primeiramente por ter aceitado o convite para coorientar esta pesquisa, os ensinamentos e as aprendizagens no decorrer desses dois anos, que sempre com sua disponibilidade e alegria contagiavam as reuniões de orientação.

Às professoras Roberta Meira e Mariluci Carelli, que na qualificação da pesquisa ajudaram a balizar os rumos deste trabalho.

Estendo minha gratidão a todos os amigos, professores do curso e companheiros do mestrado que de forma indireta contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

*“Se não puder voar, corra. Se não puder correr, ande. Se não puder andar, rasteje, mas continue em frente de qualquer jeito”
(Martin Luther King Jr.).*

RESUMO

O emblema do patrimônio mundial eleva um bem ao reconhecimento internacional e fornece a ele *status* no campo patrimonial, além de essa titulação ser uma distinção simbólica. Esse anseio pelo *status* de patrimônio mundial é amparado, em regra, por países que almejam a chancela de seus patrimônios à visibilidade política, econômica e turística internacional em decorrência da globalização e, quiçá, pelo reconhecimento de uma parcela de poder. Esta pesquisa de mestrado teve como objetivo geral analisar as razões da produção e mobilização do discurso patrimonializador militar sobre o patrimônio cultural, por meio do estudo da candidatura das fortificações brasileiras a patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com base principalmente no documento delineador da candidatura do Recife, a Carta do Recife. Para a confecção do presente trabalho, foram mobilizados os conceitos teóricos de Michel Foucault sobre a análise do discurso, cuja produção dos saberes e cujas regras de elaboração, distribuição e controle dos discursos devem ser elaboradas mediante a praticidade de poder; como também o de Pierre Bourdieu acerca do poder simbólico exercido por meio de produções que funcionam como ferramentas de dominação. Fez-se o trabalho em formato de artigos, e o primeiro texto já foi publicado na revista científica *Geosul*, em dezembro de 2018. Esse artigo propôs-se a analisar a produção do discurso sobre o patrimônio cultural militar com base nas variadas estratégias realizadas pelo exército brasileiro desde os primeiros tombamentos das fortalezas nos marcos temporais de 1937 até as formas de gestão no âmbito do patrimônio cultural implementadas pela instituição em 2017. O segundo artigo problematizou, por intermédio da mobilização do discurso oficial da candidatura das fortificações brasileiras, a corrida ao *status* de patrimônio mundial da Unesco e as suas implicações nos usos e de(usos) do patrimônio cultural. O terceiro texto buscou analisar as estratégias de turistificação envolvidas na candidatura dos fortes de arquitetura militar, como também abordou se o turismo é capaz de se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento local, transformando-se em um instrumento para o estímulo e para a dinamização da região onde o patrimônio está inserido. Estruturada em um viés interdisciplinar, a referida pesquisa utilizou no seu percurso metodológico dados bibliográficos que analisaram as diferentes contribuições científicas. A investigação ocorreu por meio da verificação de livros, artigos, cartas patrimoniais, portarias, leis e teses correlatas ao tema proposto e da análise do discurso, em uma linha francesa, da Carta do Recife. Ao final, chegou-se a algumas conclusões, destacando-se as constatações de que há uma disputa pelo poder do discurso e que a Carta do Recife retrata os diversos atores mobilizados de modo estratégico para a obtenção da chancela do patrimônio mundial. Ainda, viu-se que o discurso produzido sobre o patrimônio cultural militar é mobilizado pelo conceito de cultura na contemporaneidade e adaptado a ele e que o campo turístico tem sido um dos principais campos acionados como sustentáculo na construção do discurso patrimonial que ampara a candidatura dos fortes de arquitetura militar a patrimônio mundial.

Palavras-chave: patrimônio cultural; patrimônio mundial; fortificações; turismo; Unesco.

ABSTRACT

The symbol of world heritage increases the international recognition of a property, and provides a status on the asset; in addition the title is a symbolic distinction. This desire for the official seal is support usually by countries who also want a political international visibility, or economic or touristic from your resources, especially with the globalization, and perhaps, a part of power. This research aim analyzes the production and mobilization of official speeches based on the studies of Brazilians fortifications candidates for World Heritage of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) found on mainly at the document of Recife Charter. It was utilized theoretical concepts from Michel Foucault about the discourse analysis, whose production of knowledge and the rules for the elaboration, distribution and control of discourses should be elaborated from the practicality of power. It was also applied the idea of symbolic power from Pierre Bourdieu being exercised trough symbolic production as an instrument of domination. This work was elaborated using article models, which the first text is already published on the scientific journal, Dossiê Geo Sul, in 2018 December, it was proposed to analyze the production of the discourse on the military cultural heritage based on the several strategies carried out by the Brazilian Army from the first deposits of the fortresses in the timeframes of 1937 to the forms of management in the reach of cultural heritage implemented by the institution in 2017. The second article approach if occurs, in fact, by means of mobilization of the Brazilians discourses forts candidacy, a run to the status of World Heritage from Unesco, and what are your implications on the uses of cultural heritage. The third text purpose is analyze the strategies of “touristification” involved in the application of the military forts architecture as well as the question whether tourism is capable of becoming an instrument for local development, becoming a path to stimulate and boost the region where the heritage it’s is inserted. The methodological approach adopted for this research was a survey of bibliographic data, which investigated the different scientific contributions as the verification of books, articles, heritage charters, ordinances, laws and theses related to the proposed theme, and the analysis of the discourse of the Recife Charter. By the end the research results shows a dispute of the power discourse, and the Recife Chapter, the principle document analyzed represents the several actors organized on a strategic mode to obtain the World Heritage symbol. The discourse produce about the military cultural heritage is adapted to the concept of culture in the contemporaneity, even with the appeal for patriotism and emotions as nationalism, the tourism is one of the reasons add as supporter on the speech construction of military forts candidates for World Heritage.

Keywords: cultural heritage; world heritage; fortification; tourism; Unesco.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Concine – Conselho Nacional de Cinema
CComSEx – Centro de Comunicação Social do Exército
CFSC – Coordenadoria das Fortalezas de Santa Catarina
CDocEX – Centro de Documentação do Exército
CNDA – Conselho Nacional de Direito Autoral
DAC – Diretoria de Assuntos Culturais
Daced – Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos
Daed – Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos
Dipatri – Direito do Patrimônio Cultural: Perspectivas e Desafios para o seu Reconhecimento como Direitos Humanos
DPHCEx – Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
EME – Estado-Maior do Exército
ESG – Escola Superior de Guerra
Embrafilme – Empresa Brasileira de Filmes
Funarte – Fundação Nacional de Arte
Funceb – Fundação Cultural Exército Brasileiro
Icofort – Comitê Científico Internacional sobre Fortificações e Patrimônio Militar
Icomos – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PEEx – Plano Estratégico do Exército
PNC – Plano Nacional de Cultura
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unitwin – University Twinning and Networking Programme
Univille – Universidade da Região de Joinville
VUE – Valor universal excepcional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	15
1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
A PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MILITAR: OS USOS E DESUSOS DOS TOMBAMENTOS DAS FORTALEZAS NO BRASIL 21	
1.1 INTRODUÇÃO	22
1.2 O TOMBAMENTO E O ESPÍRITO NACIONALISTA DE 1937	23
1.3 A MOBILIZAÇÃO DE FORÇAS	27
1.4 OS ANOS 1970	31
1.5 A REDEMOCRATIZAÇÃO DOS ANOS 1990	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
2 A CARTA DO RECIFE E A BUSCA PELA CHANCELA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DAS FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS	46
INTRODUÇÃO	46
2.1 O PATRIMÔNIO MUNDIAL E SUAS PECULIARIDADES	48
2.2 A UNESCO E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO MUNDIAL	51
2.3 O CASO DA CANDIDATURA DOS FORTES BRASILEIROS A PATRIMÔNIO MUNDIAL	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	62

**3 AS IMPLICAÇÕES DO TURISMO NAS FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS
CANDIDATAS A PATRIMÔNIO MUNDIAL.....65**

INTRODUÇÃO65
3.1 O PATRIMÔNIO FORTIFICADO E O TURISMO CULTURAL66
3.2 O CASO DOS FORTES CANDIDATOS A PATRIMÔNIO MUNDIAL NA ÓTICA
DO TURISMO69
3.3 AÇÕES DO TURISMO NOS FORTES75
CONSIDERAÇÕES FINAIS79
REFERÊNCIAS.....80

CONSIDERAÇÕES FINAIS83

REFERÊNCIAS.....85

ANEXOS92

ANEXO 1 – UM ESTUDO SOBRE O MODELO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO
FORTIFICADO DE FLORIANÓPOLIS (SC): SEUS USOS TURÍSTICOS COMO
UMA FORMA DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS93
ANEXO 2 – A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O TURISMO PEDAGÓGICO NAS
FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA COMO ESTRATÉGIAS DE
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MILITAR EM FLORIANÓPOLIS-SC 107

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) e faz parte do projeto de pesquisa Direito do Patrimônio Cultural: Perspectivas e Desafios para o seu Reconhecimento como Direitos Humanos (Dipatri).

Esta dissertação tem como tema a análise do discurso patrimonial militar à luz da candidatura do conjunto de fortificações brasileiras a patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). As matrizes epistemológicas apresentadas no mestrado aliadas às disputas pelo poder do discurso no campo do patrimônio cultural e ao fato de o próprio programa fazer parte da rede internacional de pesquisadores, a Rede University Twinning and Networking Programme (Unitwin), da Cátedra de Patrimônio Cultural, Turismo e Desenvolvimento da Unesco, me impulsionaram a investigar sobre a temática. O interesse pelo assunto surgiu, especificamente, em razão de alguns fatores. Entre eles, estão a intensa movimentação dos entes e da academia em prol da candidatura do conjunto de fortificações brasileiras a patrimônio mundial; a busca por afeição e mobilização social realizada pelos entes, sobretudo o exército brasileiro, em relação à sociedade civil; bem como as estratégias de turistificação desses fortes que têm seguido exemplos de estratégias de outras fortalezas espalhadas pelo mundo que se tornaram patrimônio mundial.

Nessa visão, entendemos, no campo hipotético, que essa aproximação dos militares aos civis, na esfera do patrimônio cultural, sinaliza uma mobilização estratégica dos entes envolvidos em prol da busca pelo *status* do patrimônio mundial e que há um capital político envolto nesse processo da candidatura dos fortes brasileiros.

O campo patrimonial no Brasil no decorrer dos anos tem passado por diversas transformações, e o segmento tem sido alvo de disputas, como também da intensificação dos processos de patrimonialização tanto na esfera regional quanto no âmbito federal. Esse fato está atrelado à onda patrimonializadora pós-convenção da Unesco de 1972, que desencadeou no país um processo de ampliação da visão do patrimônio cultural brasileiro, trazendo um sentido mais universal a alguns bens, como também ressaltando a importância da cooperação na preservação desse processo, que começou a se solidificar com a Carta Magna de 1988, em função dos

artigos 215 e 216, que foram fundamentais para o alargamento do próprio conceito de patrimônio cultural e contribuíram para os processos de preservação e conservação dos bens.

Partindo dessa perspectiva, em abril de 2017 os entes federais, mais especificamente os ministérios da Cultura, do Turismo e da Defesa, elaboraram um documento nomeado de Carta do Recife, cuja assinatura ocorreu no Seminário Internacional de Fortificações, sediado na cidade do Recife (PE), que normatizou as diretrizes e os pressupostos da candidatura de um conjunto de 19 fortificações brasileiras espalhadas em todo o território nacional a patrimônio da humanidade. Essa carta, pragmática de intenções, tem sido o balizador dessa candidatura e auxiliado na construção de interfaces institucionais que, segundo o próprio documento, promove qualificar as iniciativas no campo da preservação, da gestão e do turismo nesses bens patrimoniais.

Essa tomada de posição política dos entes com a assinatura desse documento histórico, que fixa a candidatura desse conjunto patrimonial fortificado e que tem como objetivo principal a chancela da Unesco, mobilizou as instituições estatais no que tange à gestão patrimonial nas esferas civil e militar. Este último segmento tem, no domínio patrimonial, dialogado com as instituições civis em prol dessa patrimonialização. Assim, a Carta do Recife mostra que há um discurso eivado de poder que é produzido na sua materialidade.

Segundo Foucault (2003), o discurso está totalmente vinculado às relações de poder e é nelas que o próprio discurso é formado:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2003, p. 9).

Sob o discurso do patrimônio mundial emergem os mecanismos de poder e de saber no campo patrimonial. A produção dos saberes e as regras de elaboração, distribuição e controle dos discursos devem ser elaboradas por meio da praticidade de poder. O saber e o poder formam, nesse escopo, uma relação intrínseca em um plano de análise que proporcionou a seleção, o controle e a disseminação desse discurso.

Partindo do pressuposto do discurso dessa candidatura dos fortes de arquitetura militar, na linha das contribuições teóricas foucaultianas, no que tange ao saber e poder, visualiza-se, nesta pesquisa, que, se a materialidade do discurso dessa candidatura expressa uma vontade de poder, uma corrida ao *status* do patrimônio mundial pode estar em voga.

Logo, a pesquisa tem como *problema* a ser investigado: “Quais discursos patrimoniais estão sendo mobilizados pelos entes (atores envolvidos) na construção da candidatura das fortificações?”.

Nessa linha o *objetivo geral* do trabalho é analisar as razões da mobilização do discurso patrimonializador militar sobre o patrimônio cultural mediante o estudo do processo de candidatura das fortificações brasileiras a patrimônio mundial.

Para alcançar esse objetivo, contamos com os seguintes *objetivos específicos*:

- Analisar a produção do discurso sobre patrimônio cultural militar, a política cultural do exército e suas diretrizes na contemporaneidade;
- Problematizar, por meio da mobilização do discurso oficial da candidatura dos fortes brasileiros, a corrida ao *status* de patrimônio mundial da Unesco e as suas implicações nos usos e de(usos) desses patrimônios culturais fortificados;
- Analisar as estratégias de turistificação envolvidas na candidatura dos fortes brasileiros de arquitetura militar, como também a mobilização do discurso oficial da candidatura no âmbito do turismo nas fortificações.

1.1 JUSTIFICATIVA

Nessa linha de problematização do discurso oficial da candidatura dos fortes mobilizado pelos atores envolvidos, Foucault (2003) afirma que o discurso só existe na dimensão do real e é no campo dos enunciados que toda a realidade se apresenta. Na premissa desse discurso, ainda conforme a perspectiva do filósofo francês, este nomeia de “vontade de verdade” um dos sistemas de exclusão do discurso que se caracteriza por um tipo de segmentação historicamente construída. Esse sistema exerce sobre os “discursos um poder de coerção, pois demarca, através de todo um aparato composto por documentos, textos, livros etc., o que pode ou deve ser falado” (FOUCAULT, 2003, p. 33).

No campo do patrimônio cultural, no que tange aos seus processos patrimonializadores, ocorre um grande jogo de interesses, ou seja, discursos eivados de simbolismo. Para Bourdieu (1989), o poder não se prende às narrativas; ele está incorporado nas estruturas sociais por intermédio dos mecanismos inconscientes, e a própria sociedade reproduz essas estruturas. O poder chamado pelo sociólogo de simbólico é exercido “através de produções simbólicas que funcionam como instrumentos de dominação” (BOURDIEU, 1989, p. 15). Sobre o poder simbólico, Bourdieu (1989, p. 25) afiança:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.

Em novembro de 2017 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro o Encontro Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar (Icofort Rio 2017). Nesse evento, no qual estive presente, pudemos perceber o quanto as entidades civis e militares, que fazem parte da gestão dos patrimônios fortificados, estão dialogando em prol da candidatura dos fortes a patrimônio mundial, inclusive com profícua participação da academia. Todavia, o discurso, no que se refere à seleção das fortificações que não entraram na lista indicada a patrimônio mundial, foi um dos assuntos mais indagados por acadêmicos e ouvintes que participaram do evento.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), os fortes foram selecionados por critérios como os fatores principais de defesa e de demarcação de território e também pelas condições de gestão e pelo estado de conservação dos fortes, porém há fortificações que possuem tais relevâncias e que são geridos pelo mesmo órgão, contudo que não estão na lista, como é o caso da Fortaleza de São José da Ponta Grossa.

É fundamental ressaltar que o Comitê Científico Internacional sobre Fortificações e Patrimônio Militar (Icofort) é um comitê do International Council on Monuments and Sites (Icomos) e tem como uma das principais missões auxiliar anualmente esse órgão consultivo na avaliação das propostas da lista a patrimônio mundial na categoria fortificações e patrimônio militar.

O exército brasileiro é a instituição com mais fortificações administradas na lista indicativa a patrimônio mundial. Na sua atual política cultural, normatizada pela Portaria n.º 615, de 13 de novembro de 2000, a instituição tem visado projetar a sua imagem a partir de seus valores culturais em relação à sociedade civil. O que se percebe em alguns documentos expedidos pelo próprio exército é uma aproximação, no que diz respeito à cultura, da sociedade civil e de seus órgãos culturais. Além da mudança de sua estrutura organizacional, o exército brasileiro vinculou a área cultural ao seu departamento de comunicação social e de ensino. Essa nova reestruturação do seu organograma ocorreu mediante o Decreto n.º 6.710, de 23 de dezembro de 2008, pelo qual foi extinta a antiga Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) e criada a Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX).

Para entender um pouco essa nova ótica do sistema cultural do exército brasileiro, é essencial recorrer ao Plano Nacional de Cultura (PNC) criado em 1975, no governo do presidente general Ernesto Geisel, com a gestão do ministro da Educação e Cultura Ney Braga. Esse PNC, que fazia parte do então II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), os PNDs do regime militar, foi o plano nacional capaz de nortear a presença do governo federal na área cultural, que até então estava “desaparecida” no governo militar.

O governo militar, com o lançamento desse plano, reconhecia a necessidade de inserir a cultura no seu plano de governo, porém essa ação era vista como uma estratégia por parte dos militares, segundo Silva (2002), de possuir o apoio das classes de intelectuais e artistas ligados à cultura, os mesmos indivíduos que tinham um posicionamento político ideológico ligado à esquerda. Como também era idealizado pela cúpula militar dar início à chamada transição lenta, gradual e segura que retiraria as forças armadas do controle direto do Estado.

Com a criação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), do Conselho Nacional de Cinema (Concine) e da Fundação Nacional de Arte (Funarte) e o lançamento de valorização do folclore brasileiro rememorando a figura ícone da cultura brasileira, Mario de Andrade, o governo dinamizou o setor cultural no país e contribuiu, de certa forma, para avanços na área cultural, apesar do regime ditatorial por que o país era gerido.

Nesse período o exército, conforme o seu organograma, começou a construção do seu setor cultural com o surgimento, em 1973, da Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos (Daed), por meio do Decreto n.º

71.823, de 7 de fevereiro de 1973 (BRASIL, 1973), fruto de uma reorganização do Departamento de Ensino e incumbido de atividades relativas a educação física, desportos e assuntos especiais relacionados à cultura do pessoal do exército.

Em 1980, por conta de uma nova reorganização administrativa, instituiu-se a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (Daced), por intermédio do Decreto n.º 84.608, de 31 de março de 1980, também envolvida no trato de assuntos correlacionados à cultura (BRASIL, 1980). Porém, para Mattos (2018, p. 88), “essa configuração organizacional parece apontar uma visão ainda disfuncional no tratamento da área cultural”. No ano de 1990, pelo Decreto n.º 99.735, de 27 de novembro, em função do redesenho institucional com a proposta de sistematização e formulação de diretrizes, criou-se a DAC. Um dos comandantes dessa diretoria, general Synésio Scofano Fernandes, comenta como era vista a cultura no período de sua gestão:

Quando eu chefei a DAC, a cultura era vista mais como a cultura da história subjetiva, daqueles escritores militares, vários, Tasso Fragoso e outros mais, que escreveram sobre a história vivida por eles. Ela é uma história voltada para as ações bélicas que o Exército tinha participado, a Guerra do Paraguai, as nossas revoluções republicanas, pela questão do patrimônio material dos fortes (*apud* MATTOS, 2018, p. 124).

O processo de institucionalização da cultura no âmbito do exército ganhou novo fôlego com a criação da DPHCEX, por meio do Decreto presidencial n.º 6.710, de 23 de dezembro de 2008, que tem no bojo de suas atribuições a supervisão das atividades e dos eventos do sistema cultural do exército, como também “propor normas para a preservação, utilização e difusão do patrimônio histórico e artístico cultural (material e imaterial) de interesse do Exército” (BRASIL, 2008).

Analisando a posição que a cultura tem alcançado nessa instituição, vemos também no Boletim Especial do Exército n.º 28-14, do Plano Estratégico do Exército 2016-2019, o incentivo ao intercâmbio e à divulgação da cultura institucional. Nesse viés, em entrevista à revista *Da Cultura*, o atual comandante do exército, o general Villas Bôas, considera importante “a implementação de atividades sócio culturais para difundir a cultura militar ao público interno e externo” (*apud* FERNANDES, 2015, p. 7).

Por intermédio da Portaria n.º 615, de 13 de novembro de 2000, a instituição militar elaborou uma normativa para a visita pública aos fortes. Nela, estabeleceu algumas diretrizes para tal abertura à população civil. No escopo dos objetivos do documento, informa que as Forças Armadas pretendem “divulgar junto à população brasileira a imagem de um Exército que se preocupa com a preservação de seu patrimônio histórico” (BRASIL, 2000). Há, porém, uma incongruência nesse documento, pois nas orientações prescritas aos gestores militares ele diz que existem assuntos a serem evitados à imprensa, como “utilização, em qualquer época, das instalações da fortificação como presídio” e com “qualquer acontecimento ali ocorrido e cuja divulgação não seja positiva para a imagem do Exército, desde que não seja um fato histórico marcante” (BRASIL, 2000).

Com a análise de alguns documentos aqui citados, estaria o exército brasileiro, com a mudança no decorrer dos anos do seu setor cultural, de fato institucionalizando a cultura na contemporaneidade e utilizando essa candidatura dos fortes que estão sob sua gerência como forma de ter o reconhecimento da sociedade civil no que tange ao patrimônio militar? E/ou essa candidatura fixa uma corrida ao *status* do patrimônio mundial da humanidade?

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Elaborou-se esta dissertação no formato de artigos. O primeiro deles, “A produção do discurso sobre o patrimônio cultural militar: os usos e desusos dos tombamentos das fortalezas no Brasil”, foi publicado na revista *Geosul* em dezembro de 2018 e sua formatação está conforme as normas do periódico. Esse artigo faz uma análise da produção do discurso sobre o patrimônio cultural militar com referência às diversas estratégias utilizadas pelo exército brasileiro no tombamento dos fortes geridos por essa instituição militar num marco temporal de 1937 a 2017. Desse modo, anseia cumprir o objetivo específico de analisar a formulação do discurso sobre patrimônio cultural militar e a política cultural do exército e suas diretrizes na contemporaneidade.

O segundo artigo interroga, por intermédio da Carta do Recife, documento balizador da candidatura dos fortes, a busca pela chancela do patrimônio mundial e visa atingir o objetivo de problematizar, com base na mobilização do discurso oficial da candidatura dos fortes brasileiros, a corrida ao *status* de patrimônio mundial da

Unesco e as suas implicações nos usos e de(usos) desses patrimônios culturais fortificados.

O terceiro texto buscar examinar as medidas adotadas no processo de turistificação envolvidas na candidatura dos fortes de arquitetura militar e também aborda se o turismo é capaz de se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento local, transformando-se em instrumento para o estímulo e a dinamização da região onde o patrimônio está inserido. Tem-se o intuito aqui de analisar as estratégias de turistificação envolvidas na candidatura dos fortes brasileiros de arquitetura militar, como também investigar a mobilização do discurso oficial da candidatura no âmbito do turismo nas fortificações.

Nos anexos deste trabalho, estão dois artigos que serviram de base e contribuíram para a construção desta dissertação. O primeiro, “Um estudo sobre o modelo de gestão do patrimônio fortificado de Florianópolis (SC): seus usos turísticos como uma forma de efetivação de direitos humanos” foi aceito na *Políticas Culturais em Revista* e se encontra no prelo, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2019. Por sua vez, o segundo artigo, “A educação patrimonial e o turismo pedagógico nas fortalezas da Ilha de Santa Catarina como estratégias de preservação do patrimônio militar em Florianópolis”, foi publicado nos anais do simpósio do Icomos em novembro de 2018.

Com base em uma abordagem interdisciplinar, a referida pesquisa seguiu, no que tange aos seus aspectos metodológicos, um levantamento de dados bibliográficos e documentais que examinaram as diferentes contribuições científicas, como também auxiliaram na compreensão do passado histórico desses fortes, além de servir como referência para se conceber as políticas culturais ocorridas não só no Brasil, como também no mundo. A investigação ocorreu por meio da verificação de livros, artigos, cartas patrimoniais, portarias, leis e teses correlatas ao tema proposto e da análise do discurso da Carta do Recife, documento que norteia a candidatura das fortificações brasileiras a patrimônio mundial.

A produção do discurso sobre o patrimônio cultural militar: os usos e desusos dos tombamentos das fortalezas no Brasil

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa de dissertação em andamento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) cujo tema é a análise do discurso patrimonial militar mobilizado para a candidatura do conjunto de fortificações brasileiras a patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Nessa linha, o presente texto busca analisar a produção do discurso sobre o patrimônio cultural militar com base nas diversas estratégias realizadas pelo exército brasileiro desde os primeiros tombamentos das fortalezas, em 1937, até as atuais formas de gestão patrimonial e cultural implementadas pela instituição em 2017. A metodologia é a pesquisa documental e bibliográfica. Como resultado, constatou-se que o discurso produzido sobre o patrimônio cultural militar é mobilizado e adaptado ao conceito de cultura na contemporaneidade, mesmo sendo eivado de patriotismo e com sentimento de nacionalidade.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Tombamento; Fortificações; Exército; Unesco.

The production of narrative discourse about the military cultural heritage: the uses and disuses of protection list of the Brazilian's fortresses

Abstract: This paper is part of an ongoing dissertation research linked to the Postgraduate Program in Cultural Heritage and Society of the University of the Region of Joinville (Univille), whose theme is the analysis of the military patrimonial discourse mobilized for the candidacy of the set of Brazilian fortresses to the world heritage of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco). In this sense, the present text seeks to analyze the production of the discourse on the military cultural heritage based on the different strategies carried out by the Brazilian army from the first nominations of protection list of fortresses in 1937 to the current forms of patrimonial and cultural management implemented by the institution in 2017. The methodology is documentary and bibliographic research. As a result, it was found that the narrative discourse produced on the military cultural heritage is mobilized and adapted to the concept of contemporary culture, even though it is surrounded by patriotism and a sense of nationality.

Keywords: Cultural heritage; Protection list; Fortresses; Army; UNESCO.

La producción del discurso sobre el patrimonio cultural militar: los usos y desuso de la conservación de las fortalezas en Brasil.

Resumen: Este artículo es parte de una encuesta de disertación en curso vinculada al Programa de Postgrado en Patrimonio Cultural y Sociedad de la Universidad de la Región de Joinville (Univille) cuyo tema es el análisis del discurso patrimonial militar mobilizado para la candidatura del conjunto de fortificaciones brasileñas el patrimonio mundial de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco). En esta línea, el presente texto busca analizar la producción del discurso sobre el patrimonio cultural militar con base en las diversas estrategias realizadas por el ejército brasileño desde los primeros tumbamientos de las fortalezas, en 1937, hasta las actuales formas de gestión patrimonial y cultural implementadas por la institución en 2017 La metodología es la investigación documental y bibliográfica. Como resultado, se constató que el discurso producido sobre el patrimonio cultural militar es movilizado y adaptado al concepto de cultura en la contemporaneidad, aun siendo eivado de patriotismo y con sentimiento de nacionalidad.

Palabras clave: Patrimonio cultural; Conservación; Fortificaciones; Ejército; UNESCO.

1.1 Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a produção do discurso sobre patrimônio cultural militar com base nas diferentes estratégias adotadas pelo exército brasileiro no tombamento das fortalezas gerenciadas por essa instituição militar no período entre 1937 até 2017. Para tanto, o texto foi organizado por meio de marcadores discursivos em que se abordou como o exército brasileiro se organizou e se preparou diante da política cultural nacionalista do Estado Novo. Nesse sentido, problematizaram-se os usos e desusos do patrimônio cultural fortificado e tombado como instrumento de legitimação dos fortes tombados no período da política cultural do governo getulista. Em seguida, destacou-se, em um momento após 1964, durante o governo militar, a criação das diretorias vinculadas ao setor cultural do exército, bem como o tratamento estratégico dado ao patrimônio cultural. Nessa seara, as fortificações tombadas ganharam nova conotação no jogo político do exército brasileiro.

Fundamentado em uma abordagem interdisciplinar, o presente texto foi construído metodologicamente mediante uma análise documental na qual foram verificados documentos oficiais, como leis, portarias, decretos e normatizações do exército, vinculados ao seu setor cultural, como também cartas patrimoniais que sustentaram a candidatura das fortificações. Esse método de investigação científica auxiliou na compreensão do passado histórico dessas fortificações, além de servir de base para entender as políticas culturais já ocorridas no Brasil entre o período delimitado no artigo. Outra técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que contribuiu cientificamente na delimitação e construção do tema abordado. Ainda, foi explorado o banco de dados digital de fortificações (fortalezas.org), que enriqueceu a pesquisa fornecendo algumas informações do patrimônio cultural fortificado aqui pesquisado.

Dessa forma, o presente artigo apresenta-se estruturado em quatro sessões, seguidas pelas considerações finais. No primeiro item, nomeado “O tombamento e o espírito nacionalista de 1937”, foi apresentada a mobilização do discurso patrimonial referente aos primeiros tombamentos das fortalezas brasileiras no florescer do Decreto n.º 25/1937, que instituiu o tombamento. Eivado pela política nacionalista do período Vargas e sustentado por um ideal patrimonial de identidade nacional do período, o patrimônio militar responde à lógica cultural reinante. A segunda sessão, “A mobilização de forças”, destaca como o exército passou a mobilizar o patrimônio cultural como um ativo discursivo de sua política cultural e institucional. Por sua vez, o terceiro tópico, “Os anos 1970”, reflete sobre o uso do

discurso patrimonial e das políticas culturais do exército (e das fortalezas) no contexto dos governos militares brasileiros. Por fim, a quarta sessão, intitulada “A redemocratização dos anos 1990”, problematiza a mobilização dos órgãos oficiais do exército e de seus setores culturais em um período pós-redemocratização, em que o patrimônio cultural militar, especialmente o tombamento de suas fortalezas, tem sido mobilizado como expoente histórico e arqueológico fundamental da sociedade brasileira, entrando em uma espécie de corrida patrimonial ao selo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como patrimônio mundial da humanidade. Nesse sentido, interroga-se como os militares têm mobilizado e utilizado o seu discurso patrimonial como sustentáculo na candidatura do conjunto de fortificações a patrimônio mundial da humanidade.

1.2 O tombamento e o espírito nacionalista de 1937

A década de 1930 no Brasil foi um período de grandes mudanças no escopo político e cultural. Marcado pelo regime do Estado Novo, implementado por Getúlio Vargas, seu cenário político apresentava períodos agitados e havia a grande necessidade de erigir uma identidade nacional e um *slogan* que pudessem assegurar a conjuntura político-ideológica do regime. Era de grande interesse da máquina estatal gerida por Vargas a *criação* e afirmação da identidade nacional, do “homem brasileiro”. Com isso, o Estado elaborava, conforme o seu viés ideológico, “a construção simbólica da nação” e reconhecia a necessidade de adotar um elemento de integração nacional que fosse capaz de garantir ao Estado o apoio político que era preciso a fim de proporcionar mais poder de persuasão principalmente em relação às classes populares (CHUVA, 2003).

O nacionalismo adotado e utilizado como política de Estado teve grande influência na área cultural da época, e foi nesse período que o patrimônio histórico e cultural teve seus pilares erguidos no Brasil. Em 1937, o governo criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Com tal iniciativa, o Estado institucionalizou a preservação do patrimônio histórico cultural no país e, por meio dessa nova entidade, assumia a função de proteger o patrimônio brasileiro criando normatizações e dispositivos para identificação, seleção, conservação e restauração dos bens culturais de natureza material (PEREIRA, 2012). Para Fonseca (2005, p. 17), no Brasil, a temática do patrimônio surgiu “alicerçada nos pressupostos do modernismo enquanto expressão de modernidade”. Ainda nessa constituição de patrimônio nacional, a autora afirma:

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a serem merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é, pelo menos, o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação (FONSECA, 2005, p. 21).

Segundo Chuva (2003, p. 14), com a criação do SPHAN, o governo estado-novista, por intermédio do patrimônio histórico e artístico nacional, “homogeneizava e civilizava” a população dando ênfase aos heróis e às datas comemorativas selecionadas pelas elites do país, porém não representava somente essa classe, mas todos os brasileiros de forma igual (MAGALHÃES, 2004). No que tange à inserção do Nacionalismo no cenário cultural do país, segundo Gellner (1993), toda cultura deve ter seu próprio Estado, e tais culturas ditas como estatais disputam entre si. Nessa perspectiva, “uma sociedade móvel, atomizada e igualitária, com uma cultura padronizada que seja letrada e superior, e cuja manutenção, disseminação e fronteiras sejam protegidas por um Estado. Dito de maneira ainda mais sucinta: uma cultura, um Estado; um Estado, uma cultura” (GELLNER, 1993, p. 79).

A promulgação do Decreto-Lei n.º 25, de 1937, foi outro marco basilar no processo de preservação do patrimônio no Brasil. Ele estabeleceu o tombamento, ou seja, uma ferramenta jurídico-administrativa que, segundo Kersten (2000, p. 49-50), “é uma ação ritualizada, que retira o bem do cotidiano e o reveste de significações, participando agora de outra narrativa e cronologia”.

No escopo da política patrimonial do governo getulista, segundo Pereira (2012), o tombamento foi uma das iniciativas essenciais do projeto do governo para a construção da identidade nacional por intermédio do patrimônio cultural. Na ótica de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do SPHAN, o processo de tombamento constituía o “ato declaratório da incorporação de um bem ao patrimônio histórico e artístico nacional” (ANDRADE, 1987, p. 51).

Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – por ser espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com

valor de obras de arte erudita e popular ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país – é o documento de identidade da nação brasileira (ANDRADE, 1987, p. 51).

Por meio desse processo de ressignificação patrimonial, o tombamento ratificava a prática seletiva que marcaria as peculiaridades do chamado patrimônio nacional. A modernização e a nacionalização eram duas bases essenciais que sustentavam essa nova visão do campo patrimonial no Brasil, além de serem utilizadas como modos que o governo tinha de suplantar os infortúnios internos nacionais e o retardo do país, em analogia a outras nações, principalmente europeias. As estratégias de preservação do patrimônio histórico nacional atendiam, inicialmente, a algumas das recomendações expressas nas Cartas de Atenas (1931 e 1933), sobretudo no que tangia à valorização do monumento mediante a criação de áreas verdes e perspectivas que facilitassem sua apreciação (PELEGRINI, 2006). Nos primeiros anos de operação do SPHAN, a justificativa que amparava as primeiras iniciativas do órgão era a “realização geral do tombamento dos monumentos a fim de evitar a evasão e a destruição das obras, objetos de arte e de história, dignos de nossa tradição e apreço” (PELEGRINI, 2006, p. 18).

No tabuleiro do jogo ideológico estado-novista, é fundamental salientar que todo esse aparato de iniciativas políticas no âmbito cultural elaboradas pelo regime varguista, como a criação do SPHAN, a lei do tombamento e a personificação do “homem brasileiro”, inclusive a inserção e valorização da cultura popular (folclore, tradições populares) – porém ainda não incorporadas nas práticas de preservação cultural –, foram peças fundamentais para a propaganda do governo, que possuía um órgão, criado em 1939, responsável pela propagação dos valores estado-novistas: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com enfoque maior nas classes de trabalhadores.

Essa construção do imaginário sociopolítico da nação ancorado pelo patrimônio nacional ocorre, no campo teórico, com base no conceito nomeado por Hobsbawm e Ranger (2006) de “tradições inventadas”, pois no solo ideológico estatal da época esse conceito foi peça-chave no projeto de idealização simbólica da nação brasileira. Ainda sobre a ideia das tradições inventadas, os autores descrevem:

Entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica,

automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM; RANGER, 2006, p. 271).

No âmbito mundial, no campo do patrimônio, algumas mudanças e transformações já estavam ocorrendo nesse período. A Carta de Atenas foi concebida ainda na década de 1930 e tinha, segundo Pelegrini (2006, p. 3), a finalidade de abordar “a relação entre a preservação do patrimônio histórico e a crescente expansão das cidades”.

Após a Segunda Guerra Mundial, o patrimônio cultural alcançou outra escala. Com a grande destruição das cidades e de seus respectivos patrimônios, o mundo passou a ter outro olhar sobre seu patrimônio. Com isso, surgiu a necessidade de estabelecer uma política que de fato viesse a preservar e valorizar os bens culturais dos povos. Em 1954, a Convenção de Haia (1954) foi o primeiro acordo transcontinental visando exclusivamente à proteção do patrimônio cultural. Tal documento proporcionou uma proteção bem mais abrangente do que a de seus predecessores. Embora se restringisse somente às ações das forças armadas durante a guerra, era aplicado a todos os conflitos armados com ocupações bélicas de qualquer natureza (BISCHOFF, 2004).

O patrimônio cultural fortificado militar no Brasil tem relação intrínseca com o Nacionalismo, pois se encaixava diretamente, por causa de suas características arquitetônicas, no projeto do patrimônio nacional arquitetado pela política cultural do Estado Novo. O exército, naquele período, era um dos braços de sustentação do regime varguista e possuía grande influência no governo, e os militares eram impulsionados pelas ideias positivistas de “ordem e progresso”, *slogan*-chave da proclamação da república. Segundo Carvalho (2005, p. 96), a partir de 1930, “as Forças Armadas, particularmente o exército, se viram instaladas no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva”. Em 1937, consolidava-se a concepção de que o exército “coexistiria com a estrutura do Estado e seria seu elemento dinâmico” (CARVALHO, 2005, p. 66).

Uma das personagens principais do exército nesse período e grande aliado de Vargas foi o ministro da Guerra Góis Monteiro, um dos responsáveis pela mudança de postura da instituição no que tange à participação da força militar na política. Góis achava o sistema político da década de 1930, cujo esteio era o liberalismo, antes da implementação do Estado Novo, inadequado, como também criticava as elites dirigentes, acusando-as de incapazes de integrar o país e de não ter visão nacional. Segundo Carvalho (2005, p. 67), “o Estado Novo

veio coroar e levar às últimas consequências o modelo visualizado por Góis Monteiro”. Principalmente eliminando a política partidária da sociedade, os militares consolidaram-se, pelo lado político, como “a garantia da base social das elites tradicionais e, pelo lado econômico, a promoção dos interesses da burguesia industrial emergente” (CARVALHO, 2005, p. 69).

1.3 A mobilização de forças

Para refletirmos sobre a mobilização do patrimônio militar no Brasil, é fundamental que recorramos ao século XIX e ao início do XX, pois foi nesse período que algumas instituições culturais militares foram criadas, como:

O real arquivo militar de 1808; o museu do Exército 1808; Museu do Exército, de 1865; a Biblioteca do Exército, de 1881; a Revista do Exército Brasileiro, de 1882; a Revista A Defesa Nacional, de 1913; e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, de 1934 vêm sendo, identificados como as raízes da cultura no Exército (MATTOS, 2018, p. 38).

Berkowicz (2013) salienta que, com esse cenário, o movimento institucional do exército da época possibilitou a construção de uma realidade que se fez por meio da seleção de memórias que recriavam uma instituição de raízes sólidas e dotadas de uma unidade. Na ótica de Carvalho (2005, p. 66), foi nesse período que ocorreu a concepção de que a sociedade “deveria se abrir ao Exército e que a Instituição deveria estar fechada à sociedade”, ideia que ganhou força particularmente durante o Estado Novo, empenhada por setores mais conservadores das Forças Armadas.

O Exército chegara ao centro do poder político, alegando ser a encarnação das aspirações nacionais, estar acima dos interesses regionais e partidários. Apesar disso, era impotente quando se tratava de influenciar a população, tanto no que se referia à preparação militar, à disciplina dos corpos, como diria Foucault, quanto à disciplina das mentes, essencial para seu projeto (CARVALHO, 2005, p. 78).

Nessa perspectiva, algumas iniciativas foram adotadas para insular o exército da sociedade, particularmente no que tangia à seleção e formação do oficialato. É essencial ressaltarmos a mudança no plano simbólico da criação, por exemplo, de um “conjunto de símbolos que expressava o pertencimento dos cadetes a uma tradição vinculada ao que se

considerava serem valores nacionais mais profundos” (CARVALHO, 2005, p. 85). “A abertura da sociedade ao Exército, o fechamento da organização, a formação de um grupo hegemônico de oficiais, constituíam parte da estratégia de fortalecimento da corporação militar para consolidar e ampliar a posição de poder que conquistara dentro do Estado” (CARVALHO, 2005, p. 87).

Nesse sentido, voltando ao patrimônio com a política de tombamento adotada pela SPHAN, em 1938 diversos fortes de arquitetura militar foram tombados pelo órgão. Nas palavras de Homero (2013, p. 14), logo nos primeiros anos de atuação do órgão foram inscritas no Livro do Tombo “vinte e quatro fortificações, para o mesmo era de grande interesse do SPHAN preservar esses monumentos de maior valor social”, protegendo-os por lei contra a destruição ou adulteração. Segundo Bogéa e Schlee (2017, p. 28), os fortes tombados no primeiro ano da SPHAN foram:

Forte Velho do Cabedelo (PB); Fortim Caetano Madeira (RJ); Forte Orange, Forte Buraco, Forte Do Brum, Forte das Cinco Pontas, Forte do Pau Amarelo todos em Pernambuco; Portão da Fortaleza de São João (RJ); Fortaleza Santo Antônio Rationes (SC); Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim (SC); Forte Santana (SC); Fortaleza de São José da Ponta Grossa (SC); Fortaleza de Caçapava (RS); Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo (PB); Fortaleza do Morro de São Paulo (BA); Forte São Lourenço (BA); Forte de Paraguaçu (BA); Forte de Gragoatá (RJ); Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (PR); Fortaleza da Conceição (RJ); Forte Gamboa, Santa Maria, Santo Antônio da Barra e de São Marcelo todos em Salvador na Bahia.

Os fortes eram vistos, pelo órgão de proteção, como um bem de grande valor simbólico, porém gozavam de menos interesse do ponto de vista mercadológico, por serem antigos e não terem uso prático (HOMERO, 2013). Algumas fortificações, como a de Santa Cruz, localizada na cidade do Rio de Janeiro, foram tombadas, mas suas atividades militares de defesa continuaram funcionando. Essa era a categoria patrimonial que se enquadrava no projeto de patrimônio nação. Ainda para Homero (2013, p. 15), no que tangia aos tombamentos desses monumentos, “a decisão dos funcionários do SPHAN daquela época, de tomar os fortes, foi sábia: uma visão estritamente utilitária implicaria no seu abandono quando não mais tivessem uma função prática”.

Seguindo essa linha de raciocínio, vemos no Gráfico 1 o número de tombamentos do patrimônio cultural fortificado no primeiro período de funcionamento do SPHAN. O que chama a atenção é a quantidade de bens tombados em 1938.

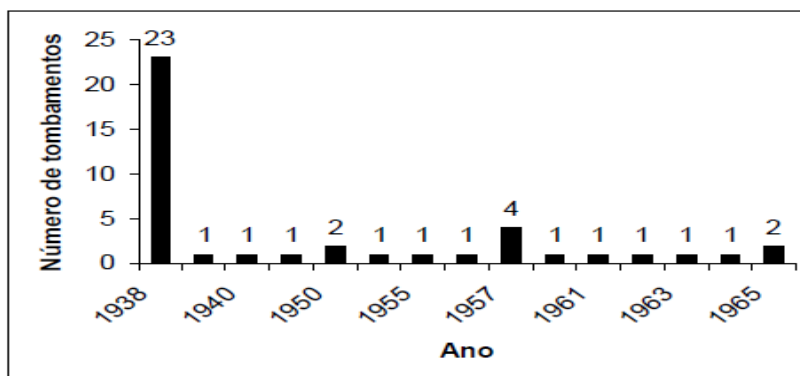


Gráfico 1 – Número de fortes tombados no Brasil entre 1938 e 1967

Fonte: Nakamuta (2009, p. 105)

Nos primeiros anos de atuação do SPHAN, a justificativa que alicerçava as intervenções para o tombamento dos bens era a “realização geral do tombamento dos monumentos a fim de evitar a evasão e a destruição das obras, objetos de arte e de história, dignos de nossa tradição e apreço” (ANDRADE, 1987, p. 24). No que tange aos monumentos de arquitetura militar, segundo Nakamuta (2009), em análise dos processos de tombamento do período de 1938 a 1940, nenhum dos processos possuía alegações oportunas quanto ao seu valor atribuído para fins de tombamento. Em alguns casos, como, por exemplo, o Forte São João de Bertioga, no litoral paulista, mencionou-se a necessidade emergencial de obras para conservação e/ou restauração. Ou seja, essa afirmativa corrobora o discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro gestor do SPHAN, como citado anteriormente, de que muitas dessas fortificações foram tombadas com o intuito de evitar a destruição do bem. Outra observação a ser considerada nos processos de patrimonialização do patrimônio militar entre 1938 e 1940 é o fato de a grande parte deles ter sido de caráter ex-ofício, conforme já previsto no art. 5.º, capítulo II, do Decreto-Lei n.º 25, de 1937.



Figura 1. Vista geral do Forte São João em Bertioga-SP

Fonte: Arquivo Central do IPHAN (Levantamento fotográfico de José Reis, 1938)

No período pós-Segunda Guerra Mundial, no cenário internacional, o patrimônio alcançou outra escala no que tange a sua preservação, conservação e valorização. Primeiramente, com a criação da Unesco, em 1945, outros documentos foram confeccionados como instrumentos para a salvaguarda do patrimônio: a Convenção de Haia e a Carta de Veneza, de 1964. Esta última foi um marco na salvaguarda do patrimônio material, e a Convenção da Unesco de 1972 foi o divisor de águas no campo patrimonial, por meio do reconhecimento da importância da diversidade e do próprio conceito de patrimônio da humanidade.

O patrimônio militar no Brasil, bem como as fortificações militares, passou por um processo de transformação, pois muitas fortificações estavam obsoletas para o serviço de defesa de artilharia de costa, em razão da modernização dos sistemas defensivos, além de ultrapassadas no que se refere a armas de defesa. Muitos desses locais viraram espaços vazios e de alto custo de manutenção. Desativados como praças de guerra, os fortes passaram a depender, para sua preservação, de sua conversão para novos usos, porém havia alguns empecilhos para a ressignificação dessa categoria patrimonial, marcada pela própria natureza de sua arquitetura, caracterizada por não ser aberta ao meio exterior.

Por intermédio do Regulamento das Fortificações Costeiras n.º 26.959, de 27 de julho de 1949, instituído pelo General Dutra e revogado pelo presidente Getúlio Vargas, em 1952, o exército buscou uma solução para os fortes que não possuíam sua operacionalidade de defesa. Nessa normatização, as fortificações costeiras e unidades móveis de artilharia de costa podiam ser categorizadas em três situações: em serviço; temporariamente fora de serviço; ou definitivamente fora de serviço (MATTOS, 2018). Para os padrões da época, os fortes deveriam ser apropriados a outras destinações de interesse do Ministério da Guerra ou entregues ao SPHAN.

Nesse período, as fortificações pouco a pouco foram perdendo sua função original, passando a ser administradas por órgãos responsáveis pelo setor cultural. Nesse sentido, os militares alinharam-se ao discurso de salvaguarda do patrimônio cultural da nação, defendendo o tombamento como ferramenta jurídico-administrativa, para assegurar a preservação desse bem e colocá-lo como parte das representações históricas da nação. Nessa perspectiva, segundo Homero (2013, p. 27), “as Forças Armadas aceitaram o pequeno desconforto que a supervisão do [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]

IPHAN geraria com o tombamento, pois havia uma compreensão da importância da criação de símbolos nacionais, tal como tinha ocorrido durante a Revolução Francesa”.

Um fator primordial que ampara esse argumento, como citado anteriormente, foi o elevado número de fortes tombados pelo SPHAN no primeiro período da gestão de Rodrigo Melo de Andrade, porém esse cenário em termos patrimoniais se modificaria principalmente por conta das convenções que ocorreriam e também por uma nova conceituação de patrimônio cultural em âmbito global, atingindo todas as categorias dos bens patrimoniais, fosse cultural, fosse natural.

1.4 Os anos 1970

O Brasil em 1964 vivia uma ditadura militar que perdurou por 21 anos, e, de grandes influenciadores dos governos passados, os militares agora eram os protagonistas do cenário político nacional. O golpe militar tinha como objetivo, no discurso dos militares, segundo Silva (2002 p. 43), “o combate à ascensão comunista e o restabelecimento da ordem em todas as esferas da sociedade (política, social, econômica)”. O regime marcou um período, como na grande maioria dos governos autocráticos, notabilizado pela supressão dos direitos constitucionais, censura, perseguição política, repressão aos opositores do regime, esvaziamento do legislativo e limitação do poder judiciário. Os militares, para se legitimarem no poder, traçaram estratégias e investiram com o seu aparato ideológico, delineado em grande parte pelos ideólogos da Escola Superior de Guerra (ESG), na educação cívica e na cultura, pois elas seriam fundamentais para a aceitação e legitimação do regime.

Segundo Rezende (2013. p. 40), “o regime militar considerava que o campo psicossocial se constituía num solo enormemente fértil para se travar uma verdadeira batalha no processo de busca de sua legitimidade”. A cultura que se discutirá mais à frente, neste artigo, será ferramenta essencial para a promoção, o controle e a legitimação do regime.

No âmbito da cultura, o patrimônio cultural insere-se em um “contexto mais amplo sendo levado a refletir sobre novas possibilidades de fronteiras ou clivagens, motivadas por outras dimensões de pertencimento que não à nação” (CHUVA, 2012, p. 17). Ou seja, a conceituação do patrimônio nação deu lugar à diversidade cultural, fazendo com que o patrimônio no universo das identidades locais e das singularidades dialogasse com o nacional (ABREU, 2007). Um marco, nesse período, que trouxe a ótica de universalidade ao patrimônio foi a Convenção da Unesco de 1972, a primeira convenção referente ao

patrimônio mundial. Nesse documento, as políticas voltadas ao campo patrimonial ficaram em bastante evidência no mundo.

Com o reconhecimento da necessidade da importância da diversidade, essa convenção considerou que os sítios declarados como patrimônio mundial pertenciam a toda a humanidade e não seriam mais vistos como uma “propriedade comum, mas de interesse de todos os povos” (ZANIRATO, 2010, p. 12). Essa chancela da Unesco concede aos sítios reconhecidos como patrimônio mundial um atrativo cultural e econômico, o que de certa forma chamou a atenção dos países-membro da Organização das Nações Unidas (ONU) para a questão patrimonial e foi fundamental para a produção das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural naquele período. O pensamento da Unesco passou a figurar que o patrimônio não somente preconizasse os valores “de civilização”, ou da cultura erudita, mas sim “a universalidade da cultura, através do respeito pelas culturas específicas” (POULOT, 2009, p. 225). De certa forma, essa convenção contribuiu de maneira grandiosa, em todo o globo, para a confecção das políticas de salvaguarda do patrimônio em todas as suas categorias.

No campo do patrimônio cultural militar, foi na década de 1970 que o exército iniciou o processo de institucionalização da cultura nos seus quadros. Em 1973, mediante o Decreto n.º 71.823, a instituição criou a Diretoria de Assuntos Especiais, Educação e Desportos (Daed). Ela era incumbida de orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas a olimpíadas, competições e preparo de equipes do exército destinadas ao desporto, como também os assuntos especiais vinculados à cultura dos militares do exército. Com a criação desse órgão, que era ligado à cultura, a sua relação com o desporto nas Forças Armadas sempre foi muito forte (MATTOS, 2018).

Nesse período foi inaugurado o Centro de Documentação do Exército (CDocEX), segundo o Decreto n.º 76.813, de 16 de dezembro de 1975, cuja principal finalidade era realizar o planejamento, a orientação e o controle das atividades relacionadas à administração do patrimônio do exército em Brasília, além da documentação, da história e do patrimônio histórico-cultural do exército.

Segundo Mattos (2018), ambos os departamentos foram os precursores das futuras estruturas organizacionais que iriam balizar de modo sistemático o campo da cultura nas décadas seguintes no exército. A Daed, primeiro órgão do organograma do exército a tratar de assuntos culturais, em 1975 teve suas atividades extintas pelo presidente Ernesto Geisel.

No campo cultural, sob a tutela do regime militar, foi criado o primeiro Plano Nacional de Cultura (PNC), encabeçado pelo ministro da Educação e Cultura Ney Braga. Os

militares, com o lançamento desse plano, reconheciam a necessidade de inserir a cultura no seu plano de governo, porém isso era visto como estratégia, segundo Silva (2002, p. 51), “em ter um apoio das classes de intelectuais e artistas vinculados à cultura estes que tinha um posicionamento político mais coligado a esquerda”. É fundamental ressaltarmos que o governo Geisel, assim como o de seus antecessores, apesar da repressão, nunca abriu mão dos mecanismos institucionais que lhe davam sustentação e legitimidade.

No escopo desse plano de cultura, percebemos a influência da ESG na sua elaboração. Conforme Silva (2002, p. 185), foi com base nas orientações doutrinárias da escola que o PNC se fundamentou, “trazendo a idéia da preservação da identidade nacional e da renovação cultural”. Ainda sobre esse fato, a instrumentalização da cultura é outra característica intrínseca tanto na doutrina da ESG como no PNC, o que sustenta a ideia da influência dos militares esguianos no plano, como expõe Silva (2002, p. 190):

No PNC exalta-se o papel da cultura na preservação das características da personalidade nacional que se quer manter – hábitos, costumes, valores, tradições, etc. e ao mesmo tempo, na renovação de aspectos dessa personalidade, através da incorporação e absorção de novos traços culturais. Também na doutrina esguiana, a cultura é parte da expressão psicossocial do poder nacional.

Nesse período, houve significativa ampliação das ações do Ministério da Educação e Cultura no campo cultural: a criação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) e do Conselho Nacional de Cinema (Concine), a reforma da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), a criação da Fundação Nacional de Arte (Funarte) e o lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

No âmbito do exército, em 1979, por meio da Portaria ministerial n.º 2.449, de 27 de setembro, com influência das mudanças na área da cultura na esfera nacional, elaboraram-se as “normas para a utilização dos arquivos, bibliotecas e museus do Exército por parte de historiadores e outros estudiosos” (BRASIL, 1979) que possibilitavam condições de acessibilidade do público mediante regras estabelecidas. O texto dessa portaria, porém, proporcionaria dúbia interpretação, pois, segundo Mattos (2018), ao mesmo tempo em que legitimava e permitia o acesso a historiadores e outros acadêmicos e garantia liberdade de estudo por eles, condicionava o acesso a um ponderado processo para adquirir a credencial de segurança. Com isso, os militares deixavam clara sua desconfiança em relação ao público civil no que tange ao manuseio dos seus arquivos, reforçando assim, com essa postura, o isolamento que o setor cultural da instituição possuía na época.

Entre 1967 e 1979, foram cinco as fortificações tombadas pelo IPHAN: “Forte Coimbra-MS, Forte Santo Antônio-MA, Forte Santa Tecla-RS, Baluarte de São Luís, e os remanescentes da fortificação do sítio de Trindade em Recife-PE” (BOGÉA; SCHLEE, 2017, p. 29). Esse pequeno número revela o contraste com a política inicial do órgão em seus primeiros anos de existência, que realizou o processo de tombamento de 40 fortificações. Segundo Bogéa e Schlee (2017), um dos motivos que justifica essa diminuição acentuada dos processos de tombamento no período pós-gestão de Rodrigo Melo de Andrade é que esse tipo de patrimônio não foi muito priorizado pela gestão do órgão no período, que estava sob administração do arquiteto Renato Soeiro. É essencial frisarmos, porém, que a ideia de patrimônio nação que se iniciou no Estado Novo e que era uma política cultural institucionalizada também contribuiu de forma acentuada com o elevado número de tombamento das fortificações, que eram vistas como símbolo da nacionalidade brasileira.

Em 1980, em função do redesenho do organograma administrativo do Exército, foi criada a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (Daced), pelo Decreto n.º 84.608, de 31 de março, que nasceu na Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP). Por intermédio dessa nova organização militar, a instituição tentava centralizar as atividades culturais. O escopo estrutural da Daced abrangia atividades ligadas à equitação, educação física e editoração, apontando para uma visão, segundo Mattos (2018, p. 48), ainda “disfuncional” da área cultural. Ou seja, com o acúmulo de atividades culturais, esportivas e literárias, a atividade cultural foi colocada em segundo plano. Corroborando com essa afirmação, grande parte das ações da Daced limitava-se à convocação dos atletas e da própria seleção do exército para as disputas de campeonatos (MATTOS, 2018), e as atividades correlacionadas ao patrimônio cultural militar não eram valorizadas pelo comando da instituição.

Outra situação que evidencia certo isolamento do setor cultural do exército se materializa na própria falta de mediação técnica do IPHAN para assuntos correlacionados à salvaguarda do seu patrimônio histórico e cultural. Nesse período, a instituição já possuía patrimônios fortificados tombados pelo órgão federal, porém nem na própria Daced existia um setor responsável para exercer esse diálogo. Conforme Mattos (2018), cada organização militar tinha de se alinhar nessa condição. Isto é, prestava contas diretamente ao IPHAN, quando necessário, e a preservação dos bens patrimoniais funcionava de forma descentralizada, pois cada organização militar gestora possuía certa autonomia.

Em 1985, o exército transferiu o seu museu histórico da casa de Deodoro, na zona norte carioca, para o Forte de Copacabana, o que de certa maneira contribuiu para que nos

dias de hoje esse patrimônio cultural de arquitetura militar seja um dos lugares mais visitados da cidade do Rio de Janeiro. Em seu discurso oficial, o primeiro diretor salienta a importância da mudança do museu para um sítio fortificado e também a função dele para o resgate da história da instituição:

É, pois, com grande satisfação, que registramos os primeiros passos de uma realidade. Uma realidade que enfrentará o desafio de fazer com que o Exército Brasileiro possa dispor de um Museu Histórico que se torne, pela preservação de sua memória e pela amostragem dinâmica de sua história, um elo com o público em geral, contribuindo para o conhecimento e o estudo da nossa história (TEIXEIRA, 2016, p. 48).

Apesar da criação em 1973 de alguns órgãos vinculados ao setor cultural e ao patrimônio cultural, ainda não havia sido publicamente instituída no exército uma política de preservação ou de salvaguarda de seu patrimônio cultural, fosse tombado, fosse imaterial. Esse cenário iria se modificar por conta do alargamento do conceito de patrimônio cultural trazido pela Constituição Federal de 1988 e, nos anos 2000, da criação de uma política cultural que institucionalizou a salvaguarda do patrimônio cultural militar. Contudo é essencial salientar que muitos fortes que estavam sob administração do exército eram utilizados, nesse período, como aquartelamento pela instituição e, outros, além de estarem em desuso, foram “abandonados” pela instituição, como ocorreu, por exemplo, no Forte de Nossa Senhora dos Prazeres, localizado na Ilha do Mel, em Paranaguá (PR), tombado em 1938, desmobilizado em 1954 pelos militares e abandonado até o ano de 1995, período no qual o IPHAN iniciou sua restauração (TEIXEIRA, 2014).

No fim dos anos 1980, o patrimônio cultural brasileiro passaria por importantes modificações, com a ampliação do seu conceito mediante sua constitucionalização em 1988 pelo art. 216 da Constituição Federal. A proteção jurídica dos bens culturais no Brasil recebeu novo *status* pelos dispositivos que versam sobre direitos culturais, meio ambiente e patrimônio cultural. O texto constitucional veio influenciado por uma tendência mundial de mobilização em prol do direito ao patrimônio cultural. Para Pelegrini (2006, p. 21), a Carta Constitucional de 1988 “representou avanços na luta em prol da cidadania e das políticas preservacionistas” e abriria as portas para uma nova ótica na salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. A Carta Magna de 88 alargou as ferramentas que protegem os bens culturais com a interrupção do exclusivismo do tombamento como instrumento para os bens culturais (SOARES, 2009).

1.5 A redemocratização dos anos 1990

Na década de 1990 na esfera do patrimônio cultural militar ocorreram diversas mudanças, influenciadas por uma nova forma de enxergar o patrimônio cultural, em razão principalmente do art. 256 da Carta Magna. Por causa de uma nova modificação na estrutura administrativa do exército brasileiro, surgiu a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC), pelo Decreto n.º 99.735, de 27 de novembro de 1990, órgão técnico-normativo do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Esse órgão seria um avanço no que tange aos assuntos que envolvem a cultura no âmbito da instituição. Essa organização militar tinha por missão “controlar, preservar, conservar, recuperar, restaurar e divulgar o patrimônio cultural material e imaterial de interesse da história do exército brasileiro” e funcionaria com uma “proposta de sistematização e formulação de diretrizes normativas para o setor cultural do exército brasileiro” (BRASIL, 1990).

Nesse período, em 1994, o General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena criou o Dia do Exército, rememorando “a batalha de Guararapes 19 de abril de 1648” (CASTRO, 2002, p. 37). Esse militar teve essa iniciativa, além de também abrir alguns patrimônios fortificados sob a tutela do exército à população, porém essa “abertura” seria normatizada e consolidada em 2000.

Os anos 2000 começaram movimentados no setor cultural militar, primeiramente com a publicação das Normas para Elaboração, Aprovação e Execução de Programas e Projetos Culturais (Portaria n.º 30, de 5 de junho de 2000, do DEP), que tinha a finalidade de regular procedimentos concernentes a programas e projetos culturais vinculados ao exército. Logo depois, foi promulgada a portaria para a abertura das fortificações à visitação pública (Portaria n.º 615, de 13 de novembro de 2000), cujo escopo era regular a abertura das fortificações militares do exército à visitação pública, possibilitando, com isso, a divulgação à população brasileira da imagem de um exército que se preocupava com a preservação de seu patrimônio histórico. É importante dizer que a preservação era um dos objetivos principais dessa iniciativa, lembrando que muitos desses fortes já eram tombados pelo IPHAN e que algumas dessas fortificações, antes mesmo de tal normativa, foram abertas à visitação pública, como as da cidade de Niterói, que “receberam cerca de 70 mil visitantes em 1998” (MATTOS, 2018, p. 173).

Porém essa mesma norma que estabelece diretrizes para visitação da população civil instrui aos gestores desses sítios fortificados que há assuntos evitados à imprensa, como a utilização, em qualquer época, das instalações da fortificação como presídio e com “qualquer acontecimento ali ocorrido e cuja divulgação não seja positiva para a imagem do Exército,

desde que não seja um fato histórico marcante” (BRASIL, 2000). Mediante esse documento, podemos perceber que, ao mesmo tempo em que o discurso da instituição é de aproximação da sociedade civil por intermédio do patrimônio cultural fortificado, ele restringe o que, na leitura dos militares, não foi um fato de relevância para a historicidade da instituição.

Nesse sentido, resgatamos Foucault (2003) para essa reflexão. Em uma sociedade fechada à produção do discurso, essa mesma produção é ao mesmo tempo controlada, selecionada e redistribuída. Em 2002, o exército elaborou a sua política cultural e a diretriz estratégica do seu sistema cultural através da Portaria nº 614, de 29 Out. Essa política cultural foi alocada como um “subsistema do setor de ensino da instituição”, sendo uma das responsáveis para a mudança da posição que a cultura alcançaria dentro da instituição e também pela valorização da salvaguarda do patrimônio de arquitetura militar que estava sob sua administração. A seguir, estão elencados os objetivos gerais da política cultural da força militar:

Projetar a imagem do Exército a partir dos seus valores culturais; divulgar as realizações da Instituição nos campos da obtenção do conhecimento, das artes e das manifestações comportamentais; preservar, restaurar, recuperar e divulgar o patrimônio material histórico, artístico e cultural do Exército; Incentivar a preservação das tradições, da memória e dos valores morais, culturais e históricos do Exército; estimular, no público interno, o interesse pela preservação do meio-ambiente e pela melhoria da qualidade de vida; maximizar a difusão, nos públicos interno e externo, de sentimentos de nacionalidade, patriotismo, amor fraterno e mútua compreensão social (BRASIL, 2000, p. 60).

Na perspectiva desses objetivos, podemos encontrar semelhança com o Plano Nacional de Cultura de 1975 no que tange à evocação dos sentimentos patrióticos e nacionalistas que norteiam a política atual da instituição, além de rememorar o projeto de patrimônio nação adotado na política cultural do Brasil no período getulista. Com os assuntos culturais em efervescência no meio militar e com uma política e diretrizes que fundamentam e dão força ao setor cultural do exército, a instituição, que teve esse setor um pouco afastado do meio civil, tem como duas das atuais orientações sua aproximação e interação com a população em geral:

O Exército é parte da Sociedade Brasileira, por ela criado e nutrido, e para ela são dedicadas as suas ações. Por conseguinte, a harmonia entre as entidades militares e as civis deverá ser total, com seus integrantes interagindo em ambiente de cortesia recíproca e irmanados para atingir os anseios do povo brasileiro (BRASIL, 2000, p. 61).

Outro ponto fundamental para a atual posição que o patrimônio cultural alcança dentro da instituição, ganhando novo *status* na maior instituição militar do Brasil, foi a criação da Fundação Cultural Exército Brasileiro (Funceb) no ano 2000. Trata-se de uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial que tem no seu bojo de finalidades:

I - desenvolver ações relacionadas a atividades de natureza cultural, desportiva, educacional, de comunicação social, de preservação do meio ambiente e de assistência social desenvolvidas pelo Exército Brasileiro; II - promover os valores centrais das instituições militares brasileiras; III - promover o inter-relacionamento entre militares, suas famílias e os diferentes segmentos da sociedade em geral, por intermédio de projetos e atividades cívicas e culturais; IV - recuperar e preservar o patrimônio histórico e artístico do Exército Brasileiro; V - divulgar a história, o patrimônio artístico militar e outros aspectos da cultura militar brasileira (FUNCEB, 2012).

Segundo o seu Estatuto (FUNCEB, 2012), sua criação foi motivada a fim de permitir melhor acesso ao acervo do patrimônio histórico e cultural da instituição; o comando do exército apoiou a iniciativa do empresariado brasileiro de constituí-la. Essa fundação tem contribuído para a dinamização do patrimônio cultural militar por meio da revista *Da Cultura*, lançada em 2001, publicando editoriais sobre o patrimônio cultural fortificado de todo o país e dando notoriedade à valorização dessa categoria patrimonial. Segundo Mattos (2018, p. 91), “ao longo dos anos a revista *Da Cultura* fortaleceu a visibilidade do campo cultural. Capas e artigos sobre fortificações, reportagens sobre espaços culturais”. Um fato que chama a atenção e que está até mesmo nas diretrizes da política cultural do exército como orientação é a celebração de convênios com a Funceb para viabilizar o apoio aos projetos e às atividades culturais da força militar. Com isso, vemos a intensa influência que essa entidade civil tem sobre o setor cultural do exército.

No ano 2008, em razão da busca para o aprimoramento dos assuntos culturais e também pela posição que a cultura alcançou nos últimos anos na instituição, o exército modificou seu organograma, e a DAC passou a ter uma nova designação: Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) por intermédio do Decreto n.º 6.710, 23 dez. 2008 . Essa nova diretoria, no bojo de suas atribuições, procurou o alinhamento desta com os demais órgãos nacionais responsáveis pela salvaguarda do patrimônio, fruto de diálogos entre os militares e os órgãos civis ligados ao patrimônio cultural. A seguir se tem uma das atribuições da DPHCEX: “Ligar-se com o Ministério da Cultura, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico Nacional (IPHAN) e do Departamento

de Museus (DEMU), e com outros órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, para tratar de assuntos culturais” (DPHCEX, 2016)

Com toda essa reestruturação no campo patrimonial do exército, o patrimônio cultural de arquitetura militar crescia em notoriedade, e reforçava-se a ideia de que era fundamental para o próprio desenvolvimento da cultura no âmbito militar que as normativas estivessem em consonância com as legislações no que tange ao setor cultural do país. Nessa perspectiva, o General Darke, chefe do Estado-maior de exército no ano de 2009, cita esse enquadramento do setor cultural com as demais entidades federais de cultura:

O Exército é uma instituição brasileira e, assim sendo, não pode se eximir do cumprimento da legislação vigente, nem agir de modo dissonante com o resto do país. Dessa forma, os atos normativos que têm efeito no âmbito da Força são elaborados no sentido de atender ao previsto na Lei e às necessidades específicas da Instituição. O Exército, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército, interage com órgãos do Ministério da Cultura, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Museu Nacional; com Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura e, por vezes, com instituições privadas, por intermédio da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), visando a aprimorar, atualizar e aplicar as normas internas em consonância com a legislação nacional (TRAJANO, 2009, p. 7).

O discurso de salvaguarda do patrimônio de arquitetura militar estava cada vez mais disseminado entre os militares, sustentado pelo crescimento do turismo nos fortes sob a administração da instituição, após estes terem sido abertos ao público; por uma mudança na sua estrutura organizacional, com a criação de uma diretoria técnica que contribuiu diretamente para que o patrimônio fosse percebido de outra forma; e, ainda, com a criação da Funceb, que auxiliou com o financiamento, por meio de parcerias público-privadas, de obras de restauração e conservação de alguns fortes. Um dos maiores exemplos dessa mobilização em prol da preservação está na candidatura do conjunto de fortificações a patrimônio mundial da Unesco, que tem criado interfaces institucionais para a salvaguarda desse tipo de bem patrimonial entre militares, acadêmicos, profissionais do campo do patrimônio e gestores de fortes. Os militares têm buscado elaborar projetos culturais que ajudam diretamente na captação de recursos para a contribuição do processo de preservação do seu patrimônio histórico e cultural.

Um desses programas é nomeado de Mecenas e “busca possibilitar e incentivar a colaboração de pessoas físicas e jurídicas aos projetos culturais do Exército Brasileiro” (DPHCEX, 2016), por meio da destinação de parte do imposto de renda ao governo federal para programas culturais de interesse do exército, aos moldes da Lei Rouanet. Atualmente, o

exército prevê em seu Plano Estratégico (PEEx) estratégias a serem adotadas pelo comando da instituição e medidas para sua execução no decorrer do triênio 2016-2019, inserindo a preservação do seu patrimônio histórico cultural nas ações de criação de espaços culturais. É fundamental salientar que a instituição vê a atividade no campo cultural como “influyente estímulo ao sentimento de patriotismo e ao orgulho de nacionalidade” (CCOMSEx, 2010) características essas intrínsecas aos militares que mobilizam o campo cultural dentro da instituição com base nesses pilares.

Como citado anteriormente, a candidatura do conjunto de fortificações a patrimônio mundial tem fixado parcerias entre os ministérios da Cultura, do Turismo e da Defesa. Em abril de 2017, no Seminário Internacional de Fortificação, os entes públicos envolvidos na candidatura assinalaram um documento nomeado de a Carta do Recife. Nessa carta de intenções, as partes envolvidas articularam planos de trabalho integrados, estabeleceram modelos de gestão e valorização turística e cultural, como também a promoção do uso sustentável para assegurar a preservação do bem, garantindo sua manutenção e conservação, e outras diretrizes que os participantes acharam pertinentes para a gestão.

O exército é gestor de oito do conjunto de 19 fortes que são candidatos a patrimônio mundial e tem apoiado a promoção de eventos para o debate do tema com assídua participação da academia. Um deles foi o Encontro Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar – Gestão, Inovação e Turismo em Fortificações (Icofort) Rio 2017¹, que contou com a presença de pesquisadores, estudantes e gestores de fortificações não só do Brasil, como de outras fortalezas do mundo.

Importante lembrar que o Comitê Científico Internacional sobre Fortificações e Patrimônio Militar pertence ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)² e auxilia anualmente esse órgão consultivo da Unesco na avaliação das propostas da lista a patrimônio mundial, na categoria fortificações e patrimônio militar.

As fortalezas da candidatura são: os fortes Príncipe da Beira (RO) e Coimbra (MS), que delimitavam os marcos da fronteira oeste do território brasileiro; o Forte de São José do Macapá (AP), como marco das definições da fronteira norte; as fortificações do Ratoões e de Anhatomirim, da Ilha de Santa Catarina, que marcam a divisa sul; o Forte dos Reis Magos, em Natal (RN), o extremo leste; as fortificações de Pernambuco – fortes das Cinco Pontas, Brum e Santa Cruz de Itamaracá/Orange –, marcando as lutas contra a Companhia das Índias;

¹ Ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2017 e teve como um dos principais assuntos debatidos no evento a candidatura do conjunto de fortificações brasileiras a patrimônio da humanidade.

² Associação civil não governamental ligada à ONU e órgão consultivo da Unesco.

os fortes da Baía de Todos os Santos – São Marcelo, Monte Serrat, Santa Maria, São Diogo e Santo Antônio da Barra – e da Baía da Guanabara – fortalezas Santa Cruz e São João –, definindo as defesas das duas capitais do Brasil colônia; e as fortificações da Barra de Santos, incluindo os fortes do Canal de Bertioga, Barra Grande e São João, assinalando a defesa do porto que escoou a maior parte da riqueza produzida no Brasil (BRASIL, 2017). Segue abaixo a ilustração dos fortes selecionados por estado.



Figura 2 – Fortes que estão na lista indicativa brasileira a patrimônio mundial da Unesco

Fonte: elaborado pelo autor a partir das fotos disponíveis em <http://www.fortalezas.org>

O conjunto de fortes foi selecionado por uma comissão formada por integrantes do IPHAN que se baseou em algumas diretrizes para a escolha, tendo em vista a grande quantidade de fortalezas no território brasileiro. Entre essas normas, buscaram-se os fortes que estabeleceram povoações no país, com exceção das fortificações fluviais a oeste do território nacional, que foram essenciais na delimitação territorial, e também pelos estilos arquitetônicos que marcaram momentos diferentes da história do Brasil. Segue abaixo a ilustração dos fortes selecionados por estado.

Como citado anteriormente, o exército é o gestor da maior quantidade de fortes: os fortes São João e Santa Cruz da Barra (RJ); os fortes Santa Maria, Monte Serrat e São Diogo (BA); o Forte Coimbra (MS); o Forte Príncipe da Beira (RO); e o Forte São Batista do Brum (PE).

Considerações finais

Nos recortes temporais e discursivos abordados, podemos constatar a mudança e adequação do setor cultural do exército no decorrer dos anos e como essa área vem se adaptando e sendo influenciada pelo conceito de cultura na contemporaneidade. Atrelado a isso está o campo do patrimônio cultural, que, de uma área até então não “percebida” pelos militares, hoje passou a ter uma série de normativas e começou a ser vista com outro olhar, recebendo uma espécie de novo *status*, pois foi inserida no plano estratégico que está em voga – criou-se uma diretoria com corpo técnico para tratar não só do patrimônio histórico e cultural, mas de todo o setor de cultura da instituição. O discurso dos militares no que tange ao patrimônio histórico cultural militar oscilou do patrimônio nação, do período getulista, no qual diversas fortificações foram tombadas, à atual política cultural da instituição, que no escopo das suas diretrizes orienta o seu enquadramento ao setor cultural nacional e à aproximação com entidades civis no espectro cultural.

É fundamental salientarmos que essas modificações do setor cultural do exército e, especificamente, do campo do patrimônio passaram por mobilizações também pelo próprio alargamento do conceito que o patrimônio sofreu, porém é notório que hoje o discurso de salvaguarda do patrimônio cultural militar está mais latente, fato exposto na sua atual política cultural, na qual a instituição utiliza o campo para projetar sua imagem. Dois pontos que convergem no discurso em todos os períodos analisados e muito intenso no que tange ao patrimônio são a presença do patriotismo e o sentimento de nacionalidade, que de certa forma norteiam a maneira como os militares tratam o patrimônio. Como já elencado anteriormente, os espaços culturais militares, como as fortificações, estão sob sua gerência e abertos ao público.

Essa mobilização do discurso dos militares em prol da salvaguarda do patrimônio é percebida, por exemplo, nos projetos que a instituição tem elaborado na tentativa de fazer com que a sociedade tenha identificação com o bem patrimonial fortificado. Controvérsias, interesses, relações de poder, imposições, o que se detecta é que os discursos mobilizados no campo do patrimônio militar, na sua temporalidade, exercem o seu controle e operam efeitos materiais, sendo, ao mesmo tempo, selecionados, organizados e redistribuídos por certo número de procedimentos.

A candidatura e a possível chancela a patrimônio mundial da Unesco do conjunto de fortificações brasileiras, de certo modo, dariam outro *status* a esses bens patrimoniais, porém essa valorização ao patrimônio é mais complexa do que se imagina. O *status* de patrimônio

mundial, fazendo prova de um passado insigne e único, é uma ferramenta simbólica que ajuda a alcançar a notoriedade política num mundo competitivo e também utilizada como fonte de legitimidade política (PEIXOTO, 2002). Nessa perspectiva, o reconhecimento desse conjunto patrimonial pode fazer emergir “conflitos nacionais e locais”. Outro entrave que pode ocorrer é o fato de, em nome desse “*status* de patrimônio mundial”, o bem cultural se transformar numa causa a serviço das elites dominantes e dos grupos locais de pressão.

Referências

ABREU, Regina. **Patrimônio Cultural: tensões e disputas de uma ordem discursiva**. In: LIMA F.; BELTRÃO, J. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Brasília: ABA, 2007.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/SPHAN/Pró-Memória, 1987.

ATRIBUIÇÕES DA DPHCEX. <http://www.dphcex.eb.mil.br>. 2016. Disponível em: <<http://www.dphcex.eb.mil.br/atribuicoes/>>. Acesso em: 10 Jul. 2018.

BERKOWICZ, Clarice. A biblioteca militar e a construção da identidade social do exército no Estado Novo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

BISCHOFF, James L. A proteção internacional do patrimônio cultural. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 24, 2004.

BOGÉA, Kátia; SCHLEE, Andrey R. Preservação das fortificações do Brasil: um balanço de 80 anos de proteção do IPHAN. **Da Cultura**, Brasília, ano XVII, n. 29, dez. 2017.

CHUVA, Márcia R. R. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. Topoi 4, 2003.

_____. **Preservação do patrimônio no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política**. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio G. Ramos (Orgs.). Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

BRASIL. **Carta do Recife, 7 abr. 2017**. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4057/fortificacoes-brasileiras-serao-foco-de-politica-para-incremento-do-turismo-no-brasil>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. **Decreto n.º 6.710, 23 dez. 2008**. Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto>. Acesso em: 23 ago. 2017.

_____. **Decreto n.º 99.735, de 27 de novembro de 1990**. Brasil, 1990.

_____. Exército Brasileiro. Centro de Comunicação do Exército (CCOMSEx). **Verde-Oliva**, Brasília, ano 38, n. 208, 2010.

_____. Exército Brasileiro. **Portaria n.º 615, de 13 de novembro de 2000**. Brasil, 2000.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Brazilian Tentative list 2015 world cultural heritage UNESCO**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2017

_____. Ministério da Defesa. Plano Estratégico do Exército 2016/2019. **Boletim Especial Extraordinário**, n. 28, 22 dez. 2014. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=1327&act=bre>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria n.º 614, 23 out. 2003**. Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 9. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FUNDAÇÃO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO (FUNCEB). **Estatuto da Fundação Cultural Exército Brasileiro**. 2.º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas – CRS 505. Registro n.º 000078142. Brasil, 2012.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: UFPR, 2000.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias: um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)**. Dissertação de mestrado em História social. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2004.

MATTOS, Flávia. **A inovação institucional e patrimônio cultural de origem militar no Brasil**. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

NAKAMUTA, Adriana. **Forte São João e o patrimônio histórico artístico nacional**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural**. Unesco, 1972

PEIXOTO, Paulo. **A corrida ao status de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo**. Veredas, Coimbra, ano I, n. 1, 2002.

PELEGRINI, Sandra C. A. **O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil**. Patrimônio e Memória, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2006.

PEREIRA, Julia Wagner. **O tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação**. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio G. Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013.

HOMERO, A. C. F. **Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.08-22, out. 2013.

_____. **As muralhas de pedra, canhões, homens de ferro: fortificações do Brasil – 1504-2006**. São Paulo: Editora Funceb, 2006.

SILVA, Vanderli M. **A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)**. 143f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SOARES, Inês V. Prado. **Direito ao patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

TEIXEIRA, Paulo R. O museu histórico do exército e o Forte de Copacabana. **Da Cultura**, Brasília, ano XV, n. 27, jun. 2016.

TRAJANO, Marcos. Entrevista com o General Chefe do EME. **Da Cultura**, Brasília, ano IX, n. 15, jun. 2009.

ZANIRATO, Sílvia. **Patrimônio da humanidade: controvérsias conceituais e legais na definição do bem comum**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANNPAS. 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/resumos/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

2 A CARTA DO RECIFE E A BUSCA PELA CHANCELA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DAS FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS

Resumo: O presente artigo foi elaborado com base nas reflexões feitas sobre a candidatura das fortificações brasileiras a patrimônio mundial. Nessa perspectiva, o referido texto trata, por meio da mobilização do discurso oficial de candidatura, da corrida ao *status* de patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e as implicações nos usos e desusos desses bens culturais de origem militar na atualidade. Nessa linha de raciocínio, entende-se aqui que o emblema do patrimônio mundial é uma distinção simbólica, como também uma fonte de legitimidade política na esfera do patrimônio, e esse emblema concede ao bem cultural visibilidade econômica e turística internacionalmente. A metodologia utilizada contemplou a pesquisa documental e bibliográfica e a análise do discurso do documento nomeado de a Carta do Recife. Como resultado, constatou-se que há uma disputa pelo poder do discurso e que a Carta do Recife, documento examinado, retrata os diversos atores mobilizados de modo estratégico para a obtenção da chancela do patrimônio mundial.

Palavras-chave: patrimônio mundial; Unesco; poder; fortificações.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte das reflexões realizadas sobre a produção do discurso militar acerca da candidatura do conjunto de fortificações brasileiras a patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Nesse sentido, o tema central desenvolvido neste artigo consiste em se há, de fato, por meio da mobilização do discurso oficial da candidatura dos fortes brasileiros, uma corrida ao *status* de patrimônio mundial da Unesco e quais são as suas implicações nos usos e de(usos) do patrimônio cultural.

Observa-se cada vez mais em ascensão a quantidade de bens culturais, tanto materiais quanto naturais, por todo o mundo, que anseiam adentrar no rol do “seleto” grupo de patrimônio mundial. Esse desejo é sustentado, em regra, por países que almejam a chancela de seus patrimônios à visibilidade política, econômica e turística internacionalmente, em decorrência da globalização, e, quiçá, reconhecimento de uma parcela de poder. Com isso, diversos países têm criado comissões e investido em pesquisa, sobretudo, visando promover ou fomentar nas suas sociedades o reconhecimento da excepcionalidade e a monumentalidade do bem.

No decorrer dos anos, os processos de patrimonialização do patrimônio mundial intensificaram-se, ancorados pelo emblema que essa “titulação” pode conceder ao bem, oportunizando a construção e o fomento de novos usos a ele,

enquanto atrativo cultural e econômico para as regiões em que está instalado. Ter um bem cultural considerado patrimônio mundial eleva o país de *status*, ou seja, dá a ele reconhecimento político, econômico e a “legitimação de uma instância internacional” (PEIXOTO, 2002, p. 39).

Nessa linha, a ação da Unesco projeta-se, principalmente, no plano simbólico, porém entendemos que essa “distinção simbólica” se tornou uma ferramenta fundamental e uma ação estratégica para a intensificação dos fluxos turísticos nesses patrimônios (PEIXOTO, 2000). Partindo dessa ideia, enxerga-se que a busca pela chancela a patrimônio mundial das fortificações brasileiras está ancorada em um discurso que produz um efeito real de poder cuja materialidade se assenta em uma relação de saber e poder. Nesse sentido, Bourdieu (1989, p. 20) afirma que o poder se exerce “através de produções simbólicas que funcionam como instrumentos de dominação”. Ou seja, por intermédio do próprio poder simbólico, o discurso patrimonial é mobilizado para se legitimar. Além de ser um instrumento de legitimidade política e de projeção das cidades onde esse patrimônio está inserido, há uma problemática sobre o que esse *status* pode produzir. Tal *status* pode trazer à tona, segundo Peixoto (2002, p. 32), “embates nacionais e locais”.

Em 2015, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) inseriu na lista indicativa brasileira a patrimônio mundial um conjunto de 19 fortificações, porém foi no ano de 2017, no Seminário Internacional de Fortificações, ocorrido na cidade do Recife (PE), que foi confeccionado um documento – a Carta do Recife – que firma o compromisso de cooperação e esforços dos entes federais envolvidos em prol dessa candidatura. Esse processo de candidatura do conjunto patrimonial fortificado tem envolvido atores no âmbito cultural nas esferas civil e militar, além da profícua participação da academia, principalmente de pesquisadores ligados às universidades federais. A Carta do Recife demonstra que há um discurso eivado de poder, pois delinea a estratégia mobilizada pelos seus autores, segundo os moldes das diretrizes normatizadas pela Unesco, para a chancela do patrimônio mundial. Os fortes selecionados pelo Iphan para integrar a candidatura foram: os fortes Príncipe da Beira (RO); Coimbra (MS); de São José do Macapá (AP); as fortificações do Ratones e de Anhatomirim (SC); Santa Catarina do Cabedelo (PB); dos Reis Magos (RN); das Cinco Pontas, Brum e Santa Cruz de Itamaracá/Orange (PE); forte São Marcelo, Monte Serrat, Santa Maria, São Diogo e Santo Antônio da

Barra (BA); fortalezas Santa Cruz e São João (RJ); e as fortificações de Santo Amaro da Barra Grande e São João de Bertioga (SP).

O percurso metodológico adotado para a construção da referida pesquisa seguiu dados bibliográficos, que investigaram as diferentes contribuições científicas mediante a verificação de livros, artigos e teses correlatas ao tema proposto, além da análise do discurso da Carta do Recife. Como resultado, espera-se inferir em que grau as iniciativas propostas por essa candidatura corroboram para a corrida ao *status* de patrimônio mundial.

2.1 O PATRIMÔNIO MUNDIAL E SUAS PECULIARIDADES

O patrimônio da humanidade foi estabelecido em 1972 por meio da Conferência Geral da Unesco realizada em Paris. Esse conceito universalizado do patrimônio cultural emergiu das necessidades da salvaguarda do patrimônio cultural e natural na esfera global e do reconhecimento em prol da valorização da diversidade no âmbito cultural. Essa convenção, ratificada no ano de seu surgimento por 150 países, e em dados atuais por 190, consolidou o conceito de patrimônio mundial, cuja salvaguarda é prevista por dois mecanismos: o Fundo do Patrimônio Mundial¹ e o Comitê do Patrimônio Mundial² (UNESCO, 2018).

Nessa convenção, a Unesco procurou apresentar disposições que estabelecessem “um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional” (UNESCO, 1972). Assim, a preservação desses bens chancelados como mundiais teria a participação de toda a “humanidade”. Ou seja, nessa perspectiva, a proteção dessa categoria patrimonial seria de responsabilidade de “todos os povos”. Corroborando essa afirmativa, o texto de 1972 fala da obrigação dos Estados signatários da convenção quanto à “identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras

¹ O Fundo para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial de Valor Universal Excepcional, denominado de Fundo do Patrimônio Mundial, foi estabelecido pelo art. 15 da Convenção do Patrimônio Mundial. Seus recursos consistem principalmente em contribuições estimadas dos Estados partes da convenção e podem ser usados apenas para os propósitos definidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2018).

² É responsável pela implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, define o uso do Fundo do Patrimônio Mundial e destina assistência financeira mediante requerimento dos Estados partes. Tem a decisão sobre se uma propriedade está inscrita na Lista do Patrimônio Mundial. Examina os relatórios sobre o estado de conservação das propriedades inscritas e pede aos Estados partes que tomem medidas quando as propriedades não estão sendo adequadamente gerenciadas (UNESCO, 2018).

do patrimônio cultural e natural” (UNESCO, 1972). A preocupação da Unesco passou a ser a de que o patrimônio não somente apregoasse os valores “de civilização”, ou da cultura erudita, mas sim “a universalidade da cultura, através do respeito pelas culturas específicas” (POULOT, 2009, p. 225).

Outro ponto fundamental que ampara e legitima um bem a tornar-se mundial consiste no valor universal excepcional (VUE), e é pensando nesse valor que os patrimônios cultural/natural são analisados e julgados pelo comitê para receberem a chancela. Esse atributo, segundo a convenção, representa:

Uma obra-prima do gênio criativo humano; exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo; apresentar um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida; ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana; ser um exemplo excepcional de um assentamento humano tradicional, uso da terra ou do mar que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou de uma interação humana com o meio ambiente, especialmente quando ele se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis; estar diretamente ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, ideias ou crenças, obras artísticas e literárias de significação universal excepcional (UNESCO, 1972).

No ano de 2008, as diretrizes operacionais mais atuais foram publicadas, no que tange ao VUE, conforme a seguinte perspectiva: “Valor excepcional universal quer dizer um significado cultural e/ou natural que é excepcional o bastante para transcender limites nacionais e possuir uma importância compartilhada para as gerações presente e futura de toda a humanidade” (UNESCO, 2008).

De acordo com Pureza (1995), a excepcionalidade ocorre de maneira a apreciar algo que se destaca do comum em sua época e seu espaço, juntando a ele a capacidade de ser considerado extraordinário e representativo do patrimônio cultural das presentes e futuras gerações que coadunam o sentido de humanidade.

Apesar de a convenção da Unesco ter sido em 1972, o conceito de patrimônio da humanidade com a salvaguarda “coletiva” do patrimônio cultural e natural considerado de relevância universal começou a ser construído anteriormente a essa data.

A Unesco marca essa origem em 1959, durante um fato que envolveu o próprio órgão e a comunidade internacional: a construção da Represa de Assuã, no Egito, que colocou em perigo a integridade dos templos de Abu-Simbel e Philae, tidos como patrimônios da antiga civilização egípcia (BAETA, 2009). Segundo Pureza (1995), a instituição e proteção do patrimônio da humanidade surgiram com a ideia de fomentar um movimento de solidariedade entre os países. Nessa linha, a Unesco lançou uma campanha de proteção que possibilitou que os monumentos fossem desmontados, movidos para um lugar a salvo da inundação provocada pela construção da represa e novamente montados, peça a peça. Cinquenta diferentes países teriam contribuído financeiramente para o projeto, havendo a arrecadação de US\$ 80 milhões para tanto (UNESCO, 2018). Para a Unesco, o sucesso da iniciativa abriu espaço para campanhas semelhantes, com a finalidade de proteger sítios e monumentos na Itália, como em 1966 a lagoa de Veneza, as ruínas arqueológicas em Mohenjo-daro, no Paquistão, e os compostos do templo de Borobodur, na Indonésia (UNESCO, 2018).

Em 1965, em uma convenção na Casa Branca, nos Estados Unidos, tratou-se da necessidade de cooperação para proteger “as áreas naturais e paisagísticas e os sítios históricos do mundo para o presente e o futuro dos cidadãos do mundo inteiro” (UNESCO, 2018), mediante a criação de um fundo para o patrimônio mundial. Em 1968, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)³ lançou a proposta, entre seus membros, de um fundo para o patrimônio (UNESCO, 2018). Com isso, a ideia da Convenção de 1972 foi sendo esculpida como um dos principais norteadores à preservação, valorização e difusão do patrimônio cultural em uma esfera coletiva. Ou seja, a incumbência da salvaguarda do patrimônio, fosse ele cultural ou natural, seria de responsabilidade de todos, destacando parte da perspectiva de que o bem cultural é de interesse comum da humanidade, e não uma propriedade comum.

O Brasil tornou-se signatário da Unesco em 1977 e teve o seu primeiro bem chancelado em 1980: a cidade de Ouro Preto (MG), inscrita a partir de dois dos dez critérios estabelecidos em 1977 segundo a Convenção de 1972: os critérios do valor universal e excepcional. A cidade foi considerada “obra-prima do gênio criativo humano” e “testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural

³ É uma organização internacional não governamental que fornece ao Comitê do Patrimônio Mundial avaliações técnicas de propriedades do patrimônio natural (UNESCO, 2018).

ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido” (UNESCO,1972). De certo modo, o conceito de patrimônio mundial contribui de maneira notável em todo o globo na confecção das políticas de salvaguarda do patrimônio em todas suas categorias no Brasil (SCIFONE, 2004).

Atualmente, o Brasil possui 21 bens entre culturais e naturais emblemados como patrimônios mundiais e 21 bens na lista indicativa, divididos nas categorizações cultural, natural e misto, que anseiam a chancela do patrimônio mundial da Unesco (BRASIL, 2018).

2.2 A UNESCO E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO MUNDIAL

Elaborada na Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, a Lista do Patrimônio Mundial representa o reconhecimento, perante a Unesco, do valor universal e excepcional dos bens nela contidos. Estar na lista constitui, assim, para os países signatários, símbolo de *status* internacional, prestígio e reconhecimento e, portanto, fator de grande atração no turismo internacional (SCIFONI, 2003).

A inscrição dos bens na lista é de iniciativa do país onde eles se situam, cabendo a decisão final ao Comitê do Patrimônio Mundial, órgão composto de 21 representantes de Estados parte e que tem anualmente um terço de sua composição substituída. Em primeiro lugar, para um bem ser inserido na lista, ele necessita de reconhecimento. A inclusão na Lista do Patrimônio Mundial é um processo complexo e rigoroso. Além de comprovar o valor universal e as condições de integridade, o proponente deve apresentar um plano de gestão para a área e os sítios devem contar, previamente, com proteção jurídica adequada em seu país de origem. Tal pedido passa por várias instâncias até a deliberação final: o Centro do Patrimônio Mundial verifica se a proposição está completa, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)⁴ e a UICN avaliam tecnicamente o valor universal do bem, o escritório do patrimônio mundial estuda as opiniões dos técnicos de pareceres e, por último, o Comitê do Patrimônio Mundial autoriza, após sua decisão, a inserção ou não na lista.

⁴ É uma organização internacional não governamental que oferece ao Comitê do Patrimônio Mundial avaliações de propriedades culturais e mistas propostas para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2018).

É interessante destacar algumas mudanças ocorridas ao longo do tempo na distribuição desses números. Segundo Scifoni (2004), já na década de 1970, logo após a confecção do documento que estabelecia os critérios para o reconhecimento dos bens, os Estados Unidos iniciaram uma verdadeira corrida para inscrição de seus patrimônios na lista e no “final da mesma década os norte-americanos tinham cerca de 12% do total de bens tombados” (SCIFONI, 2004, p. 8). Ou seja, a corrida ao *status* do patrimônio mundial impulsionada pela lista estava começando. Ainda conforme Scifoni (2004), nos anos 1980, a Índia é o país que surgiu na primeira colocação em número de bens tombados, representando 7% do total da década, porém nos anos 1990 a liderança passou a ser de um país europeu, a Itália, com 8% do total.

Porém, segundo Peixoto (2002), foi nos anos 1990 que os processos de patrimonialização se intensificaram, evidenciando uma tendência já esculpida nas décadas de 1970 e 80, um “primeiro indicador” da corrida ao *status* do Patrimônio Mundial. Para Lima (2014), a criação da Lista do Patrimônio Mundial, por iniciativa da Unesco, surgiu de uma constatação: “A de que os governos locais, diante dos processos acelerados de modernização, eram incapazes de sozinhos atuarem na preservação de grande parte do seu patrimônio” (LIMA, 2014, p. 182).

O processo para eleição de um bem a patrimônio da humanidade passou por uma criteriosa avaliação internacional, pois a necessidade de que seu país de origem seja o proponente da eleição marca bem que a primeira seleção pela qual o bem passará é nacional, o que expõe o título a uma instância de interesses políticos e mercadológicos internos. Desde a criação da lista em 1977, o processo de eleição e a credibilidade da Unesco trazem grandes atrativos aos bens inscritos na lista, e o *status* de patrimônio da humanidade tornou-se o sustentáculo do turismo internacional, como também da legitimação política na esfera internacional. Todo esse processo, caracterizado por exímia competência avaliativa, segundo Lima (2014, p. 191), “parece confiar ainda mais significado ao título e *status* ao bem cultural, tendo como consequência um acréscimo considerável de seu potencial mercadológico e turístico”.

A patrimonialização em grande escala e as competições pelo *status* de patrimônio da humanidade acabam por enfatizar as estratégias políticas e econômicas que corroboram para aumentar a competição e a atratividade de territórios. A chancela da Unesco compõe um atrativo cultural e econômico para as

regiões, países e cidades em que os sítios se localizam e para o aumento da intensificação do fluxo de turismo e cultura, um dos principais subprodutos do “seleto” grupo que possui essa titulação.

Na percepção de Boaventura Santos (1996), a patrimonialização fomentada pelo regime de patrimônio mundial configura-se por um rompimento com os processos pretéritos de patrimonialização, pois estimula a apropriação dos patrimônios inerentes à humanidade, o que faz cessar um potencial contra-hegemônico.

Partindo da premissa do emblema que uma chancela da Unesco traz ao bem e ao país de que ele faz parte, Morel (1996) afirma que há uma profícua relação entre o patrimônio e o turismo, mas que a exploração turística não foi um pilar para a construção do conceito de patrimônio mundial elaborada pela Unesco:

En los planteamientos de la Convención de 1972 no se plantea de ninguna manera el que un bien de la humanidad pueda ser objeto fundamental de atracción turística, no se plantea de ninguna manera que un bien de la humanidad se convierta, sea por seu recurso turístico (MOREL, 1996, p. 83).

O autor ressalta, porém, que o interesse dos países pela inclusão na lista indicativa está relacionado aos benefícios que essa titulação traz para o *marketing* turístico:

Es indudable y más o menos evidente de todo lo anterior, que en casi todos los casos, prácticamente en todos, los grupos interesados que promovieron la declaración han sido movidos, al menos en parte, precisamente por esos intereses turísticos (MOREL, 1996, p. 84).

É fundamental salientar que, no caso do Brasil, apesar do tombamento, que é um instrumento jurídico administrativo que assegura a salvaguarda do bem patrimonial nas instâncias municipal, estadual ou federal, às vezes essa ferramenta é interpretada com certa ceticidade, pois ela é visualizada como uma limitação do uso dos bens, porém a titulação internacional é compreendida em outra perspectiva, como um rito de consagração do valor patrimonial, conferindo destaque e “*status* para determinados bens ou lugares dentro dos roteiros turísticos internacionais” (SCIFONI, 2004). Emblema que, de acordo com Scifoni (2004, p. 5), é “incorporado pelo *marketing* turístico dos setores público e privado, como objeto de consumo”.

Para Peixoto (2002), a ação desenvolvida pela Unesco com a criação da lista indicativa a patrimônio mundial contribui, em grande escala, para consolidar o mercado turístico.

Para entender melhor essa relação intrínseca entre o patrimônio e o turismo, Choay (2011, p. 211) elenca que o patrimônio adquiriu a partir da “década de 1960 um duplo sentido na era da indústria cultural e da expansão da sociedade do lazer”. Em uma ala, obras e lugares que proporcionam conhecimento, e, de outra, produtos culturais produzidos e encaixotados para serem consumidos de maneira cada vez mais intensa e por um número maior de turistas (SCIFONI, 2003).

Nesse sentido, pode-se observar uma espécie de distinção simbólica que a titulação traz ao patrimônio chancelado pela Unesco. Essa distinção simbólica funcionaria, segundo Peixoto (2002, p. 31), como uma ação estratégica ou uma ferramenta fundamental na intensificação dos fluxos turísticos ou como um elemento relevante das “políticas de *marketing* urbano de gestão e estruturação dos fluxos turísticos”. Ainda nessa perspectiva, nos campos simbólico e representacional, que se tornaram peças-chave na difusão das imagens das cidades, essas imagens representam um solo fértil de mudanças de identidades urbanas. Ou seja, a transformação do caráter identitário provocada pela aquisição desse *status* funciona como uma marca desses lugares e os torna mais competitivos, sobretudo na obtenção dos fluxos do turismo patrimonial (PEIXOTO, 2002).

Assim, segundo Peixoto (2002), enfatiza-se a pressão midiática no escopo das políticas urbanas das cidades onde se localizam esses patrimônios, como um fator essencial no aumento do valor estratégico desses bens culturais. Assim ele diz:

A pressão mediática no seio das políticas públicas urbanas estimulou a produção simbólica e de espaços emblemáticos, tendo contribuído para fazer aumentar o valor estratégico do patrimônio. Este [...] converteu-se numa palavra chave da retórica urbana e dos discursos performativos dos atores sociais (PEIXOTO, 2002, p. 27).

Ainda, problematizando essa questão do patrimônio mundial, Carr (1994) afiança que o patrimônio se transformou em um grande empreendimento internacional, e a ação capitaneada pela Unesco no domínio da identificação de sítios naturais e bens culturais, bem como a sua posterior inscrição na lista do patrimônio mundial, “tem favorecido amplamente no apoio a essa indústria; talvez não de modo intencional, contudo de maneira mais incisiva”. Nessa linha, Scifone

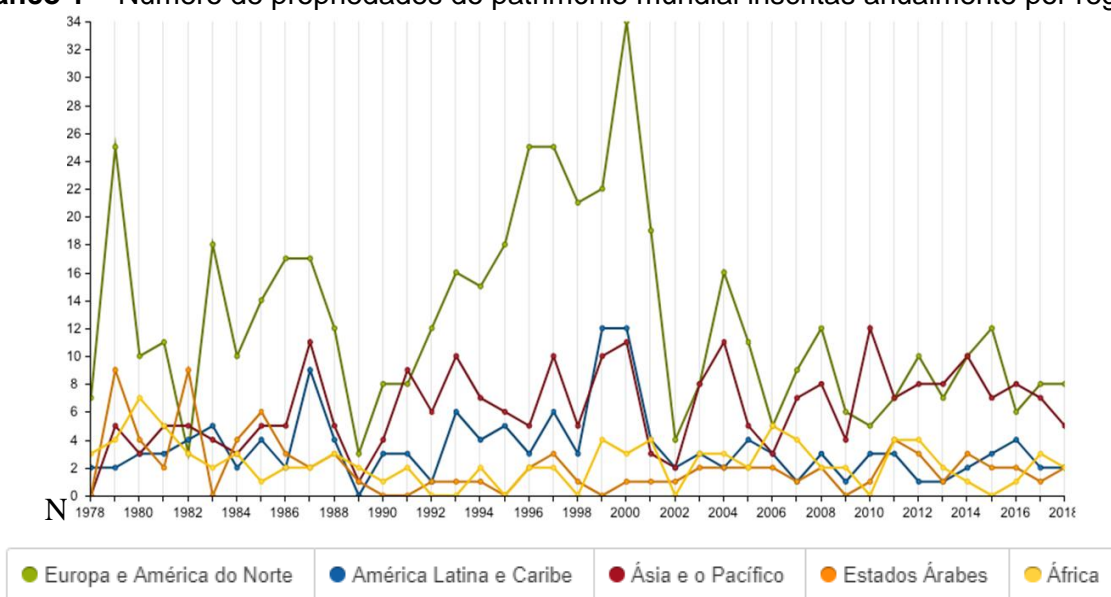
(2003, p. 82) pontua que o patrimônio se tornou um “produto cultural fabricado e empacotado” para cada vez mais atrair um número maior de turistas.

Adentrar no seleto grupo da Lista do Patrimônio Mundial simboliza para muitos países a inserção e o reconhecimento de seus bens culturais no circuito global de cidades, por intermédio da atividade turística, que amplia e reafirma um “capital simbólico” (HARVEY, 2005). O que se observa é que, com a inserção na lista, se constroem imagens “valorativas” que produzem simulacros da história, da tradição e da cultura local, e o *marketing* é utilizado como mola propulsora na promoção e transformação identitária, utilizando o patrimônio histórico cultural.

A legitimação política é outro fator que vem atrelado ao *status* do patrimônio, juntamente com o turismo, e que intensifica a corrida ao patrimônio mundial. Contudo não se pode negar a importância, no espectro histórico e cultural, dos bens reconhecidos como patrimônio da humanidade. Os critérios especificados para inscrição, como excepcionalidade, universalidade e autenticidade, acabam sendo utilizados de certa forma como recursos “monopolistas” e apresentam-se como muito condizentes com as necessidades do turismo mundial. O emblema de um bem como de interesse da humanidade é um alibi notável para atrair turistas e visitantes (LIMA, 2014).

Os dados atualizados do Gráfico 1 e da Tabela 1 mostram a geografia desigual da lista do patrimônio mundial, com a Europa/América do Norte tendo quase metade dos bens chancelados pela Unesco. Esse fato corrobora com a afirmativa de Costa (2009) de que essa disparidade na lista somente é compreendida na esfera política e na da economia global. Ou seja, no próprio eixo das relações internacionais, no posicionamento de cada Estado signatário, no cenário mundial, e não pautada pelo panorama histórico-cultural ou natural de cada país.

Peixoto (2003) vai mais além e afirma que essa desigualdade está vinculada totalmente aos destinos turísticos, pois as cidades europeias que possuem bens reconhecidos como mundiais são os principais destinos do turismo histórico patrimonial. Com isso, o patrimônio tornou-se um dos campos preferenciais das indústrias culturais urbanas (FORTUNA, 1997).

Gráfico 1 – Número de propriedades do patrimônio mundial inscritas anualmente por região

Fonte: disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/stat>>. Acesso em: 25 nov. 2018

Tabela 1 – Número de propriedades do patrimônio mundial por região

Regiões	Cultural	Natural	Misturado	Total	%	Estados Partes com propriedades inscritas
África	52	38	5	95	8,70%	35
Estados Árabes	76	5	3	84	7,69%	18
Ásia e o Pacífico	181	65	12	258 *	23,63%	36
Europa e América do Norte	440	63	11	514 *	47,07%	50
América Latina e Caribe	96	38	7	141 *	12,91%	28
Total	845	209	38	1092	100%	167

Fonte: disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/stat>>. Acesso em: 26 nov. 2018

2.3 O CASO DA CANDIDATURA DOS FORTES BRASILEIROS A PATRIMÔNIO MUNDIAL

O patrimônio cultural fortificado do Brasil é vasto e diversificado, e grande parte desses fortes foi erguida nas regiões litorâneas no período colonial brasileiro, com a finalidade principal de guarnecer o território nacional. Essa categoria arquitetônica do patrimônio militar recebeu logo nos primeiros anos de vigência do Decreto n.º 25 (lei do tombamento), de 1937, um dos maiores índices de tombamento naquele período.

Implantado pelos europeus no Brasil, o processo de ocupação do território do patrimônio fortificado teve suas origens de modo particular, diferenciado das outras potências coloniais. Baseava-se em um esforço descentralizado, oriundo de ações dos próprios moradores das diferentes capitanias que formariam o Brasil, sem

grande intervenção da metrópole. Isso resultou na construção de centenas de fortificações espalhadas por todo o território nacional (HOMERO, 2006).

No decorrer de décadas esses patrimônios de arquitetura militar passaram por transformações. Alguns foram abandonados; outros, apesar de obsoletos para a questão bélica, se tornaram quartéis de base administrativa do exército; e alguns foram adaptados para novos usos. É fundamental ressaltarmos que determinados bens foram, por meio de concessões, passados para a tutela de governos estaduais, municipais e universidades federais. É o caso das fortificações Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio de Ratoles, localizadas na ilha de Santa Catarina e que foram capitaneadas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que tem exercido um trabalho de ressignificação desses patrimônios e vem se tornando referência de gestão nessa categoria patrimonial (OLIVEIRA; GUSSO; CUNHA LIMA, 2018).

Em abril de 2017, os ministérios da Defesa, do Turismo e da Cultura, em parceria, elaboraram a Carta do Recife, documento que fixou e estabeleceu as diretrizes e os pressupostos da candidatura do conjunto de fortificações brasileiras candidatas a patrimônio mundial. Segundo o Iphan, o conjunto de 19 fortes foi selecionado por fatores principais de defesa e de demarcação de território e também pelas conjunções de gestão, estado de preservação e conservação dos fortes (BRASIL, 2015).

As fortificações selecionadas foram: os fortes Príncipe da Beira (RO) e Coimbra (MS), que delimitavam os marcos da fronteira oeste do território brasileiro; o Forte de São José do Macapá (AP), como marco das definições da fronteira norte; as fortificações do Ratoles e de Anhatomirim, da ilha de Santa Catarina, que demarcavam a divisa sul; o Forte dos Reis Magos, em Natal (RN), atentando-se ao extremo leste; as fortificações de Pernambuco – das Cinco Pontas, Brum e Santa Cruz de Itamaracá/Orange –, marcando as lutas contra a Companhia das Índias; os fortes da Baía de Todos os Santos, São Marcelo, Monte Serrat, Santa Maria, São Diogo e Santo Antônio da Barra, e os da Baía da Guanabara, fortalezas Santa Cruz e São João, ocupando-se das defesas das duas capitais do Brasil colônia; e as fortificações da Barra de Santos, incluindo os fortes do Canal de Bertioga, Barra Grande e São João, assinalando a defesa do porto que escoou a maior parte da riqueza produzida no Brasil (BRASIL, 2015).

Segundo Homero (*apud* BRASIL, 2015), a candidatura dos fortes brasileiros é semelhante à de outras candidaturas de conjuntos fortificados descontínuos que receberam a chancela da Unesco. A atual Lista do Patrimônio Mundial contém outros conjuntos fortificados descontínuos. São eles: as fortificações do lado caribenho do Panamá, Portobelo e San Lorenzo, composto de 14 obras distintas, selecionadas como bens excepcionais da arquitetura militar espanhola dos séculos XVII e XVIII. Uma das diversas diferenças entre os conjuntos brasileiro e panamenho, porém, está nas dimensões geográficas – o conjunto brasileiro é mais extenso. Outro caso são os 12 conjuntos das fortificações de Vauban, na França, erguidas entre os séculos XVII e XVIII. Homero (*apud* BRASIL, 2015, p. 9) faz a análise entre os dois conjuntos:

A comparação é válida pelo aspecto de delimitação das fronteiras, apesar de no caso francês as obras defensivas terem sido feitas em áreas já consolidadas pertencentes àquele país. Além disso, no caso brasileiro, a maior parte das fortificações não é exemplar de arquitetura erudita como as de Vauban, apresentando-se, de forma mais relevante, como obras que expressam representações dos diferentes grupos culturais que estavam se firmando naquele momento, justamente com a edificação de obras defensivas, que delimitavam o alcance e extensão da ocupação lusitana no Novo Mundo em face das diferentes culturas limítrofes (indígena, espanhola, francesa, inglesa e holandesa).

Um dos fatores que chamam a atenção em todo o processo dessa candidatura das fortalezas brasileiras a patrimônio mundial é a participação das forças armadas nesse processo. No mês de novembro de 2017, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro o Encontro Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar (Icofort Rio 2017), evento em que estive presente e que contou com a presença de gestores, pesquisadores e estudantes envolvidos com o patrimônio fortificado. Lá, pudemos observar o quanto a academia está envolvida no processo da candidatura dos fortes, juntamente com os entes, contribuindo de forma significativa por meio de pesquisas e discussões em torno das demandas atuais da gestão dessa tipologia de patrimônio cultural.

A busca por uma futura chancela da Unesco mobilizou entes civis e militares, tendo em vista que o exército é a instituição que possui mais bens sob sua tutela e tem contado com o apoio de fundações e da academia.

Partindo dessa perspectiva, a Carta do Recife, que pragmatiza as intenções dos entes envolvidos no processo, tem sido o norteador dessa candidatura e colaborado na construção de interfaces institucionais que, segundo o próprio documento, promovem qualificar as iniciativas no campo da preservação, da gestão e do turismo desses bens patrimoniais. O documento enfatiza logo no parágrafo introdutório o compromisso dos entes na articulação dos trabalhos em prol da candidatura: “Sob o signo da integração de iniciativas, nós, Ministros da Cultura, Turismo e Defesa, subscrevemos, na cidade do Recife, o presente manifesto para articulação de nossas equipes na construção de planos de trabalho integrados” (BRASIL, 2017).

O documento adota claramente, nas suas diretrizes, as orientações da Unesco para o reconhecimento do VUE, atributo fundamental para a chancela de um bem, trazendo a gestão e o turismo cultural como elementos principais. Seguem as normativas estabelecidas nessa carta de intenções:

1. Promover o uso sustentável para assegurar a preservação do bem, garantindo sua conservação e manutenção;
2. Fomentar a gestão do conhecimento para preservar a memória e estimular o turismo cultural;
3. Implementar estratégias de comunicação para a valorização e divulgação das Fortificações;
4. Promover a interpretação do Patrimônio para ampliar a compreensão sobre o bem cultural e proporcionar meios de qualificar a experiência da visita;
5. Estimular iniciativas de educação patrimonial que favoreçam a apropriação das fortificações a partir do conceito ampliado de patrimônio cultural;
6. Promover a certificação das Fortificações como destinos patrimoniais no desenvolvimento do Turismo Cultural no Brasil.
7. Empreender iniciativas de qualificação para o turismo cultural tomando como base de referência as fortificações;
8. Estimular a gestão compartilhada das fortificações de forma a propiciar a participação da população nesse processo;
9. Identificar e promover formas inovadoras de fomento entre entidades públicas e privadas das gestões das fortificações;
10. Promover a integração do “conjunto de fortificações do Brasil” e o respeito às especificidades de cada componente, de modo a estabelecer uma matriz de responsabilidade para sua governança (BRASIL, 2017).

Além da carta com as diretrizes, outro documento foi confeccionado no seminário internacional de fortificação, o relatório dos grupos de trabalho, que estabeleceu recomendações assim divididas: gestão de fortificação; realização de diagnósticos e análises sobre fortificações; sustentabilidade; produção e gestão do conhecimento; e educação patrimonial e turismo.

A iniciativa de fixação da posição política dos entes com a formulação desse documento, que marca a candidatura desse conjunto patrimonial fortificado e cujo objetivo principal é a chancela da Unesco, tem aproximado, como citado anteriormente, no viés cultural, autoridades do campo das esferas civil e militar. Sabe-se que o *status* do patrimônio mundial desperta interesse de diversos setores do campo do patrimônio cultural na sociedade, e o discurso dos militares envolvidos nesse processo de candidatura no que tange ao patrimônio não é diferente (OLIVEIRA; GUSSO; CUNHA LIMA, 2018).

A Carta do Recife indica os discursos tramados na proposição da candidatura, trazendo à luz as reflexões foucaultianas:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjugar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2003, p. 10).

Partindo desse fragmento, observamos na candidatura do patrimônio fortificado brasileiro que, nas suas regras de elaboração, de distribuição e do controle dos discursos, são refletidos saberes e poderes. No caso em questão, o próprio discurso do patrimônio mundial e a busca por esse *status* manifestam os dispositivos de poder e de saber da esfera patrimonial. Dessa forma, além das regras de produção do discurso e das formulações de verdade, há práticas de poder em constante movimento. Segundo Gusso (2008), para Foucault, a sociedade moderna ocidental é caracterizada por um regime próprio de formação de verdades na esfera dos discursos histórico, jurídico e científico que não mais poderiam ser pensados dissociados dos mecanismos de poder presentes na sociedade. São esses mecanismos de poder que fazem falar, tornam possíveis e induzem as produções de verdade e, de maneira semelhante, são as produções de verdade que “legitimam” os efeitos de poder, promovendo a formação de uma profícua relação entre saber e poder e poder e saber.

Outro ponto fundamental para entender essa busca ao *status* do patrimônio mundial no cenário global, argumentação já trazida anteriormente e levantada por Peixoto (2002), que analisou o aumento do número de bens inscritos na lista do patrimônio mundial e sua relação com a intensificação dos fluxos turísticos nesses bens chancelados, no caso aqui pesquisado, é a ativação do poder simbólico no discurso que está sendo mobilizado para essa candidatura. Para Bourdieu (1989, p. 15), o poder simbólico é exercido mediante produções simbólicas que funcionam como instrumento de dominação. Ainda discorrendo sobre o poder simbólico, o autor enfatiza que esse poder simbólico é uma forma transformada, ou seja, transfigurada e legitimada das outras formas de poder. Analisando o poder intrínseco no discurso da candidatura a patrimônio mundial, na concepção de Machado (2005), o poder não é um objeto natural, mas antes a prática social constituída historicamente no interior dos muros das instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que na candidatura dos fortes brasileiros a patrimônio mundial se aporta na Carta do Recife como documento norteador, pois é com base nela que se verificam a formulação e as diretrizes que serão utilizadas como estratégias – pelos seus autores – para a mobilização do discurso visando à consolidação da candidatura a patrimônio mundial da Unesco. Esse documento é um programa de intenções muito nítido e estratégico desenhado à luz das diretrizes apontadas pela Unesco para a chancela do patrimônio mundial. Ou seja, o que se observa analisando esse documento é que há uma mobilização bastante clara no sentido de se buscar essa chancela para esse conjunto de fortificações.

A Carta do Recife é um documento que representa uma estratégia de poder. Trata-se da consolidação desses poderes e saberes. Ela representa no campo simbólico como as forças se mobilizaram, estrategicamente, para produzir um discurso sobre o patrimônio cultural “usável”, adequado para servir ao discurso da Unesco. Várias são as apostas de ganhos.

Apoiados nos exemplos trazidos neste artigo, acreditamos que o turismo, a economia e a cultura são pilares que norteiam essa candidatura, mas que também há um capital político nesse processo, materializado na própria aproximação dos militares com civis no âmbito cultural. Nesse contexto, é interessante ressaltar que a

busca pelo *status* de patrimônio mundial consiste em uma ferramenta simbólica que ajuda a alcançar notoriedade política num mundo competitivo e também utilizada como fonte de legitimidade política (OLIVEIRA; GUSSO; CUNHA LIMA, 2018), porém entendemos que há uma disputa pelo poder do discurso na Carta do Recife, que representa os diferentes atores mobilizados estrategicamente para se obter a chancela do patrimônio mundial, podendo configurar diferentes textos para diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

BAETA, Claudia F. L. Patrimônios da humanidade e patrimônios nacionais. Patrimônio: Prática e reflexões: a questão nacional do Iphan. **III Oficina de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 5, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Carta do Recife, 7 abr. 2017**. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4057/fortificacoes-brasileiras-serao-foco-de-politica-para-incremento-do-turismo-no-brasil>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937**. Brasil, 1937.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Brazilian Tentative list 2015 world cultural heritage UNESCO**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio cultural e natural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

CARR, E. A. J. Tourism and heritage: the pressures and challenges of the 1990. *In*: ASHWORTH, Greg; LARKHAM, P. (orgs.). **Building a new heritage: tourism, culture and identity in the New Europe**. Londres/Nova York: Routledge, 1994. p. 50-68.

CHOAY, Françoise **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.

COSTA, Everaldo B. O lugar da América latina na geografia do patrimônio mundial. *In*: ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevidéo. **Anais [...]**. 2009.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade. *In*: _____ (org.). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta, 1997. p. 231-257.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 9. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GUSSO, Luana C. S. **O princípio da culpabilidade e a produção de sujeitos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOMERO, Adler C. F. **As muralhas de pedra, canhões, homens de ferro: fortificações do Brasil – 1504-2006**. São Paulo: Editora Funceb, 2006. v. 1.

LIMA, Elaine F. **Da nação ao mercado: patrimônios mundiais e intervenções urbanas em perspectiva comparada**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005. p. 10-19.

MOREL, Joaquín Bosque Conferência: o patrimônio da humanidade. *In*: YAGIZI, Eduardo *et al.* (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 77-87.

OLIVEIRA, Alessandro P.; GUSSO, Luana C. S.; CUNHA LIMA, Felipe B. A produção do discurso sobre o patrimônio cultural militar: os usos e desusos dos tombamentos das fortalezas no Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 62, dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n69p112>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco). **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural**. Unesco, 1972.

_____. **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural**. Unesco, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em 10 nov 2018.

_____. **O patrimônio mundial**. Unesco, 2018. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/stat>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

PEIXOTO, Paulo. A corrida ao *status* de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas**, Coimbra, ano I, n. 1, 2002.

_____. Centros históricos e sustentabilidades cultural das cidades. **Sociologia**, Porto, 2003.

_____. O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, Coimbra, n. 155, out. 2000. Disponível em: <<https://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/o155/text>>. Acesso em: 10 out. 2018.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PUREZA, José M. **O patrimônio comum da humanidade: rumo ao direito internacional da solidariedade?** Tese (Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social) – Faculdade de Economia de Coimbra, Coimbra, 1995. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/483>>. Acesso em: 27 out. 2018.

SANTOS, Boaventura de S. A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 45, 1996.

SCIFONI, Simone. A Unesco e o patrimônio da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. *In*: ENCONTRO DA ANPPAS, 2004, Indaiatuba. **Anais [...]**. 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/simone_scifoni.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.

_____. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123833>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

3 AS IMPLICAÇÕES DO TURISMO NAS FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS CANDIDATAS A PATRIMÔNIO MUNDIAL

Resumo: O patrimônio cultural fortificado no Brasil tem tido significativo apelo turístico, e essa mobilização está correlacionada com as políticas de valorização, proteção e salvaguarda dessa categoria patrimonial e com a dinamização do turismo nesses patrimônios. A presente pesquisa objetivou analisar as estratégias de turistificação, como também a mobilização do discurso oficial, das fortificações brasileiras candidatas a patrimônio mundial. Busca-se, neste artigo, investigar se o turismo é capaz de se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento local, transformando-se em um instrumento para o estímulo e a dinamização da região onde o patrimônio está inserido. A metodologia utilizada envolveu a pesquisa documental e bibliográfica e a análise do discurso do documento Carta do Recife. Como resultado, inferiu-se que o turismo tem sido acionado como um dos principais alicerces na construção do discurso patrimonial da candidatura e que os fortes abordados nesta pesquisa por meio do turismo podem constituir novos espaços de experiência e a essas experiências novas expectativas serão incorporadas.

Palavras-chave: turismo; preservação; Unesco; patrimônio militar.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma pesquisa que tem como temática a análise do discurso patrimonial militar da candidatura do conjunto de fortificações brasileiras a patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O presente texto teve como objetivos analisar as estratégias de turistificação envolvidas na candidatura dos fortes brasileiros de arquitetura militar e também investigar a mobilização do discurso oficial da candidatura no âmbito do turismo desses bens.

O patrimônio cultural fortificado no Brasil tem tido significativo apelo turístico, e essa mobilização está correlacionada com as políticas de valorização, proteção e salvaguarda dessa categoria patrimonial e com a dinamização do turismo nesses patrimônios. Um caso que explicita bem as iniciativas tomadas pelos gestores para impulsionar o turismo dessa categoria patrimonial são as fortalezas de Florianópolis (Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio de Ratonés), que fazem parte da lista indicativa a patrimônio mundial. Por intermédio de medidas voltadas a esse setor, houve um significativo aumento das visitas, ampliando-se assim a visibilidade e o conhecimento sobre esses bens culturais.

Partindo desse pressuposto, observamos que os fortes brasileiros seguem os mesmos efeitos da tendência global de tombamento descrita por Peixoto (2002)

como uma “corrida ao *status* de patrimônio”, fato que corrobora com a suposição de que a almejada chancela da Unesco pode ser uma estratégia de atingir o mercado turístico.

Em outras palavras, entendemos que com esse emblema de patrimônio mundial os fortes são alçados à condição de interesse turístico, o que propicia o incremento do desenvolvimento desse tipo de atividade, reflexo da valorização que esses patrimônios adquirem com tal titulação. Assim, busca-se investigar se o turismo é capaz de se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento local, funcionando como um instrumento para o estímulo e a dinamização da região onde o patrimônio está inserido e, desse modo, agir também como vetor de proteção e de sustentabilidade do bem cultural.

Em contrapartida, o turismo ainda poderia ser um dos principais sustentáculos da construção do discurso patrimonial e, assim, ser utilizado para modificar a identidade simbólica desses patrimônios, que, no conceito de Fortuna (1997), é provocada pela obtenção desse *status* que funciona como imagem de marca de lugares ao nível da captação dos fluxos turísticos. Logo, as cidades cujos conjuntos patrimoniais são mais valiosos e valorizados pelo setor turístico se esforçam na profunda transformação da sua identidade simbólica e de sua imagem internacional.

Portanto, para o desenvolvimento desta pesquisa, foram adotados no seu percurso metodológico dados bibliográficos que auxiliaram a investigação e o delineamento do tema, como ainda a análise documental, que ocorreu mediante a seleção dos documentos, exploração dos dados fornecidos e a análise do discurso do documento Carta do Recife. Espera-se como resultado identificar quais medidas no campo turístico têm sido um sustentáculo à construção do discurso patrimonial que ampara a candidatura dos fortes de arquitetura militar a patrimônio mundial e se o turismo é capaz de se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento local.

3.1 O PATRIMÔNIO FORTIFICADO E O TURISMO CULTURAL

Erguidas para defesa e proteção do território nacional e servindo como ferramenta na construção e no desenvolvimento de vilas e cidades, as fortificações brasileiras disseminaram-se pelo território brasileiro levando em consideração a ideia da possível ameaça externa. Os fortes foram erigidos em locais indicados pela estratégia político-militar de conquista, expansão e domínio do território e ocuparam

posições que podiam servir de apoio a ações de proteção ao comércio, a atividades extrativistas e a ações contra ataques indígenas (FERNANDES, 2017).

Os fortes brasileiros tiveram papel insigne na história nacional. De fato, o passado do país está ligado de forma inseparável à história desse tipo de edificação militar. Perpassando pelos séculos XVI ao XX, período de funcionalidade bélica desses patrimônios, os fortes participaram ativamente de guerras, revoluções, rebeliões e serviram como cárceres, hospitais etc. Segundo Homero (2009), entre as diferentes tipologias de fortificações (fortins, baterias, fortes, fortalezas etc.), no Brasil há mais de mil sítios onde existem, ou já existiram, fortificações de origem militar (HOMERO, 2013).

O primeiro forte das Américas teria sido construído em 1534 na Baía de Todos os Santos (Forte Santo Antônio da Barra) pela Coroa Portuguesa (PRADO, 1998). Barretto (1958) elenca as diversas regiões do mundo nas quais os portugueses edificaram fortificações e destaca a grande quantidade de tais construções no país:

Mas em nenhuma outra parte existem tantas como neste imenso Brasil, levantadas desde o século XVI ao século XVIII, primeiro de madeira e terra socada, depois de alvenaria e tijolo de pedra, cada uma com sua história, seu papel e seu destino no passado (BARRETTO, 1958, p. 14).

Na década de 1930, quando o sistema de proteção ao patrimônio cultural começou a ser esculpido, um dos tipos de monumento que tiveram seu valor imediatamente reconhecido foram os fortes. O papel de representação de valores dessas edificações militares, mesmo já sem utilidade defensiva, fez com que elas fossem encaradas como se tivessem uma nova utilidade, a de servir de símbolo para atrações turísticas (HOMERO, 2013).

Em 1937 as fortificações receberam, como os demais patrimônios materiais do país, uma normatização que as salvaguardava, o Decreto n.º 25 (BRASIL, 1937), que estabeleceu o tombamento e que se tornou uma ferramenta jurídico-administrativa na preservação e conservação do patrimônio cultural brasileiro. Os fortes eram vistos pelo órgão de proteção, o recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como um bem de grande valor simbólico, porém gozavam de menor interesse do ponto de vista mercadológico, por serem obsoletos e não terem uso prático naquele período (HOMERO, 2013). Ainda nessa

perspectiva, segundo Homero (2013, p. 15), no que tangia aos tombamentos desses monumentos, a decisão dos funcionários do SPHAN daquela época de tombar os fortes foi sensata: uma ótica estritamente utilitária implicaria na sua desproteção; logo, acarretaria seu abandono quando não mais tivessem função prática original.

Com o passar do tempo, os fortes foram perdendo sua função original, adaptando-se a novos usos, e atualmente buscam conectar-se às dinâmicas urbanas inerentes à contemporaneidade. Com isso, o turismo surgiu com as funções, no que concerne ao patrimônio histórico cultural, de preservar e conservar o bem patrimonial.

O turismo, quando desenvolvido sob o recorte do segmento cultural no patrimônio aliado à participação dos atores sociais e da comunidade, estabelece vínculos identitários. Conforme Egrejas e Bartholo (2015, p. 248), “o lugar turístico pode ser considerado um lugar de pertencimento para o frequentador e morador”. Partindo dessa premissa, o turismo pode se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento local da região onde o patrimônio está inserido. Assim, transforma-se em um pilar essencial para alicerçar sua sustentabilidade, que ligado à educação e ao lazer pode funcionar como um vetor da democratização do conhecimento histórico e da própria valorização do patrimônio (OLIVEIRA; GUSSO; CUNHA LIMA, no prelo).

Nessa perspectiva, o turismo praticado de forma integrada a estas duas áreas, cultura e educação, pode viabilizar tanto a preservação quanto promover a cidadania e o desenvolvimento local. Porém o turismo pode ser um fator de marginalização das populações locais e um condutor de tensões sociais quando realizado sem agregar os valores locais e sem fazer participar as populações dos seus benefícios (ANDRADE, 2008).

O turismo pode representar ao desenvolvimento local um alicerce para economias locais, oferecendo condições para que os pequenos e médios empreendedores locais possam se aperfeiçoar e criar postos de trabalho, beneficiando com isso a população local e incentivando o surgimento de novas experiências que promovam o desenvolvimento da localidade onde esse patrimônio está inserido. Nessa linha, Coriolano (2003) afirma que o desenvolvimento se dá quando todas as pessoas envolvidas são beneficiadas e o turismo pode se conectar ao crescimento econômico concentrado, como ao desenvolvimento social, ou seja, local.

Com relação ao turismo em fortificações, para Homero (2013), o patrimônio fortificado possui grande apelo turístico: em primeiro lugar, por conta da própria antiguidade das edificações; segundo, em razão do aspecto simbólico que elas transmitem por meio da “representação do poder, do Estado e, de forma indireta, da sensação de segurança causada pela presença de um vigilante armado, concretizado nas muralhas de uma fortificação” (HOMERO, 2013, p. 13). Esse ponto de representação de poder e sensação psicológica a isso associada foi – e ainda é – muito importante para explicar a própria existência desses fortes pelo país hoje na atualidade.

O turismo cultural tem se tornado crucial na divulgação e preservação do patrimônio. Esse segmento turístico busca enfatizar os laços de identidade entre o patrimônio e a comunidade em que está inserido e promover a democratização do conhecimento acerca do bem. Nesse bem cultural, o visitante interage com ele, “sente-o” e vivencia-o, estabelecendo assim uma conexão essencial para a difusão, a valorização e a preservação do patrimônio (CUNHA LIMA; GUSSO; OLIVEIRA, no prelo).

O Turismo impulsiona a exploração das características de identidade e as tradições locais, buscando os guardiões e os evocadores de memória para que a construção da imagem turística tenha compatibilidade com a memória coletiva do lugar. Isso acontece porque, com a globalização, as pessoas realizam mais os câmbios culturais, precisando, para isso, de uma simbologia que os represente e que possa ser trocada e passada para outros grupos sociais (CARVALHO, 2013, p. 39).

Porém essa discussão do turismo como ferramenta de salvaguarda do patrimônio é mais complexa do que parece, tendo em vista que em muitos casos a intensificação do turismo nos patrimônios sem participação da comunidade nesse processo pode ocasionar perda da identidade simbólica dos bens, para se adaptar à demanda turística.

3.2 O CASO DOS FORTES CANDIDATOS A PATRIMÔNIO MUNDIAL NA ÓTICA DO TURISMO

O emblema do patrimônio mundial que traz consigo reconhecimento no âmbito global tem sido almejado cada vez mais por países que buscam a

intensificação dos fluxos turísticos no seu território. Esse emblema da Unesco traz um novo *status* internacional e uma distinção que incidem de modo positivo no desenvolvimento do *city marketing*¹. Segundo Peixoto (2002), essa “marca” do patrimônio mundial tornou-se uma distinção simbólica usada por cidades e Estados desmedidamente para reforçar a atratividade turística nesses patrimônios.

Nessa linha de raciocínio, Fortuna (1997) pontua que o turismo pode ser utilizado para modificar a identidade simbólica desses patrimônios, provocado pela obtenção desse *status* que funciona como imagem de marca de lugares ao nível da captação dos fluxos turísticos, e as cidades cujos conjuntos patrimoniais são mais valiosos e valorizados pelo setor turístico se esforçam na profunda transformação da sua identidade simbólica e de sua imagem internacional. Peixoto (2002) cita a “corrida” ao patrimônio mundial que se disseminou nas cidades com patrimônios considerados mais “valiosos” pelo mercado turístico. Assim ele afiança: “Em face de uma corrida que se intensificou fortemente à medida que as cidades dos países que dispõem de conjuntos patrimoniais mais valiosos ou mais valorizados” pelo mercado turístico, impulsionadas pelo discurso da concorrência e pela “densificação dos fluxos turísticos”, se esforçaram assiduamente na mudança de sua identidade simbólica (PEIXOTO, 2002, p. 28).

Faz-se fundamental salientarmos que, segundo as orientações técnicas para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, para que a comunidade internacional “adote” o patrimônio, é essencial que o país signatário ofereça serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio; mostre capacidade científica, técnica, administrativa, jurídica e econômica para desenvolver medidas de segurança; tenha institutos ou centros preservacionistas; estabeleça a criação de associações ou fundações, públicas ou privadas, voltadas para ações de preservação; crie projetos educativos e de informação; e colabore em campanhas para o Fundo do Patrimônio Mundial. Resumindo, para que o fundo apoie a chancela do patrimônio, solicita uma contrapartida dos países-membros, que limitam abertamente a entrada àqueles que possuem uma maior ordenação política,

¹ *City marketing* é definido como a percepção das vantagens da obtenção de investimentos privados e a preparação de estruturas de parceria para alcançá-los. O *city marketing* é tratado como um processo mediante o qual as atividades urbanas estão o mais próximo possível relacionadas com a demanda de clientes-alvo de forma a maximizar a eficiência social e o funcionamento econômico da área envolvida de acordo com todos os objetos que tenham sido estabelecidos (ASHWORTH; VOOGD *apud* SANCHEZ, 2003, p. 55).

administrativa, científica e econômica no que tange às ações preservacionistas (SANCHEZ, 2003).

É notório que existe uma grande relação entre o turismo e o patrimônio, porém na esfera conceitual do patrimônio da humanidade, segundo Morel (1996), a exploração turística não foi preponderante para a elaboração da concepção de patrimônio mundial. Essa aproximação entre o turismo e o patrimônio foi pauta da conferência da Unesco de 1975, na qual o documento emitido pelo órgão na conferência geral na 18.^a seção, programa e orçamento, aprovados para 1975-1976, aborda os efeitos do turismo sobre os valores socioculturais:

Os efeitos do turismo sobre os valores socioculturais: o desenvolvimento do turismo cultural tem permitido aos Estados membros financiar a conservação e preservação de certos monumentos e sítios; mas quando o fluxo de turistas excede um certo limite, isso pode ter consequências no contexto sociocultural, causando mudanças que podem ameaçar os valores culturais (UNESCO, 1975).

Nessa perspectiva, vemos, conforme será abordado posteriormente, que no documento que norteia a candidatura dos fortes brasileiros nomeado de Carta do Recife o turismo cultural aparece como destaque e um dos pontos fortes. Pode-se dizer que a candidatura a patrimônio mundial do conjunto de 19 fortificações brasileiras a patrimônio mundial é um fator da crescente valorização do patrimônio cultural de origem militar no país.

As fortificações têm tido intenso apelo turístico, tendo em vista que a maioria dessas edificações militares se localiza em regiões litorâneas cujas cidades possuem elevado fluxo turístico. Os fortes nessa corrida ao *status* de patrimônio mundial, se forem emblemados pela Unesco, podem ser alçados pela intensificação dos fluxos turísticos e, em contrapartida, como citado anteriormente, ter sua identidade simbólica modificada.

No Encontro Internacional de Fortificações Militares (Icofort Rio 2017), sobre gestão, inovação e turismo em fortificações, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, que reuniu acadêmicos que pesquisam o patrimônio fortificado, evento que trouxe como uma de suas temáticas principais a candidatura dos fortes brasileiros a patrimônio mundial, Bartholo (*apud* ICOFORT BRASIL, 2017) em sua fala afirmou que “os fortes como sítio simbólico de pertencimento podem ser marcadores visíveis

de uma dimensão simbólica invisível”. Para ele, esses sítios evidenciam vínculos afetivos tão intensos que formam laços de identidade.

Nessa perspectiva, Zaoual (2009) enfatiza que, em uma humanidade importunada pela perda de referências, a necessidade de pertencimento, bem como da troca intercultural, expõe o anseio da busca de sentidos por parte dos atores. Segundo o autor, esses sítios simbólicos de pertencimento são lugares, não fundamentalmente geográficos, que estabelecem relações com seus habitantes ou com seus visitantes, dando-lhes existência, cultura e sentido social. São eles próprios marcadores da memória social, dos saberes e dos fazeres coletivos, proporcionando aos habitantes e visitantes sentido de pertencimento.

Sobre a demanda econômica no viés do turismo, Zaoual (2009) salienta que os fenômenos econômicos de oferta e demanda, bem como as “condições sociais, institucionais e tecnológicas não podem, de forma nenhuma, escapar às contingências culturais e históricas dos sítios” (ZAOUAL, 2009, p. 17). Assim, compreendemos que a dominância dos estudos e percepções econômicos sobre a atividade que o fenômeno turístico elabora tem abalizado o aprofundamento no entendimento das peculiaridades humanísticas que carrega consigo. Nessa linha de raciocínio, pondera-se:

O fenômeno turístico surge de encontros aleatórios – intencionais ou não – entre os diversos agentes sociais que, dentro de uma aparente desordem inicial, articulam um feixe de ações, relações e interações modificadoras do comportamento e da natureza dos elementos, corpos, objetos ou territórios envolvidos (FRATUCCI, 2010, p. 181).

Desse modo, vemos que o turismo na segmentação cultural se torna fundamental para a reafirmação das identidades e evocação de memória, porém para que essa construção possa se solidificar é necessária a participação efetiva da comunidade no processo de preservação do patrimônio histórico cultural, principalmente no auxílio para a construção de políticas públicas voltadas à salvaguarda do bem. Isso permitiria que a própria comunidade tivesse uma atuação mais democrática na gestão dos patrimônios.

Faz-se importante salientar que esse conjunto de fortificações candidatas a patrimônio mundial são lugares de memória e identificadores da história local e, conforme o pensamento de Nora (1993), esses lugares são locais que pretendem manter viva determinada memória, por meio da sua preservação. Desse modo,

compreendemos que o turismo cultural se transforma em peça-chave para a reafirmação das identidades e evocação de memória.

Acredita-se que pela construção de uma interface de diálogo entre os atores envolvidos (comunidade, visitantes, gestão, órgão de fiscalização) nos patrimônios fortificados, tal iniciativa potencializaria as medidas de salvaguarda do patrimônio, auxiliaria na dinamização do turismo, reforçaria os laços afetivos da comunidade com o bem patrimonial e contribuiria para todo o processo de patrimonialização dos bens patrimoniais fortificados a nível mundial.

Os fortes são espaços de contemplação, entretenimento e cumplicidade social. Para Santos Júnior (2014, p. 167), as fortificações precisam ser vistas como um espaço onde ocorrem uma “dinâmica de criação e intercâmbio de expressões e referências culturais” induzidos pela própria presença do bem, propagando sua funcionalidade para adiante da temática estritamente bélica.

É essencial ressaltarmos que o turismo se torna um dos principais subprodutos de um bem patrimonial, quando chancelado a patrimônio mundial (PELEGRINI, 2006). A geração de receita que a prática do turismo traz consigo é fundamental para a sustentabilidade do bem quando há equidade na distribuição desses recursos com base nas questões culturais, porém compreende-se que o turismo exercido apenas para exploração econômica, sem a participação da comunidade em que esse bem está inserido, pode gerar uma fragmentação das relações da própria comunidade com o patrimônio. Zaoual (2006) aponta a cautela e o respeito aos valores culturais dos lugares na direção de novas práticas ou políticas inseridas nos espaços, principalmente no que tange ao turismo. Conforme ressalta, a elaboração de estratégias conduzidas apenas pelo mercado pode se tornar incapaz de compreender os indícios para o desenvolvimento eficaz, pois na atualidade o turismo se tornou, sobremaneira, “uma demanda existencial” (AZEVEDO; MATTOS; BARTHOLO, 2015, p. 254).

Voltando à candidatura das fortificações escolhidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para adentrarem na lista indicativa a patrimônio mundial, os monumentos selecionados foram erguidos entre os séculos XVI e XIX, e suas escolhas basearam-se, segundo o órgão, na importância das edificações militares à defesa e à delimitação do território nacional e nos diferentes estilos arquitetônicos. Também se levaram em consideração o atual estado de conservação dos fortes e as condições de gestão.

Os dezenove fortes de artilharia escolhidos representam, portanto, o esforço descentralizado associado a interesses locais das diferentes capitanias para a ocupação do Brasil, e é representativo da diversidade de soluções encontradas, com diferentes traçados, estilos e técnicas construtivas. São expressivos de influências de propostas arquitetônicas eruditas, como os fortes de traçado italiano das escolas francesa (fortes Príncipe da Beira e de Macapá), holandesa (fortes do Brum e Cinco Pontas), espanhola (forte da Barra Grande e Reis Magos) e portuguesa (fortes de São João/RJ e Coimbra), e de soluções locais, bem exemplificadas nos fortes de Salvador e as fortalezas de Santa Cruz/RJ e Anhatomirim (BRASIL, 2015).

A Carta do Recife, que foi o documento que regimentou essa candidatura, enfatiza no bojo das suas recomendações o turismo cultural como uma das principais diretrizes a serem desenvolvidas pelas gestões dos fortes. Assim é explicitado no documento:

6. Promover a certificação das fortificações como destinos patrimoniais no desenvolvimento do turismo cultural do país;
7. Empreender iniciativas de qualificação para o turismo cultural tomando como base de referência as fortificações (BRASIL, 2017).

Esse documento ainda indica como orientação a participação popular alinhada à implementação de uma gestão compartilhada nas suas diretrizes de atuação, característica que é de exímia importância para o patrimônio: “8. Estimular a gestão compartilhada das fortificações de forma a propiciar a participação da população nesse processo” (BRASIL, 2017).

Por isso, acredita-se que a implantação de um modelo de gestão compartilhada seria um grande avanço no processo de preservação do patrimônio cultural no Brasil, como também para a dinamização turística, pois, além da integração, do mapeamento e da sistematização das informações, haveria auxílio direto na construção de políticas públicas de caráter mais participativo, para a preservação e o desenvolvimento das regiões onde se encontram os bens.

Seguem nas Figuras 1 e 2 alguns fortes que estão na lista indicativa a patrimônio mundial. O primeiro foi construído afastado da costa, próximo ao porto de Salvador (BA), e tem traçado circular – o único com essa característica arquitetônica ainda existente no país. O segundo foi erguido às margens do Rio Amazonas, em

Macapá (AP), com traçado italiano, sendo o representante do estado do Amapá na lista indicativa (BRASIL, 2015).

Figura 1 – Forte São Marcelo, em Salvador (BA)



Fonte: disponível em: <www.fortalezas.org>. Acesso em: 20 dez. 2018

Figura 2 – Forte São José de Macapá (AP)



Fonte: disponível em: <www.fortalezas.org>. Acesso em: 20 dez. 2018

3.3 AÇÕES DO TURISMO NOS FORTES

Os fortes selecionados para a lista indicativa são geridos por diferentes órgãos, como os poderes municipais e estaduais, as fundações, as universidades federais e o exército, possuindo este último o maior número de bens sob sua tutela. Entre os fortes escolhidos pelo Iphan no que tange à atividade turística, praticamente todos estão abertos à visitação, conforme exposto no Quadro 1.

Alguns fortes, no quesito gestão, têm conseguido exercer uma administração que tem sido referência na salvaguarda do bem e executado atividades e projetos voltados à comunidade, como é caso das fortalezas candidatas a patrimônio mundial que estão sob a tutela da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com trabalhos de educação patrimonial nas escolas do município de Florianópolis (SC) e com o desenvolvimento de ferramentas digitais, como um banco de dados mundial sobre fortificações. Esse projeto inovador tem contribuído diretamente na democratização, por meio do compartilhamento de informações, do conhecimento

sobre esse patrimônio cultural militar fortificado, além servir como um instrumento de educação patrimonial, reforçando os laços de identidade entre a sociedade e o patrimônio e auxiliando na preservação e divulgação a nível mundial do patrimônio cultural fortificado.

Quadro 1 – Informações sobre os fortes brasileiros candidatos a patrimônio mundial

Forte	Localização	Gestor	Informações do tombamento	Aberto à visitação
Fortaleza de São José de Macapá	Centro da cidade de Macapá (AP), à margem esquerda do Rio Amazonas	Governo do estado do Amapá	Processo n.º 423-T/1950 Livro do Tombo Histórico – n.º 269, em 22/3/1950	Sim
Forte dos Reis Magos	Lado direito da barra do Rio Potengi, na cidade de Natal (RN)	Governo do estado do Rio Grande do Norte	Processo n.º 394-T-49 Livro do Tombo Histórico – n.º 256, em 13/5/1949	Sim
Forte Santa Catarina	Cabedelo (PB)	Iphan e governos estadual e municipal, fundação civil	Processo n.º 155-T-38 Livro do Tombo Histórico – n.º 57, em 24/5/1938	Sim
Forte São João Batista do Brum	Norte da cidade do Recife (PE)	Exército brasileiro	Processo n.º 101-T-38 Livro do Tombo Histórico – n.º 82, em 24/5/1938	Sim
Forte de São Tiago das Cinco Pontas	Largo das Cinco Pontas, centro da cidade do Recife (PE)	Iphan	Processo n.º 101-T-38 Livro do Tombo Histórico – n.º 82, em 24/5/1938	Sim
Forte de Santa Cruz de Itamaracá	Entrada do Canal de Santa Cruz, ao sul da ilha de Itamaracá (PE)	Prefeitura do Recife	Processo n.º 101-T-38 Livro do Tombo Histórico – n.º 41, em 24/5/1938	Sim
Forte Nossa Senhora de Monte Serrat	Norte da cidade de Salvador, na Praia da Boa Viagem (BA)	Exército brasileiro	Processo n.º 0551-T-56 Livro do Tombo Histórico – n.º 319, em 9/1/1957	Sim
Forte de Santa Maria	Entrada da barra do porto de Salvador (BA)	Exército brasileiro	Processo n.º 0155-T-38 Livro do Tombo Histórico – n.º 048, em	Sim

			24/5/1938	
Forte de Santo Antônio da Barra	Ponta do Padrão, atual Largo do Farol da Barra, em Salvador (BA)	Marinha do Brasil	Processo n.º 0155-T-38 Livro do Tombo Histórico – n.º 047, em 24/5/1938	Sim
Forte São Diego	Alto de Santo Antônio da Barra, atual bairro de Vitória, em Salvador (BA)	Exército brasileiro	Processo n.º 11.285-T-84 Livro do Tombo Histórico – n.º 464, em 7/1959	Sim
Forte São Marcelo	Um pequeno banco de recifes a cerca de 300 m da costa, no porto, fronteira ao centro histórico de Salvador (BA)	Iphan	Processo n.º 0155-T-38 Livro do Tombo Histórico – n.º 049, em 24/5/1938	Sim
Fortaleza de Santa Cruz da Barra	Entrada da Baía de Guanabara, no município de Niterói (RJ)	Exército brasileiro	Processo n.º 0207-T-39 Livro do Tombo Histórico – n.º 122, em 4/10/1939	Sim
Fortaleza de São João	Lado ocidental da Barra da Baía de Guanabara, no atual bairro da Urca, no município do Rio de Janeiro (RJ)	Exército brasileiro	Processo n.º 0101-T-38 e n.º 0155-T-38 Livro do Tombo Histórico – n.º 037, em 24/5/1938	Sim
Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande	Ilha de Santo Amaro, entre a Praia de Santa Cruz dos Navegantes e a Praia do Góes, no Município do Guarujá (SP)	Prefeitura do Guarujá	Processo n.º 0441-T-50 Livro do Tombo Histórico – n.º 365, em 23/4/1964	Sim
Forte São João da Bertioiga	Barra da Bertioiga, no continente, defronte à ilha de Santo Amaro, no município de Bertioiga (SP)	Prefeitura de Bertioiga	Processo n.º 0219-T-39 Livro do Tombo Histórico – n.º 123, em 19/2/1940	Sim
Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	Ilha de Anhatomirim, junto à Baía dos Golfinhos, na entrada da Baía Norte da ilha de Santa Catarina,	Universidade Federal de Santa Catarina	Processo n.º 155-T-38 Livro do Tombo Histórico – n.º 56, em 20/5/1938	Sim

	Florianópolis (SC)			
Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés	Ilha de Ratonés Grande, na Baía Norte, no município de Florianópolis (SC), distante 8 km da costa	Universidade Federal de Santa Catarina	Processo n.º 155-T-38 Livro do Tombo Histórico – n.º 054, em 24/5/1938	Sim
Forte Coimbra	Margem leste do Rio Paraguai, no distrito de Coimbra, município de Corumbá (MS)	Exército brasileiro	Processo n.º 0917-T-74 Livro do Tombo Histórico, em 10/1974	Sim
Forte Príncipe da Beira	Selva Amazônica, a noroeste do Rio Guaporé, no município de Costa Marques (RO)	Exército brasileiro	Processo n.º 0395-T-1950 Livro do Tombo Histórico – n.º 281, em 7/8/1950	Sim

Fonte: adaptado de Brito (2017)

No Quadro 1 podemos notar que a maioria dos fortes se tornou patrimônio federal, ou seja, recebeu o instrumento de proteção nacional, logo nos primeiros anos da lei do tombamento (Decreto-Lei n.º 25, de 1937), e, como citado anteriormente, a quantidade de gestores é extensa, tendo em vista o fato de que alguns fortes são administrados por prefeituras, governos estaduais e órgãos federais. Alguns desses fortes geridos pelo exército possuem acessibilidade mais controlada, já que o local funciona como quartel. Outros também geridos por essa instituição militar possuem espaços culturais, como o Espaço Pierre Verger da Fotografia Baiana, no Forte Santa Maria (BA), o Espaço Carybé de Artes, no Forte São Diogo (BA); e a pinacoteca do Forte do Brum, no Recife (PE). Outro forte de intenso apelo turístico é o Santo Antônio da Barra, que mantém dentro da sua fortificação o Farol da Barra, um dos principais cartões-postais da cidade de Salvador, e o Museu Náutico da Bahia, reunindo um valioso acervo de achados submarinos, sendo mais um atrativo turístico do forte.

Outro exemplo que podemos mencionar são as ações realizadas nos fortes de Florianópolis e Cabedelo (PB). Fruto de uma parceria entre suas administrações, o poder público e as escolas locais organizam eventos na comunidade com o intuito de promover momentos e atividades que integram lazer e educação patrimonial. Os fortes catarinenses, por exemplo, mantêm iniciativas como tais e por vezes impulsionam o desdobramento dos seus efeitos, uma vez que ao aproximar a

população dos fortes não só promove sua ocupação, como estimula novos usos, diminuindo o abandono, que em alguns casos era tão presente, além de proporcionar o fortalecimento dos vínculos, reforçando o sentimento de pertencimento.

No que tange a novos usos, os fortes do Brum, de Santo Amaro, no Guarujá (SP), e as fortalezas catarinenses possibilitam ensaios fotográficos para casamento, aniversários etc., como também autorizam a realização desses eventos nas suas instalações, de maneira controlada, fato que auxilia na captação de renda e contribui para a própria sustentabilidade financeira do bem cultural.

Desse modo, é possível criar outra dinâmica para o patrimônio, ressignificando o bem, o espaço onde ele se encontra e a relação com os habitantes do seu entorno. O turismo, portanto, pode ser, desde que bem planejado, uma ferramenta capaz de promover e estimular a preservação e conservação dos bens, articular as novas atividades culturais ao fomento de novos arranjos produtivos e alavancar novas perspectivas de desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a busca dos fortes brasileiros à chancela do patrimônio mundial, além de trazer visibilidade na esfera internacional a esses bens, estimula novos usos e contribui para a ressignificação do patrimônio fortificado, como também pode incitar a elaboração de medidas de valorização e salvaguarda desses bens culturais.

No que tange ao viés do turismo, compreende-se neste artigo que as gestões dessas fortificações se pautam, principalmente, no turismo de segmentação cultural e que projetos podem ser criados para desenvolver nesses patrimônios a perspectiva turística, para que esses bens culturais sejam um instrumento para o desenvolvimento social, para que a comunidade que está inserida nesse patrimônio seja voz ativa na participação do processo de candidatura dos fortes a patrimônio mundial, seja na gestão, seja no auxílio da construção de medidas de preservação, e para que se constitua um diálogo entre os autores envolvidos a fim de que se estabeleça uma relação. Ainda, espera-se que os discursos que envolvem diretamente esses patrimônios culturais tanto nos aspectos turísticos quanto nas medidas de salvaguarda não fiquem apenas sob o domínio institucional.

Acreditamos que os fortes abordados neste artigo venham a constituir novos espaços de experiência e novas expectativas possam ser neles agregados. Defendemos que, se por ventura essa chancela ocorrer, o turismo nesses patrimônios não fique limitado apenas ao caráter econômico, que restringe o aprofundamento da compreensão dos aspectos humanísticos que traz consigo. Quer-se que os vínculos afetivos da comunidade com esses patrimônios não se percam. Pelo contrário, que sejam estimulados e que o turismo venha a ser um instrumento de desenvolvimento nessas localidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Delma S. de. O turismo cultural no Brasil: panorama e desafios. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI, 2008. **Actas** [...]. Póvoa de Varzim, 2008, p. 55-62.

AZEVEDO, Ado; MATTOS, Flávia; BARTHOLLO, Roberto. Entre o espaço e o lugar: considerações sobre o Campo de Santana e a Casa de Deodoro na dinâmica cultural e turística da cidade do Rio de Janeiro. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 251-262, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/viewFile/1216/447>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BARRETTO, Anníbal. **Fortificações do Brasil**: resumo histórico. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1958.

BRASIL. **Carta do Recife, 7 abr. 2017**. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4057/fortificacoes-brasileiras-serao-foco-de-politica-para-incremento-do-turismo-no-brasil>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937**. Brasil, 1937.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Brazilian Tentative list 2015 world cultural heritage UNESCO**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRITO, M. A candidatura das fortificações a patrimônio mundial. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORTIFICAÇÕES, 2017. **Apresentação**. 2017.

CARVALHO, Fernanda R. T. **Rota do ouro: resgate da memória da mineração em lavras do sul através de seu patrimônio arquitetônico urbano**. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira (org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: Funece, 2003.

CUNHA LIMA, Felipe B.; GUSSO, Luana C. S.; OLIVEIRA, Alessandro P. Um estudo sobre o modelo de gestão do patrimônio fortificado de Florianópolis (SC): seus usos turísticos como uma forma de efetivação de direitos humanos. **Políticas Culturais em Revista**. (no prelo).

EGREJAS, Marisa; BARTHOLO, Roberto. Roteiros dos fortes: diálogo, pertencimento e *webdocumentário* no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 240-250, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1214>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

FERNANDES, S. S. As fortificações brasileiras patrimônio histórico. **Da Cultura**, Brasília, ano XVI, n. 28, jun. 2017.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade. *In*: _____ (org.). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta, 1997. p. 231-257.

FRATUCCI, Aguinaldo C. Turismo e desenvolvimento local: Os agentes sociais e as redes regionais de turismo. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 42, p. 183-200, 2010.

HOMERO, Adler C. F. **As muralhas de pedra, canhões, homens de ferro: fortificações do Brasil – 1504-2006**. São Paulo: Editora Funceb, 2009. v. 3.

_____. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 8-22, out. 2013. Disponível em: <www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/download/903/362>. Acesso em 22 set. 2018.

ICOFORT BRASIL. **Encontro Internacional de Fortificações Militares e Patrimônio Militar**. Rio de Janeiro: Icofort Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.icofortbrasil.org/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

MOREL, Joaquín Bosque Conferência: o patrimônio da humanidade. *In*: YAGIZI, Eduardo *et al.* (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 77-87.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Alessandro P.; GUSSO, Luana C. S.; CUNHA LIMA, Felipe B. Os desafios da gestão patrimonial: as possibilidades do turismo como um vetor de direitos humanos para as fortalezas de Florianópolis. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORTIFICAÇÕES E PATRIMÔNIO MILITAR. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2018. (no prelo).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Conferência Geral da Unesco**. 18.^a seção. Unesco, 1975.

PEIXOTO, Paulo. A corrida ao *status* de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas**, Coimbra, ano I, n. 1, 2002.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2006.

PRADO, R. C. Os Fortes do Brasil. **Horizonte Geográfico**, ano 11, n. 58, p. 26-47, jul./ago. 1998.

SANCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS JÚNIOR, José C. As fortificações brasileiras como ícones de patrimônio, turismo e desenvolvimento social. **CEAMA**, Almeida, n. 11, p. 164-170, 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/4616060/As_fortifica%C3%A7%C3%B5es_brasileiras_como_%C3%ADcones_de_Patrim%C3%B4nio_Turismo_e_Desenvolvimento_social>. Acesso em: 3 dez. 2018.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 1-14, 2009. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/341>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa buscou analisar a mobilização do discurso do patrimônio de origem militar do Brasil à luz do processo de candidatura do conjunto de fortificações a patrimônio mundial da Unesco. Alguns pontos gostaríamos de ressaltar nestas considerações. Apesar de algumas críticas à candidatura e ao discurso mobilizado para tal fato, não somos contra a candidatura ou a uma possível chancela ao patrimônio mundial. Compreendemos que de certa forma a titulação traria valorização aos fortes e auxiliaria na preservação dos bens culturais, porém entendemos que os discursos mobilizados no campo do patrimônio militar exercem o seu controle e operam efeitos materiais, sendo, ao mesmo tempo, selecionados, organizados e redistribuídos por certo número de procedimentos.

Pontos importantes examinados no presente trabalho foram a aproximação e o diálogo estabelecidos de maneira oficial no âmbito cultural entre o exército e a população civil, reflexo da mudança e da adequação do setor cultural dessa instituição militar, que vem sendo influenciada pelo conceito de cultura na contemporaneidade. Com isso, o exército, órgão que detém o maior quantitativo de fortes sob sua tutela, projeta a sua imagem por meio do seu patrimônio militar.

No que tange à candidatura do conjunto de fortificações fazendo alusão à Carta do Recife, documento norteador da candidatura dos fortes brasileiros, notamos que ela é um instrumento simbólico de como estrategicamente os entes envolvidos no processo se mobilizaram para constituir um discurso sobre o patrimônio cultural que se ajustasse ao discurso da Unesco. Observamos que no discurso mobilizado pelas forças envolvidas na candidatura, além dos campos envolvidos, como o turismo, a economia, a cultura, há interesses políticos, ou seja, um capital político, materializado na própria aproximação dos militares com civis no âmbito cultural. Nesse contexto, é interessante ressaltar que a busca por *status* de patrimônio mundial consiste em uma ferramenta simbólica que ajuda a alcançar notoriedade e legitimidade políticas.

No âmbito do turismo, que é um dos principais campos que têm sido acionados como sustentáculo para a construção do discurso patrimonial que ampara a candidatura dos fortes de arquitetura militar a patrimônio mundial, vemos, contudo, que ele pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento social e que a comunidade deve participar ativamente e estabelecer um diálogo com a gestão.

Acreditamos que os fortes abordados neste artigo virão a constituir novos espaços de experiências e novas expectativas possam ser a elas agregadas. Defendemos que, se, por ventura, essa chancela ocorrer, o turismo nesses patrimônios não poderá ficar limitado apenas ao caráter econômico, que restringe o aprofundamento da compreensão dos aspectos humanísticos que ele traz consigo, mas que ele possa gerar laços afetivos e, conseqüentemente, de identidade.

Entendemos que o turismo nos fortes candidatos a patrimônio precisa ter o envolvimento da comunidade e que, se as fortificações receberem de fato a chancela, as gestões dos fortes têm de buscar manter a presença da comunidade nos bens culturais e gerar laços afetivos e identitários. Além disso, que esses patrimônios não entrem em um processo de *gentrificação*, porém isso é uma possibilidade de novos estudos e de continuidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas de uma ordem discursiva. *In: LIMA FILHO, Manuel F.; BELTRÃO, Jane; ECKERT, Cornelia. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos.* Brasília: ABA, 2007.
- ANDRADE, Delma S. de. O turismo cultural no Brasil: panorama e desafios. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI, 2008. Actas [...].* Póvoa de Varzim, 2008, p. 55-62.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN:** coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/SPHAN/Pró-Memória, 1987.
- AZEVEDO, Ado; MATTOS, Flávia; BARTHOLO, Roberto. Entre o espaço e o lugar: considerações sobre o Campo de Santana e a Casa de Deodoro na dinâmica cultural e turística da cidade do Rio de Janeiro. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 251-262, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/viewFile/1216/447>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- BAETA, Cláudia F. L. Patrimônios da humanidade e patrimônios nacionais. Patrimônio: Prática e reflexões: a questão nacional do Iphan. **III Oficina de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 5, 2009.
- BARRETTO, Anníbal. **Fortificações do Brasil:** resumo histórico. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1958.
- BERKOWICZ, Clarice. A biblioteca militar e a construção da identidade social do exército no Estado Novo. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013. Anais [...].* Natal: ANPUH, 2013.
- BISCHOFF, James L. A proteção internacional do patrimônio cultural. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 24, 2004.
- BOGÉA, Kátia; SCHLEE, Andrey R. Preservação das fortificações do Brasil: um balanço de 80 anos de proteção do IPHAN. **Da Cultura**, Brasília, ano XVII, n. 29, dez. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. **Carta do Recife, 7 abr. 2017.** Brasil, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4057/fortificacoes-brasileiras-serao-foco-de-politica-para-incremento-do-turismo-no-brasil>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. **Decreto n.º 6.710, 23 dez. 2008.** Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto>. Acesso em: 23 ago. 2017.

_____. **Decreto n.º 7.823, de 7 de fevereiro de 1973.** Brasil, 1973.

_____. **Decreto n.º 84.608, de 31 de março de 1980.** Brasil, 1980.

_____. **Decreto n.º 99.735, de 27 de novembro de 1990.** Brasil, 1990.

_____. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.** Brasil, 1937.

_____. Exército Brasileiro. Centro de Comunicação do Exército (CCOMSEx). **Verde-Oliva**, Brasília, ano 38, n. 208, 2010.

_____. Exército Brasileiro. **Portaria n.º 615, de 13 de novembro de 2000.** Brasil, 2000.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Brazilian Tentative list 2015 world cultural heritage UNESCO.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio cultural e natural.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

_____. Ministério da Defesa. Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx). **Atribuições.** Brasil: DPHCEX, 2016. Disponível em: <<http://www.dphcex.eb.mil.br/atribuicoes/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. Ministério da Defesa. Plano Estratégico do Exército 2016/2019. **Boletim Especial Extraordinário**, n. 28, 22 dez. 2014. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=1327&act=bre>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria n.º 614, 23 out. 2003.** Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura.** Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1975.

BRITO, M. A candidatura das fortificações a patrimônio mundial. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORTIFICAÇÕES, 2017. **Apresentação.** 2017.

CARR, E. A. J. Tourism and heritage: the pressures and challenges of the 1990. *In*: ASHWORTH, Greg; LARKHAM, P. (orgs.). **Building a new heritage: tourism, culture and identity in the New Europe.** Londres/Nova York: Routledge, 1994. p. 50-68.

CARVALHO, Fernanda R. T. **Rota do ouro: resgate da memória da mineração em lavras do sul através de seu patrimônio arquitetônico urbano**. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHOAY, Françoise **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia R. R. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi** 4, 2003.

_____. Preservação do patrimônio no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio G. Ramos (orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira (org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: Funece, 2003.

COSTA, Everaldo B. O lugar da América latina na geografia do patrimônio mundial. *In*: ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais** [...]. 2009.

CUNHA LIMA, Felipe B.; GUSSO, Luana C. S.; OLIVEIRA, Alessandro P. Um estudo sobre o modelo de gestão do patrimônio fortificado de Florianópolis (SC): seus usos turísticos como uma forma de efetivação de direitos humanos. **Políticas Culturais em Revista**. (no prelo).

EGREJAS, Marisa; BARTHOLO, Roberto. Roteiros dos fortes: diálogo, pertencimento e *webdocumentário* no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 240-250, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1214>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

FERNANDES, S. S. As fortificações brasileiras patrimônio histórico. **Da Cultura**, Brasília, ano XVI, n. 28, jun. 2017.

_____. Entrevista com o General Chefe do EME. **Da Cultura**, Brasília, ano XIV, n. 25, ago. 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/Iphan, 2005.

FORTALEZAS.ORG. **Banco de dados mundial sobre fortificações**. Disponível em: <<http://fortalezas.org>>. Acesso em: dez. 2017.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade. *In*: _____ (org.). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta, 1997. p. 231-257.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 9. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FRATUCCI, Aguinaldo C. Turismo e desenvolvimento local: Os agentes sociais e as redes regionais de turismo. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 42, p. 183-200, 2010.

FUNDAÇÃO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO (Funceb). **Estatuto da Fundação Cultural Exército Brasileiro**. 2.º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas – CRS 505. Registro n.º 000078142. Brasil: Funceb, 2012.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.

GUSSO, Luana C. S. **O princípio da culpabilidade e a produção de sujeitos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HOMERO, Adler C. F. **As muralhas de pedra, canhões, homens de ferro: fortificações do Brasil – 1504-2006**. São Paulo: Editora Funceb, 2006. v. 1.

_____. **As muralhas de pedra, canhões, homens de ferro: fortificações do Brasil – 1504-2006**. São Paulo: Editora Funceb, 2009. v. 3.

_____. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 8-22, out. 2013. Disponível em: <www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/download/903/362>. Acesso em 22 set. 2018.

ICOFORT BRASIL. **Encontro Internacional de Fortificações Militares e Patrimônio Militar**. Rio de Janeiro: Icofort Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.icofortbrasil.org/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: UFPR, 2000.

LIMA, Elaine F. **Da nação ao mercado: patrimônios mundiais e intervenções urbanas em perspectiva comparada**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005. p. 10-19.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias: um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MATTOS, Flávia. **A inovação institucional e patrimônio cultural de origem militar no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MOREL, Joaquín Bosque Conferência: o patrimônio da humanidade. *In*: YAGIZI, Eduardo *et al.* (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 77-87.

NAKAMUTA, Adriana. **Forte São João e o patrimônio histórico artístico nacional**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Alessandro P.; GUSSO, Luana C. S.; CUNHA LIMA, Felipe B. A produção do discurso sobre o patrimônio cultural militar: os usos e desusos dos tombamentos das fortalezas no Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 62, dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n69p112>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____; _____. Os desafios da gestão patrimonial: as possibilidades do turismo como um vetor de direitos humanos para as fortalezas de Florianópolis. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORTIFICAÇÕES E PATRIMÔNIO MILITAR. **Anais** [...]. Rio de Janeiro. (no prelo).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco). **Conferência Geral da Unesco**. 18.^a seção. Unesco, 1975.

_____. **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural**. Unesco, 1972.

_____. **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural**. Unesco, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em 10 nov 2018.

_____. **O patrimônio mundial**. Unesco, 2018. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/stat>>. Acesso em: 25 nov. 2018

PEIXOTO, Paulo. A corrida ao *status* de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas**, Coimbra, ano I, n. 1, 2002.

_____. Centros históricos e sustentabilidades cultural das cidades. **Sociologia**, Porto, 2003.

_____. O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, Coimbra, n. 155, out. 2000. Disponível em: <<https://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/o155/text>>. Acesso em: 10 out. 2018.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2006.

PEREIRA, Julia Wagner. O tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio G. Ramos (orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRADO, R. C. Os Fortes do Brasil. **Horizonte Geográfico**, ano 11, n. 58, p. 26-47, jul./ago. 1998.

PUREZA, José M. **O patrimônio comum da humanidade: rumo ao direito internacional da solidariedade?** Tese (Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social) – Faculdade de Economia de Coimbra, Coimbra, 1995. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/483>>. Acesso em: 27 out. 2018.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013.

SANCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, Boaventura de S. A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 45, 1996.

SANTOS JÚNIOR, José C. As fortificações brasileiras como ícones de patrimônio, turismo e desenvolvimento social. **CEAMA**, Almeida, n. 11, p. 164-170, 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/4616060/As_fortifica%C3%A7%C3%B5es_brasileiras_como_%C3%ADcones_de_Patrim%C3%B4nio_Turismo_e_Developolvimento_social>. Acesso em: 3 dez. 2018.

SCIFONI, Simone. A Unesco e o patrimônio da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. *In*: ENCONTRO DA ANPPAS, 2004, Indaiatuba. **Anais [...]**. 2004. Disponível em:

<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/simone_scifoni.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.

_____. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123833>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

SILVA, Vanderli M. **A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)**. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SOARES, Inês V. Prado. **Direito ao patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

TEIXEIRA, Paulo R. O museu histórico do exército e o Forte de Copacabana. **Da Cultura**, Brasília, ano XV, n. 27, jun. 2016.

TRAJANO, Marcos. Entrevista com o General Chefe do EME. **Da Cultura**, Brasília, ano IX, n. 15, jun. 2009.

ZANIRATO, Sílvia. Patrimônio da humanidade: controvérsias conceituais e legais na definição do bem comum. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2010. **Anais** [...]. 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/resumos/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 1-14, 2009. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/341>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 – UM ESTUDO SOBRE O MODELO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO FORTIFICADO DE FLORIANÓPOLIS (SC): SEUS USOS TURÍSTICOS COMO UMA FORMA DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

ANEXO 2 – A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O TURISMO PEDAGÓGICO NAS FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA COMO ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MILITAR EM FLORIANÓPOLIS-SC

ANEXO 1 – UM ESTUDO SOBRE O MODELO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO FORTIFICADO DE FLORIANÓPOLIS (SC): SEUS USOS TURÍSTICOS COMO UMA FORMA DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS¹

Felipe Borborema Cunha Lima²
Luana de Carvalho Silva Gusso³
Alessandro Pereira de Oliveira⁴

RESUMO

O presente artigo aborda a relação do patrimônio cultural com o turismo como um vetor de dinamização e valorização do patrimônio, com base no estudo de caso da gestão das fortalezas da ilha de Santa Catarina pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), problematizando se há nessa proposta de gestão preocupação com o desenvolvimento humano na região e com a efetivação dos direitos humanos. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental. Assim, destacamos o modelo de gestão da UFSC e seu projeto de plataforma virtual (fortalezas.org) como um modelo de acesso democrático ao patrimônio cultural, possibilitando uma interessante forma de efetivação dos direitos culturais como direitos humanos pautado na difusão do conhecimento e na reafirmação do próprio papel da universidade como lugar de ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Fortalezas. Direitos humanos. Turismo.

ABSTRACT

Keywords: Cultural heritage. Fortresses. Human rights. Tourism.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é decorrência de reflexões resultantes da interseção de duas pesquisas em andamento: a primeira está vinculada a um estágio pós-doutoral (Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNP/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes) que pretende aproximar o debate entre os campos do patrimônio e do turismo; e a segunda consiste em um projeto de pesquisa de dissertação atrelado ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (MPCS) da Universidade da Região de Joinville

¹ O presente artigo é uma versão atualizada que incorpora as contribuições decorrentes da apresentação da investigação no Encontro Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar (Icofort) Rio 2017. Ressaltamos que este trabalho é um recorte resultado da interseção de duas pesquisas em desenvolvimento, um estágio pós-doutoral (Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNP/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes) e uma dissertação, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Turismólogo, mestre e doutor em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Em estágio pós-doutoral (PNP/Capes) em Patrimônio e Turismo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, onde atua como professor colaborador e pesquisador da rede Unitwin por meio da Cátedra Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). *E-mail:* felipebcl2@hotmail.com.

³ Advogada, doutora em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), pós-doutora em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e do curso de Direito da Univille. *E-mail:* lu_anacarvalho@yahoo.com.br.

⁴ Licenciado em História e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille. *E-mail:* alessandro.oliver@hotmail.com.

(Univille), em Joinville, Santa Catarina, Brasil, cujo objetivo geral é analisar o discurso militar acionado no processo de candidatura do conjunto de fortalezas brasileiras à categoria de Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Ambas as investigações são abrigadas por um projeto guarda-chuva institucionalizado pelo MPCSC chamado Dipatri: Direito do Patrimônio Cultural, que tem como foco o abrigo de pesquisas que versam sobre os desafios do reconhecimento do patrimônio cultural, dos direitos culturais e das políticas culturais como vetores fundamentais para a realização dos direitos humanos.

Nesse sentido, este artigo busca abordar a relação do turismo e do patrimônio cultural como um vetor de dinamização e valorização do patrimônio, citando como exemplo o caso da gestão das fortalezas da ilha de Santa Catarina pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), problematizando se há nessa proposta de gestão preocupação com o desenvolvimento humano da região e, por fim, com a efetivação de direitos humanos. Com base nessa perspectiva, o artigo enfrenta dois desafios: no âmbito do patrimônio cultural e do turismo, a gestão das fortificações de Florianópolis pode contribuir para o processo de democratização do patrimônio?; qual é o papel da universidade na produção e difusão de conhecimento sobre patrimônio cultural à sociedade?

Para tanto, com o intuito de atingir nosso objetivo, foi adotado um percurso metodológico qualitativo, de natureza exploratória e descritiva. Na visão de Turato (2005), os estudos qualitativos propõem-se a entender o significado individual e coletivo dos fenômenos, das práticas, dos acontecimentos, das manifestações, dos eventos, dos atos, dos fatos, entre outros.

Assim, o trabalho foi estruturado em duas etapas para a coleta dos dados. Inicialmente, foi realizado o levantamento bibliográfico e documental, utilizando como ponto de partida a busca de teses, dissertações e artigos científicos. Após a seleção dos textos, leituras, fichamentos e categorização dos tipos de produção elencados, foi explorado o banco de dados temático sobre fortificações (fortalezas.org), administrado pela UFSC, que balizou esta pesquisa. Essas informações posteriormente orientaram os debates e as análises, sob o viés de interpretação reflexiva, centrada no entendimento da busca democrática pela mobilização de recursos humanos por meio da educação e do turismo.

O SISTEMA DEFENSIVO DA ILHA DE SANTA CATARINA

Criadas em meados do século XVIII pelo engenheiro militar Silva Pais, as fortificações estudadas faziam parte do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, cuja finalidade era proteger a região das invasões estrangeiras, guarnecendo a barra norte da ilha e também auxiliando na manutenção do território português no sul do Brasil. Esse sistema era constituído das fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim (1739), localizada no atual município de Governador Celso Ramos; e São José da Ponta Grossa (1740) e São João de Rationes, ambas em Florianópolis (1740). As fortalezas foram tombadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) já em 1938, após o Decreto nº 37 de

1937, que normatizou a proteção do patrimônio cultural no Brasil. Todavia, elas passaram por um grande período de abandono e ruínas.

As fortificações objeto deste estudo compunham um sistema defensivo arquitetado pelos portugueses, finalizado com a construção da Fortificação de Araçatuba, na barra sul da Ilha. Elas formavam o triângulo defensivo e foram invadidas pelos espanhóis em 1777, fato que permitiu com que os invasores ficassem no território da ilha até ser assinado o Tratado de Santo Ildefonso, que definiu que a Colônia de Sacramento e a Ilha de São Gabriel, atualmente região do Uruguai e a região dos Sete Povos das Missões, na área oeste do estado do Rio Grande do Sul, ficariam em posse da Espanha. Além disso, Portugal exerceria posse sobre a margem esquerda do Rio da Prata e, com isso, novamente sobre a ilha de Santa Catarina, fazendo com que as fortificações voltassem para a posse das tropas portuguesas. Contudo, em meados do século XIX, elas não eram mais utilizadas para fins militares, pois o sistema defensivo passou a ser considerado obsoleto (TONERA, 2001).

Fortificação de São José da Ponta Grossa

A Fortaleza de São José da Ponta Grossa está localizada entre as praias do Jurerê e do Forte, na barra norte da ilha de Santa Catarina, e é o terceiro vértice do sistema triangular de defesa da região. Essa fortificação, tombada pelo SPHAN em 1938, ainda em meados do século XIX já se encontrava em desuso. As primeiras intervenções para limpeza e restauro iniciaram-se apenas, segundo Toner (2001), em 1977, por iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em 1987, a fortificação foi cadastrada como sítio arqueológico e ocorreram as primeiras pesquisas arqueológicas encabeçadas pelo Iphan. Dois anos depois, houve outra etapa de prospecção arqueológica pela equipe do museu universitário da UFSC (TEIXEIRA, 2010), fato fundamental para a recuperação de parte da cultura material daqueles que ali se afixaram. Para Meneses (2007, p. 40), “o patrimônio arqueológico, por sua natureza ambiental e circunstâncias dominantes, apenas vem à luz, em princípio, pela intermediação da pesquisa e, sobretudo, da pesquisa de campo”.

Em 1989, quando a fortaleza passou a ser gerida pela UFSC por meio do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, com apoio da Fundação do Banco do Brasil e do Iphan, foi concluído o projeto de restauro da fortificação, aberta para visitação pública em 1992. A UFSC detém atualmente a gestão das fortalezas e realiza o trabalho de preservação e difusão de conhecimento, executando projetos de educação patrimonial e turismo cultural. Atualmente a fortificação, segundo a UFSC (2018), recebe todos os anos em média 67.504 visitantes. Salientamos que a Fortaleza de São José da Ponta Grossa é a única fortificação do sistema defensivo da ilha cujo acesso é por via terrestre, sendo as demais acessadas por embarcações.

Cabe sublinhar que o êxito do restauro e da preservação dessa fortaleza está diretamente correlacionado à interação entre os entes. Nesse sentido, embora a tutela esteja a cargo da UFSC, a gestão compartilhada com o exército brasileiro e com a Fundação do Banco do Brasil foi essencial no processo de preservação desse patrimônio cultural.

Fortificação de Santa Cruz de Anhatomirim

A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim é a maior em estrutura edificada e localiza-se no vértice principal do sistema defensivo da ilha. Ela foi erguida em 1739 por Silva Pais e, igualmente as suas coirmãs, invadida em 1777 pelos espanhóis sem nenhuma resistência, porém Anhatomirim teve vida útil maior e serviu não só como aquartelamento. Também foi sede do primeiro governo da capitania de Santa Catarina (1739-1744), serviu de hospital de convalescença durante a Guerra do Paraguai e de palco de execuções durante a Revolução Federalista, além de ter sido usada como prisão na Revolução Constitucionalista. A fortificação ainda seria ocupada militarmente durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945 (TEIXEIRA, 2005).

Em 1960 começou o processo de abandono da fortaleza. Seu processo de restauro teve início em 1974 e contou com o apoio dos alunos do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e integrantes do Iphan (TEIXEIRA, 2005). Em 1979, Anhatomirim passou a ser gerida pela UFSC, e seu processo de restauro ganhou novo fôlego com a inauguração do Núcleo de Estudos do Mar (Nemar), unidade de pesquisa, capacitação e extensão em ciência do mar (SILVA, 2015, p. 41). Em 1984, a fortificação foi aberta para visitação pública, no entanto seu processo de restauro só se finalizou em 1989, após a criação do Programa Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. Atualmente a fortificação, segundo a UFSC (2018), é a mais visitada, recebendo o público anual de 101.578 pessoas.

A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, além de ser um legado do patrimônio cultural militar, tem sua importância destacada entre as fortificações da costa brasileira por conta de suas funções entre os séculos XVII e XIX. Em 2015, o Iphan escolheu-a para entrar na lista indicativa a patrimônio mundial da Unesco, em um conjunto de 19 fortificações do território brasileiro. Entre as principais justificativas do comitê de seleção do órgão para tal escolha, enfatizou-se seu papel essencial na demarcação territorial brasileira, especificamente no sul, bem como os impactos para o povoamento das vilas e cidades próximas. Com isso, Anhatomirim representa, ao lado da fortificação de Santo Antônio de Ratonés, não só Santa Catarina, mas toda a Região Sul do Brasil na lista indicativa a patrimônio mundial da Unesco.

Fortificação de Santo Antônio de Ratonés

A fortaleza de Santo Antônio de Ratonés, localizada na ilha Ratonés Grande, na barra norte, é a terceira fortificação do vértice que compõe o sistema defensivo da ilha, e sua construção, assim como a da fortaleza de Ponta Grossa, data do mesmo período e também esteve a cargo de Silva Pais. Do conjunto de fortalezas, Santo Antônio de Ratonés foi a que sofreu menor número de modificações no processo de restauro. Sua arquitetura apresenta traços renascentistas, e seus edifícios foram construídos em um único platô, circundados por uma muralha de pedra (TEIXEIRA, 2010). A fortificação também foi invadida pelos espanhóis em 1777, sem oferecer resistência. No decorrer do século XIX ficou obsoleta em razão da

ineficácia do sistema defensivo da ilha. Em 1893 foi invadida por rebeldes durante a Revolução Federalista, e anos depois, sobre a gestão da marinha, utilizada como lazareto e no tratamento da epidemia de cólera que assolou o país, na segunda metade do século XIX.

Tombada em 1938 pelo SPHAN, encontrava-se em ruínas quando ocorreram ações de limpeza na vegetação circunvizinha a ela, na década de 60 do século XX. O processo de restauro, no entanto, teve início apenas em 1982, após uma campanha pública que mobilizou alunos, professores da UFSC e empresários. Com isso, a fortificação passou por nova etapa de serviço de limpeza no seu entorno. Em 1990, já com a gerência da UFSC, com as prospecções arqueológicas foram encontrados sepultamentos de adultos e objetos pessoais, envoltos apenas em mortalhas, parecendo indicar procedimento adotado para impedir o alastramento de epidemias (MACHADO, 1994). Em 2015, juntamente com sua coirmã Anhatomirim, passou a compor a lista indicativa a patrimônio mundial na categorização monumentos seriados.

Hoje em dia a fortificação, segundo dados da UFSC (2018), recebe cerca de 12.345 pessoas anualmente. O acesso à fortaleza de Ratonés é exclusivamente por via marítima e, com apoio da UFSC, disponibiliza no espaço visitas guiadas. O transporte não é de responsabilidade da universidade ou da fortaleza; os interessados podem fazê-lo em embarcações próprias ou contratar os serviços de empresas privadas, que oferecem pacotes turísticos em escunas, com saída do centro e do norte da ilha de Florianópolis.

OS DESAFIOS PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A proteção jurídica dos bens culturais no Brasil com a Constituição Federal de 1988 recebeu novos *status*, com a constitucionalização de dispositivos que versam sobre os direitos culturais, o meio ambiente e o patrimônio cultural. O texto constitucional veio influenciado por uma tendência mundial de mobilização em prol do direito ao patrimônio cultural. Para Pelegrini (2006, p. 69), a Carta Constitucional de 1988 “representou avanços na luta em prol da cidadania e das políticas preservacionistas”, como também “retomou alguns pressupostos de preservação reafirmando que a ação em prol do bem devia se desenvolver independente[mente] da de tombamento e com base nas referencialidades dos bens” (PELEGRINI, 2006, p. 69).

Partindo do pressuposto da importância da Constituição para os direitos culturais no Brasil e da mobilização no âmbito global a favor dos direitos culturais, a Declaração do México de 1985, que ocorreu na Conferência Mundial sobre as Políticas Mundiais do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), buscava estabelecer uma conexão mais profícua entre a cultura e a democracia, como também via a cultura como uma dimensão mais humanizada de desenvolvimento, dando assim afirmação de identidade cultural plural.

Nesse sentido, a cultura procede de uma comunidade inteira, e não como privilégio de uma elite, nem quanto a sua produção, nem quanto aos seus benefícios. Uma democracia cultural supõe, dessa forma, participação mais ampla do indivíduo e da sociedade no processo de

criação de bens culturais, na tomada de decisões que concernem à vida cultural e na difusão e fruição (ICOMOS, 1985). Sob essa ótica, a cultura está relacionada à dignidade da pessoa humana, como aponta a citação a seguir:

Cultura para o mundo jurídico é a produção humana juridicamente protegida, relacionada às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, e vinculada ao ideal de aprimoramento, visando à dignidade da espécie como um todo, e de cada um dos indivíduos (CUNHA FILHO, 2004, p. 49).

A Declaração do México corroborou o que já previa a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que assegurou o direito à educação e à cultura em seu art. 27: “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam” (ONU, 1948). Nessa linha, a relação entre a dignidade da pessoa e a cultura figura como um dos mais importantes pilares para o reconhecimento dos direitos humanos na contemporaneidade.

Assim, compreendemos que o acesso democrático ao patrimônio cultural possibilitaria importante reforço para os processos identitários, para a reativação da memória coletiva e para a universalização do próprio patrimônio, proporcionando um caminho para a efetivação dos direitos humanos.

Com a ampliação do conceito de patrimônio cultural no Brasil por meio da constitucionalização do patrimônio cultural, previsto pelo artigo 216 da Carta Magna de 1988, as leis voltadas para a conservação e preservação do patrimônio passaram por grandes avanços no país. Logo, a constitucionalização do patrimônio cultural não se manteve apenas pela sua definição formal como um “conjunto de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988), mas efetivamente como um vetor de democratização e pluralização das diferentes identidades e referências culturais formadoras da sociedade brasileira.

Todavia, apenas a previsão descritiva dessa proteção pode se mostrar inoperante. Entende-se que não é essa a correta interpretação constitucional, pois adiante, no dispositivo constitucional expresso no artigo 216-A, a própria Constituição Federal, incluída pela Emenda Constitucional n.º 71, de 2012, cria e regulamenta em partes o Sistema Nacional de Cultura (SNC):

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

O artigo 216-A mostra preocupação com a implantação de modelos de gestão de políticas culturais (e não apenas do patrimônio cultural) focadas em formas cada vez mais participativas e democráticas. Tal formato de gestão seria um aporte fundamental para a efetivação dos direitos culturais e, por fim, de seu reconhecimento como direitos fundamentais (assim chamados os direitos humanos positivados por nossa Constituição Federal). Nessa medida, modelos de gestão mais participativos são incentivados e pensados como um contraponto a políticas culturais de baixo para cima, ou centralizadoras, que, por muitas das vezes, restritas ao poder público, contribuem de certa maneira para a desmobilização dos atores sociais no processo de defesa da preservação do patrimônio.

No campo do patrimônio cultural há, no Brasil, o Iphan, além de diversas instituições, secretarias e fundações que desempenham nas esferas de poderes federal, estaduais e municipais as funções de preservação, fiscalização e divulgação da área patrimonial e cultural. Para além de secretarias públicas e fundações culturais, ainda divide espaço no *design* das instituições culturais públicas a função fiscalizadora dos ministérios públicos tanto estaduais quanto federal, que cuidam dos bens da União e, portanto, de diversos bens culturais, como os arqueológicos. Esse modelo com várias instituições atuando em áreas às vezes concorrentes pode tornar mais difícil a gestão da área patrimonial. Com isso, as políticas públicas no campo cultural e patrimonial ainda são bastante fragmentadas, o que é um grande desafio para os gestores no âmbito patrimonial, resultando ainda em uma enorme dificuldade de produção de informações e de diálogo entre as gestões desses bens. Segundo Pelegrini (2014, p. 59), a “implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática dos bens”.

Um dos grandes problemas é a falta de diálogo entre as gestões dos patrimônios e os órgãos fiscalizadores, o que tem contribuído para a pouca eficácia das políticas de preservação patrimonial. Aliado a isso, também se tem a falta de participação, impedindo a comunidade de ter participação efetiva no processo preservacionista. Por isso, acredita-se que a implantação de um modelo de gestão compartilhada seria um grande avanço no processo de preservação do patrimônio cultural no Brasil, pois, além da integração, do mapeamento e da sistematização das informações, haveria auxílio direto na construção de políticas públicas para a preservação e o desenvolvimento das regiões onde se encontram os bens, assim como permitiria que a comunidade tivesse participação mais democrática na gestão desses patrimônios.

Dessa forma, gostaríamos de apresentar o modelo de gestão do patrimônio cultural capitaneado pela UFSC das fortificações de Florianópolis. Esse modelo foi concebido para estar mais atrelado às demandas comunitárias e identitárias da comunidade na qual está inserido, mediante o investimento no turismo cultural, na educação patrimonial, na dinamização e na democratização do acesso ao conhecimento dos fortes de arquitetura militar.

Para tanto, a UFSC tem feito trabalhos de preservação da memória dessas fortificações reforçando os laços de identidade entre o patrimônio e a comunidade, por meio de um processo de resgate histórico das fortificações catarinenses mediante o Programa Fortalezas

da Ilha de Santa Catarina. Esse programa é concebido por ações de conservação que proporcionam novos usos a espaços restaurados em parceria com outras instituições, promovendo o envolvimento da comunidade com o patrimônio mediante a divulgação em fôlderes, vídeos e exposições diversos, além do trabalho de educação patrimonial infantil, cuja finalidade é “sensibilizar as crianças para a importância de valorizar e preservar as fortalezas da Ilha de Santa Catarina, que são Patrimônio Histórico Nacional” (UFSC, 2016)

Outro projeto de grande impacto vinculado à Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina e que faz parte do programa de extensão da UFSC, nomeado de Fortalezas Multimídia e que contribui diretamente na dinamização e democratização do conhecimento sobre as fortalezas, é o banco de dados temático sobre fortificações. Segundo Tonera (2013, p. 56), arquiteto do Projeto Fortalezas Multimídia, o banco de dados sobre fortificações “surge da necessidade de se ter uma base de dados mundial unificada” que fosse capaz de fazer “um intercâmbio de informações entre instituições de preservação, gestores e pesquisadores como também realizar estudos comparativos”.

Essa ferramenta digital tem sido fundamental na divulgação, na preservação e, conseqüentemente, na valorização das fortificações não só catarinenses, mas de outras espalhadas pelo mundo. Segundo Tonera (2013, p. 6):

Nosso objetivo principal foi criar e disponibilizar a ferramenta técnica que possibilita que os pesquisadores de qualquer país possam conhecer a fundo as fortificações das suas respectivas cidades e países, possam sistematizar e socializar os dados das suas pesquisas regionais, e utilizá-los para estudos comparativos com as demais fortificações de sua própria cidade, de seu país e de outras partes do mundo.

É importante salientar que o banco de dados temático de fortificações militares consiste em uma ferramenta digital gratuita e multilíngue totalmente integrada à internet, e o usuário não precisa instalar nenhum programa adicional no seu computador; basta acessar o *website*. Fundamental para estudantes, professores, técnicos, gestores e pesquisadores da área, o banco de dados serve como fonte compartilhada de pesquisa para instituições de ensino, órgãos de preservação da área patrimonial etc. A ferramenta funciona não só para consulta; também permite que colaboradores possam inserir dados novos sobre as fortificações no âmbito global. Com isso, percebemos o quanto esse projeto inovador democratiza, por intermédio do compartilhamento de informações, o conhecimento sobre o patrimônio cultural militar fortificado, além de servir como um instrumento de educação patrimonial, reforçando os laços de identidade entre a sociedade e o patrimônio, preservando e divulgando esse tipo de bem patrimonial.

O PAPEL DO TURISMO

Capital do estado de Santa Catarina, o município de Florianópolis é composto da ilha principal, a de Santa Catarina, da parte continental e de pequenas ilhas circundantes. Além das suas 42 praias, o destino oferece como principais atrativos turísticos o centro histórico, a Ponte Hercílio Luz e as fortalezas construídas no século XVIII, que são patrimônio cultural brasileiro. Florianópolis tem fluxo turístico formado de brasileiros e estrangeiros principalmente oriundos dos países do Cone Sul, que buscam a região sobretudo no período de veraneio.

O turismo, quando desenvolvido sob o recorte do segmento cultural, especialmente no nicho histórico e patrimonial, pode estimular o estabelecimento de vínculos identitários. Nessa perspectiva, Egreja (2015, p. 248) observa que “o lugar turístico pode ser considerado um lugar de pertencimento para o frequentador e morador”. Dessa forma, a atividade turística pode se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento local, ou seja, da região onde o patrimônio está inserido, sendo assim fundamental para a sustentabilidade do bem. Também, segundo Toner (2013), aliado ao lazer e à educação, ele se transforma em um vetor na democratização do conhecimento histórico e na própria valorização do patrimônio.

O turismo cultural tem sido crucial na divulgação e preservação do patrimônio. Esse segmento turístico reforça as autenticidades das coletividades. Ou seja, busca enfatizar os laços de identidade entre o patrimônio e a comunidade em que o bem está inserido, além de ser um fator diferencial para a sustentabilidade desse bem patrimonial. O turismo cultural promove a democratização do conhecimento acerca do patrimônio. Nele o turista interage com o bem cultural, o “sente” e o vivencia, estabelecendo assim uma conexão, essencial para a difusão, a valorização e a preservação do patrimônio. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 15), “turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Faz-se importante salientar que as fortificações abordadas neste artigo são lugares de memória e identificadores da história local, e, conforme o pensamento de Nora (1993), esses lugares são locais que pretendem manter viva determinada memória, pois, quando esta é preservada, se almeja mantê-la viva. Desse modo, compreendemos que o turismo cultural se torna peça-chave para a reafirmação das identidades e evocação de memória, como sugere a fala a seguir:

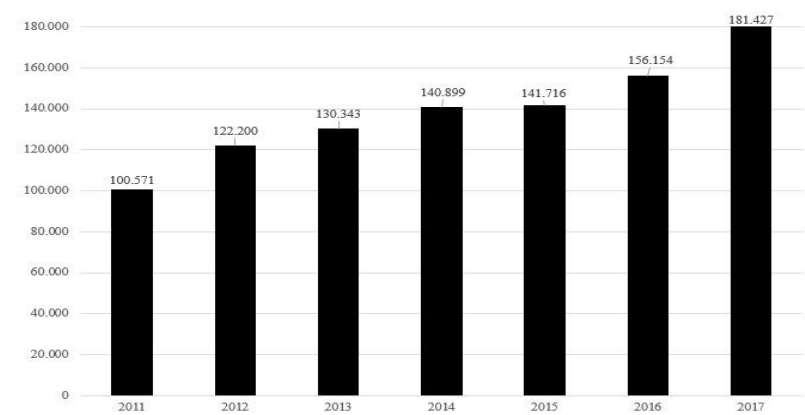
O Turismo impulsiona a exploração das características de identidade e as tradições locais, buscando os guardiões e os evocadores de memória para que a construção da imagem turística tenha compatibilidade com a memória coletiva do lugar. Isso acontece porque, com a globalização, as pessoas realizam mais os câmbios culturais, precisando, para isso, de uma simbologia que os represente e que possa ser trocada e passada para outros grupos sociais (CARVALHO, 2013, p. 39).

No entanto, para a eficiência desse segmento turístico, as políticas de gestão são essenciais, pois por meio delas o patrimônio cultural pode se tornar um espaço potencial de cultura,

turismo e educação, além do reforço das estruturas de participação social nesse processo. A UFSC, gestora das fortificações da ilha de Santa Catarina, no ano de 2017 elaborou o dia da gratuidade nas fortificações, que ocorreu no período de agosto a novembro. Ações como essa difundem e dinamizam o turismo nas fortalezas e também reforçam os laços de identidade dos visitantes com o patrimônio histórico e cultural. O turismo cultural deve ser bem articulado e ocorrer mediante um minucioso planejamento, para que a comunidade possa se envolver no processo de recuperação da memória coletiva e reconstrução da história.

Nessa perspectiva, o Gráfico 1 mostra o aumento significativo da visitação dos turistas nas fortificações da ilha no decorrer dos anos. Segundo a Coordenadoria das Fortalezas (UFSC, 2018), esse crescimento está correlacionado com os projetos de divulgação e difusão do patrimônio, que têm ampliado a visibilidade e o conhecimento sobre esse tipo de patrimônio cultural.

Gráfico 1 – Número de visitantes das fortalezas de Florianópolis



Fonte: UFSC (2018)

O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Lugar de produção e difusão de conhecimento, a universidade tem como um dos seus fundamentos a participação efetiva no desenvolvimento da sociedade, sendo capaz de torná-la mais justa e igualitária, contribuindo assim com a formação do cidadão, além de ser um vetor responsável pela democratização do conhecimento. Segundo Buarque (1994, p. 216), “a universidade tem um papel permanente: gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade. E tem um único papel social: gerar saber”.

A universidade não pode ficar restrita aos interesses de uma elite social; ela deve atuar de forma incisiva no desenvolvimento sociocultural da comunidade em que está inserida e ser capaz de gerar conhecimentos que atendam às necessidades da sociedade. A academia não é capaz de resolver sozinha as carências sociais, porém “pode contribuir, na esfera que lhe é própria, para o encaminhamento de soluções” (FRANKLIN, 2001, p. 298).

No âmbito do campo cultural, a universidade deve estimular o acesso da sociedade à cultura e, no que diz respeito ao patrimônio cultural, contribuir na difusão desse conhecimento, por intermédio de pesquisa e extensão, de forma que o cidadão tenha acesso a informações sobre o patrimônio cultural. A relação intrínseca da universidade com a cultura estimula o intercâmbio de saberes entre a sociedade e a própria universidade. Essa linha de pensamento ratifica a fala de Moretto Neto (2012, p. 22): “Universidade é um agente transformador dos ambientes econômico, social e cultural, a tríade de ensino, pesquisa e extensão deve apresentar coerência a fim de conjugar esforços para fortalecer a sociedade”.

Corroborando com a citação da universidade como agente transformador cultural, contribuindo para a execução de sua função social, a UFSC é a única instituição de ensino universitário no Brasil a gerir um patrimônio cultural militar fortificado: as fortalezas da ilha de Santa Catarina. A instituição, com o seu Programa de Extensão Universitária, por meio da sua Secretaria de Cultura e Artes (SeCArte) e da Coordenadoria das Fortalezas, exerce um trabalho que é referência em gestão patrimonial no país. Realizando o intercâmbio cultural, estabelecendo políticas de resgate da memória das fortalezas e criando ferramentas de difusão e democratização do patrimônio para a sociedade, a UFSC é modelo no que tange à gestão do patrimônio cultural e para políticas culturais no campo patrimonial no Brasil.

CONCLUSÃO

O presente artigo pretendeu desafiar-se a responder a dois pontos em sua análise da relação entre turismo e patrimônio cultural como um vetor de dinamização e valorização do patrimônio: no âmbito do patrimônio cultural e do turismo cultural, a gestão das fortificações de Florianópolis pode contribuir para o processo de democratização do patrimônio?; qual é o papel da universidade na produção e difusão de conhecimento sobre patrimônio cultural em relação à sociedade?

Nesse sentido, o papel da UFSC como gestora das fortalezas de Florianópolis é fundamental. Analisou-se seu modelo de gestão como um estudo de caso, em que ele foi percebido como uma forma mais democrática de gestão patrimonial ou mesmo de mobilização de uma política cultural mais preocupada com a função da preservação patrimonial, educação e turismo cultural, sem deixar de lado ações que envolvam a comunidade local. A UFSC realiza a administração mediante a Coordenadoria das Fortalezas, órgão administrativo da instituição responsável pelas fortificações, de grande impacto no campo patrimonial. Os projetos implementados pela universidade, já citados nos parágrafos anteriores, podem ser considerados vetores democráticos de gestão, porque relacionam de diversas formas modelos que valorizam, dinamizam e universalizam o uso, a preservação e a conservação do patrimônio cultural militar edificado do litoral da ilha de Santa Catarina.

Nessa linha, ainda entendemos que tal modelo de gestão das fortalezas apoia a participação dos atores sociais, criando canais de comunicação entre a gestão e a comunidade, estimulando o turismo cultural como forma de desenvolvimento local.

Salientamos que este artigo não tem a pretensão de esgotar a análise dos dados, tampouco a temática abordada. Pelo contrário, os autores vislumbram a possibilidade do desdobramento de novas investigações, à procura de novos olhares e discussões. Desse modo, suas contribuições podem ser ampliadas no sentido de buscar posteriormente o detalhamento das categorias turísticas envolvidas nas fortificações, a exemplo de como a presença da universidade e o compartilhamento de informação podem dinamizar outras experiências turísticas, tais como a pedagógica. Nesse caminho, nossa resposta para os desafios colocados são os novos modelos de gestão democrática das políticas culturais e, nesse caso, das políticas patrimoniais, essenciais para o aprofundamento da compreensão do papel crucial dos direitos culturais como direitos fundamentais (direitos humanos) na sociedade brasileira.

Esses desafios perfazem-se com inícios pontuais, como o exemplo da gestão promovida pela UFSC para as fortalezas da ilha de Santa Catarina, mas não param por aí. A gestão democrática do patrimônio cultural passa pela articulação das instituições patrimoniais, pelo apoio do poder público, pela mobilização dos órgãos de justiça, pelo importante papel das universidades como agentes promotoras de ensino e de cidadania e pelo papel do turismo. Além disso, tem-se a compreensão de que gestão não se faz sem uma análise econômica em que parcerias viáveis e não predatórias são possíveis, aliando práticas sustentáveis com o desenvolvimento humano.

O modelo de gestão implantado pela UFSC teve significativos méritos ao nos permitir problematizar o importante papel que uma gestão democrática deve ter em uma política patrimonial comprometida com a pluralidade e com a diversidade da sociedade brasileira. E mais, faz-nos refletir sobre as possibilidades e as potencialidades de uma instituição de ensino sobre modelos de extensão universitária atrelados a uma concepção mais próxima à efetivação dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes>. Acesso em: 22 dez. 2017.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CARVALHO, Fernanda R. T. **Rota do ouro: resgate da memória da mineração em lavras do sul através de seu patrimônio arquitetônico urbano**. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural)–Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Declaração do México**. México: Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, 1985.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988**: a representação de interesses e sua aplicação ao Programa Nacional de Apoio à Cultura. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

EGREJAS, Marisa. Roteiros dos fortes: diálogo, pertencimento e *webdocumentário* no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 240-250, dez. 2015.

FRANKLIN, Leopoldo. Reflexões sobre o conceito e a função da Universidade Pública. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, 2001.

MACHADO, Rosângela Maria de Melo. **Fortalezas da ilha de Santa Catarina**: um panorama. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1994.

MORETTO NETO, Luís *et al.* Universidade e compromisso social: atividades de extensão sob a ótica da gestão social. **Pensamento e Realidade**, São Paulo, ano XV, n. 2, 2012.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2006.

_____. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Rosemar. **Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: uma ação universitária**. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Universitária)–Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TEIXEIRA, Paulo Roberto. Fortaleza de São José da Ponta Grossa: um dos vértices do triângulo de segurança da baía de Santa Catarina. **Revista da Cultura**, Florianópolis, n. 16, p. 52-63, abr. 2010.

_____. Fortaleza de São José da Ponta Grossa: um dos vértices do triângulo de segurança da baía de Santa Catarina. **Revista Da Cultura**, Florianópolis, n. 16, p. 52-63, abril 2010.

TONERA. **Fortalezas Multimídia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. 1 CD-ROM. (Projeto Fortalezas Multimídia).

_____. O banco de dados mundial sobre as fortificações e suas contribuições para o turismo como guia. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 53-64, out. 2013. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno>>. Acesso em: 23 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.fortalezas.ufsc.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

ANEXO 2 – A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O TURISMO PEDAGÓGICO NAS FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA COMO ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MILITAR EM FLORIANÓPOLIS-SC

OLIVEIRA, A. P. ; GUSSO, L. S. C. ; CUNHA LIMA, F. B.

1.Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – UNIVILLE

Rua Paulo Malschitzki, 10, Zona Industrial Norte – Cidade de Joinville-SC, Brasil

alessandro.oliver@hotmail.com

2.Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – UNIVILLE

Rua Paulo Malschitzki, 10, Zona Industrial Norte – Cidade de Joinville-SC, Brasil

lu_anacarvalho@yahoo.com.br

3.Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – UNIVILLE

Rua Paulo Malschitzki, 10, Zona Industrial Norte – Cidade de Joinville-SC, Brasil

felipebcl2@hotmail.com

Resumo: Este artigo é parte das reflexões realizadas sobre as estratégias de proteção e preservação das fortalezas brasileiras como patrimônio militar e patrimônio mundial (UNESCO) no âmbito do projeto de pesquisa DIPATRI, no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE. Nesse sentido, o tema central abordado são as ações e as intervenções promovidas pelos gestores das fortalezas com apelo à valorização, pertencimento e preservação do patrimônio cultural fortificado do conjunto das três fortificações que fazem parte do Sistema de Defesa Triangular da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis-SC): as Fortalezas de Santo Antônio Ratonés, Santa Cruz de Anhatomirim e a de São José da Ponta Grossa esta, última, não inclusa na lista indicativa a Patrimônio Mundial da UNESCO. Busca-se com a investigação analisar como o desenvolvimento da modalidade do turismo educativo e pedagógico visa romper com o modelo tradicional de visitas guiadas, mediante atividades que se configurem como experiências pessoais de aprendizagem, possibilitando a interação entre a teoria apresentada em sala de aula e a prática vivenciada durante a visitação. Em vista destes aspectos o artigo tem como objetivo descrever as atividades de educação patrimonial e as práticas de turismo pedagógico que promovem ações de preservação e conservação do patrimônio nas fortalezas.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, educação patrimonial, turismo pedagógico, fortificações, preservação.

Introdução

Entendendo a busca pela mobilização para salvaguarda do patrimônio cultural fortificado da cidade de Florianópolis, Santa Catarina, o referido artigo aborda como as práticas e o desenvolvimento de atividades turísticas com a expectativa de promover visitas aos espaços patrimoniais das fortificações da cidade, sob o formato do turismo pedagógico, articulam medidas com o intuito de proporcionar o contato entre a teoria exposta em sala de aula com as práticas vivenciadas em campo. As ações realizadas se configuram como atividades de educação patrimonial e como tal se convertem em estratégias e ferramentas que a nosso ver possibilitam o desencadeamento de medidas de preservação, valorização e dinamização das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, que são geridas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O complexo é formado pelas fortalezas de Santo Antônio Ratones, de Santa Cruz de Anhatomirim e a de São José da Ponta Grossa, que formam o Sistema de Defesa Triangular da Ilha de Santa Catarina. Destacamos que o interesse em fomentar ações de turismo sob o viés pedagógico é em parte motivada pelo fato das duas primeiras fortalezas citadas estarem inclusas na lista indicativa a Patrimônio Mundial da UNESCO. Este conjunto de fortificações aqui apresentado é nosso objeto de estudo nesse trabalho que tem como objetivo principal descrever as atividades de educação patrimonial e as práticas de turismo pedagógico que promovem ações de preservação e conservação do patrimônio nas fortalezas.

O percurso metodológico adotado é qualitativo para coleta e análise de dados, e foi realizado através de um levantamento bibliográfico e documental, como também por meio da exploração do site do Banco de Dados Temático sobre fortificações (fortalezas.org), ferramenta esta idealizada e desenvolvida pelo Programa de Pesquisa e Extensão da UFSC. Partindo dessa perspectiva apresentaremos inicialmente a relação conceitual entre os principais temas abordados: educação, turismo e patrimônio. Como resultado dessa abordagem espera inferir se as iniciativas desenvolvidas corroboram para salvaguarda dos patrimônios em questão e em que grau isto ocorre.

O Sistema Triangular de Defesa e suas Fortalezas

Criadas em meados do século XVIII pelo engenheiro militar Silva Paes, as fortificações pesquisadas faziam parte do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina cuja finalidade era proteger a mesma das invasões estrangeiras, guarnecendo a barra norte da Ilha e também auxiliando na manutenção do território português no sul do Brasil (TONERA, 2001). Esse sistema era constituído pelas fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim (1739), localizada no atual município de Governador Celso Ramos, São José

da Ponta Grossa (1740) e São Antônio de Ratonos em Florianópolis (1740). As fortalezas foram tombadas pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) já em 1938, após o decreto nº 37 de 1937, que materializou a proteção jurídica proteção do patrimônio Cultural no Brasil. Com relação a sua arquitetura essas fortificações segundo Toner (2012, p.77) “foram influenciadas por outras erguidas pelos portugueses na Europa, Ásia e África”.

As fortalezas formavam o chamado “triângulo defensivo” sendo invadidas pelos espanhóis em 1777, fato este que permitiu que os invasores ficassem no território da Ilha até ser assinado o tratado de Santo Idelfonso, que definiu a colônia de Sacramento e a Ilha de São Gabriel, atualmente na região do Uruguai e a região dos Sete Povos das Missões, na área oeste do estado do Rio Grande do Sul, ficariam de posse da Espanha. Portugal exerceria posse sobre a margem esquerda do rio da Prata e, com isso, novamente sobre a Ilha de Santa Catarina, as fortificações voltaram para a posse das tropas portuguesas (TONERA, 2001). Contudo, já em meados do século XIX elas não eram mais utilizadas para fins militares, pois o sistema defensivo foi considerado obsoleto (TONERA, 2001). Estes patrimônios de arquitetura militar passaram por um grande período de abandono e ruínas, alguns fatores como a desativação do porto de Florianópolis na década de 1960, o acesso difícil e restrito as ilhas onde se encontram as fortificações, “o não reconhecimento pela sociedade local do valor histórico e cultural dessas construções” (TONERA, 2012 p.78) e a ineficácia do próprio sistema defensivo considerado ultrapassado, influenciaram diretamente para o período de abandono que estes fortes passaram.

A fortificação de Anhatomirim é a maior em estrutura edificada do sistema defensivo da ilha. A fortaleza foi erguida em 1739 por Silva Paes e igualmente as suas coirmãs foi invadida em 1777 pelos espanhóis sem qualquer resistência, porém Anhatomirim teve uma vida útil maior no decorrer da sua história serviu não só como aquartelamento, também foi sede do primeiro governo da capitania de Santa Catarina (1739-1744), serviu de hospital de convalescença durante a Guerra do Paraguai e cenário de execuções durante a Revolução Federalista como também serviu de prisões durante a Revolução Constitucionalista (MACHADO, 1994). Seu processo de restauro inicia em 1974 e contou com o apoio dos integrantes do IPHAN, a Universidade a gestão assumiu em 1979 e foi aberta a visitação em 1984 (MACHADO, 1994). Atualmente a fortificação, segundo UFSC (2018), é a mais visitada recebendo um público anual de 101.578 pessoas. A fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim juntamente com a de Santo Antônio Ratonos foi seleciona pelo IPHAN junto a um conjunto de outras 17 fortificações do território brasileiro a entrar na lista indicativa a Patrimônio da Humanidade, com isso elas representam não só Santa Catarina, mas toda a região sul do Brasil na lista indicativa a Patrimônio Mundial da UNESCO, essas fortalezas são um legado

do patrimônio cultural militar no Brasil e foram essenciais para a demarcação territorial Brasileira.

A fortaleza de São José da Ponta Grossa localizada entre as praias do Forte e Jurerê é a única do sistema defensivo da ilha, cujo acesso é por terra. A fortificação é patrimônio cultural brasileiro foi tombado em 1938 pelo Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1989 a Universidade Federal de Santa Catarina passa a gerir esse patrimônio, que através do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina com o apoio da Fundação do Banco do Brasil e do IPHAN consolida o processo de restauro da mesma, foi aberta para visitação pública em 1992 (TEIXEIRA, 2010, p.54).

A fortificação de Santo Antônio Ratonos é a terceira do sistema defensiva ela está localizada na ilha de Ratonos Grande. Construída, por Silva Paes, no mesmo período da fortaleza de Ponta Grossa, em 1740, a fortificação foi a que menos modificações sofreu durante seu processo de restauro o mesmo que iniciou 1982 depois com a efetiva participação de alunos, professores da UFSC e empresários da cidade (TEIXEIRA, 2010, p.63). No decorrer do século XIX ficou obsoleta devido a ineficácia do sistema defensivo da ilha. Inicialmente sob a jurisdição da Marinha do Brasil a fortaleza foi cedida à gerência da UFSC em 1989 (TONERA, 2001). Juntamente com sua coirmã no ano 2015 entrou na lista indicativa a Patrimônio Mundial da Humanidade na categorização monumentos seriados.

A Educação Patrimonial como Forma de Preservação do Patrimônio

O campo do patrimônio Cultural no Brasil, após a Carta Magna de 1988 passou por significativas modificações materializadas pelo artigo 216 da Constituição Federal, que ampliou o conceito de patrimônio. Esse avanço do patrimônio, na esfera conceitual, foi influenciado pela “onda patrimonializadora” que ocorreu, em âmbito global, principalmente após a primeira Conferência Geral da UNESCO em 1972 que trouxe no seu âmbito que os sítios reconhecidos como patrimônio da humanidade pertenciam a todos os povos do mundo. Para Pelegrini (2006, p.69) a Carta Constitucional de 1988 “representou avanços na luta em prol da cidadania e das políticas preservacionistas” como também “retomou alguns pressupostos de preservação reafirmando que a ação em prol do bem devia se desenvolver independente da de tombamento e com base nas referencialidades dos bens”.

Outra ferramenta crucial, no que tange a legislações de preservação e valorização dos bens patrimoniais culturais, foram às cartas internacionais, elas abordavam diversas questões acerca da preservação e restauração do patrimônio mundial, tendo, sem dúvida, influenciado as iniciativas preservacionistas nacionais. Para Chuva (2009, p.153) “a identidade nacional foi reconfigurada sofrendo algumas transformações e é nessa

conjuntura que ocorre a ampliação da noção de patrimônio”. Com esse novo patamar que o patrimônio alcançou tornou se essencial à elaboração de estratégias de preservação e difusão do patrimônio como também a construção de políticas públicas para conservação e desenvolvimento das regiões onde se encontram os bens, além de permitir que a comunidade tenha um acesso democrático sobre esses patrimônios.

Com a nova configuração do patrimônio cultural no cenário nacional, pós Constituição de 1988, a educação patrimonial tornou se uma ferramenta fundamental na preservação sustentável do bem, na valorização cultural, no reforço dos laços identitários, reativação da memória local e no fortalecimento do sentimento de cidadania. Segundo Grunberg (2009, p.166).

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

A educação patrimonial por ser um “processo educacional permanente que tem na sua centralidade o patrimônio cultural” (HORTA,1999) como fonte primária de conhecimento possibilita o indivíduo ou a comunidade a se conectar com o patrimônio restabelecendo laços de afetividade, reativando a memória local, possibilitando a produção de novos conhecimentos sobre o bem cultural, com isso valorizando a pluralidade do patrimônio e “capacitando todos para um melhor usufruto desses bens” (Medeiros, 2009, p.7) e principalmente ensinando as futuras gerações a conhecer, preservar e difundir o patrimônio. A Educação Patrimonial fornece elementos que possibilitem a percepção do espaço cultural pela população, para Medeiros (2010) ela tem como uma das principais finalidades “estimular o diálogo entre a sociedade e os órgãos responsáveis pela identificação, proteção e promoção do Patrimônio Cultural”. É essencial salientar que a educação patrimonial é um vetor na democratização do patrimônio, pois com a prática da mesma a população tem acesso ao conhecimento sobre o bem como também auxilia no processo de participação popular na gestão do mesmo.

As fortificações da Ilha de Santa Catarina capitaneadas pela UFSC têm realizado trabalhos de preservação da memória dessas fortificações reforçando os laços de identidade entre o patrimônio e a comunidade que ele está inserido. Este processo de resgate histórico das fortificações catarinenses através do programa Fortaleza da Ilha de Santa Catarina se deu com ações de conservação, dando novos usos a espaços restaurados, em parcerias com outras instituições proporcionando o envolvimento da comunidade com o patrimônio, utilizando estratégias como a produção de folders, vídeos e exposições diversas e também

de prática pedagógica materializada no trabalho de educação patrimonial para crianças do ensino infantil e fundamental cuja finalidade é de “sensibilizar os alunos para a importância de valorizar e preservar as fortalezas da Ilha de Santa Catarina, que são Patrimônio Histórico Nacional” fazendo a partir do aprendizado sobre sua criação, uso, abandono, recuperação e transformação em museu ao ar livre. (CFSC, 2017). Esse trabalho pedagógico nomeado de “Aprender sobre história também é coisa de criança” ocorre com “contações de histórias sobre as fortificações e logo em seguida uma visita a fortificação” (CFSC, 2017).

Esse projeto, elaborado pela UFSC, corrobora com a fala de Medeiros (2012, p.299) na qual cita que a educação patrimonial pode ser “instrumento de alfabetização cultural que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. Partindo da perspectiva da relação entre preservação e Educação no âmbito patrimonial, Júnia Sales Pereira e Ricardo Oriá (2012, p.163) enfatizam que “a política de Patrimônio Histórico esteve sempre atrelada à ideia de que a preservação dos bens culturais estivesse associada ao processo educativo das novas gerações”.

Outro projeto de impacto na difusão e dinamização do patrimônio fortificado de Florianópolis, que possui na sua essência um viés pedagógico, e que é vinculado à Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina que faz parte do Programa de Extensão da UFSC nomeado de Fortalezas Multimídia é o Banco de Dados Temático sobre Fortificações. Essa ferramenta digital, segundo Tонера, um dos seus criadores, tem como um dos principais objetivos:

Atender os públicos bastante diversos como estudantes e professores de vários níveis de escolaridade, entidades de preservação e entidades mantenedoras dos monumentos, especialistas em fortificações, profissionais de arquitetura, arqueologia, história, cultura e turismo, entre outras áreas, e público em geral, que podem utilizá-lo a partir de um cyber café, do computador da sua escola, da sua instituição, ou da sua residência (TONERA, 2010, p.4).

É importante salientar que esse banco de dados possui acesso gratuito e multilíngue, dentro da sua funcionalidade a ferramenta não é só para consulta, mas também permite que colaboradores possam inserir dados novos sobre as fortificações no âmbito global, com isso, é notório o quanto esse projeto inovador contribui diretamente na democratização, através do compartilhamento de informações, do conhecimento sobre esse patrimônio cultural militar fortificado, além servir como um instrumento de educação patrimonial reforçando os laços

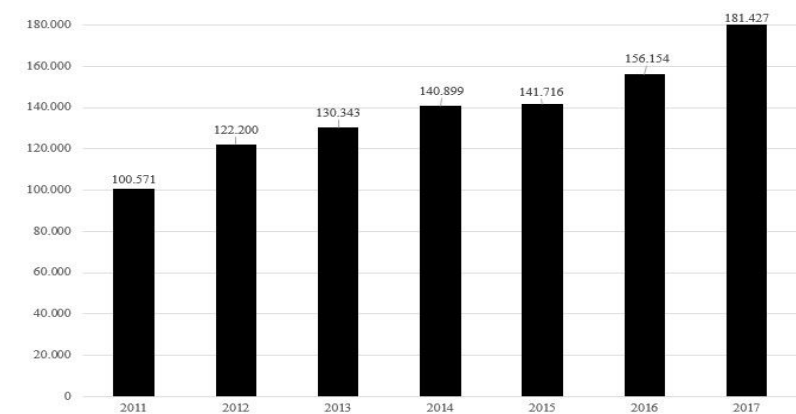
de identidade entre a sociedade e o patrimônio como também preservando e divulgando este tipo de bem patrimonial. Nessa linha de pensamento a ferramenta digital, no que tange a educação do patrimônio, se encaixa com a afirmação de Medeiros (2012, p.299) que diz que um dos objetivos da educação patrimonial é “levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural” como também aproximar a população ao patrimônio através de sua memória de “forma agradável, prazerosa e lúdica”.

É importante frisar que dentre essas fortificações aqui abordadas duas (Anhatomirim e Ratonés) estão na lista a Patrimônio Mundial da UNESCO e nas diretrizes da candidatura das mesmas normatizadas pela Carta do Recife, a educação patrimonial e o turismo são dois pilares que norteiam o documento, na Carta as atividades educativas, no que tange ao patrimônio fortificado, são incentivadas “Estimular iniciativas de educação patrimonial que favoreçam a apropriação das Fortificações a partir do conceito ampliado de Patrimônio Cultural” (MINC, MTUR, MD 2017, p.2).

O Turismo Pedagógico como Instrumento de Preservação do Patrimônio

Conhecida por suas quarenta e duas praias ao longo do seu litoral sendo destino consolidado de sol e praia para turistas do Brasil e do exterior, a cidade de Florianópolis, possui também, como um dos atrativos turísticos,¹ as fortificações erguidas no decorrer do século XVIII que são Patrimônio Cultural Brasileiro. Com estratégias para dinamizar o turismo nas fortalezas a UFSC, gestora das mesmas, criou incentivos para o aumento das visitas a esse patrimônio fortificado no ano de 2017 iniciou o dia da gratuidade na qual o visitante é isento de pagar ingresso para adentrar nas fortalezas, a ação ocorre no primeiro domingo de cada mês, segundo o CFSC (2017) “Desde que começaram, em agosto de 2017, os domingos de gratuidade têm sido um atrativo para a visita das fortalezas, que além de patrimônios históricos são uma opção de cultura e lazer para o público”. O aumento significativo no número de turistas está correlacionado também, segundo o CFSC (2017) há uma “maior divulgação dos monumentos na mídia e criação da página da coordenação nas redes sociais, ampliando assim a visibilidade e o conhecimento sobre as fortalezas” e com o programa de educação patrimonial. O quadro abaixo mostra o aumento gradativo do turismo nas fortalezas.

Figura 01: Gráfico de visitas às fortificações de 2011 a 2017



Fonte: CFSC 2017

O Turismo, na esfera do patrimônio, procura estabelecer vínculos identitários, segundo Egrejas (2015, p.248) “o lugar turístico pode ser considerado um lugar de pertencimento para o frequentador e morador”. O turismo, portanto pode se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento local, ou seja, o turismo pode estimular a dinamização da região onde o patrimônio está inserido com o surgimento de novos equipamentos e serviços, e desse modo agir também como vetor de proteção e da sustentabilidade do bem, além de, segundo Toneria (2013, p.53) aliado ao lazer e a educação, ele se transforma em um vetor na democratização do conhecimento histórico e na própria valorização do patrimônio. Partindo desse pressuposto do imbricamento entre o turismo e a educação no processo de preservação do bem patrimonial, o turismo pedagógico surge como um elo fundamental, através das práticas pedagógicas, no processo de preservação e difusão do bem.

Este segmento turístico visa romper com o modelo tradicional de visitas guiadas, mediante atividades que se configurem como experiências pessoais de aprendizagem, possibilitando a interação entre a teoria apresentada em sala de aula e a prática vivenciada durante a visitação como descrito na fala a seguir:

O turismo pedagógico é uma maneira de oferecer aos estudantes a oportunidade de conhecer melhor uma determinada região e vivenciar a história, as tradições, os hábitos e os costumes da população local, por meio de aulas práticas no próprio destino receptor (MOLETTA, 2003, p. 11).

Este modelo de turismo procura apresentar aos estudantes a oportunidade de aprender na prática o que foi visto nos conteúdos trabalhados em sala de aula. É fundamental enfatizar que o turismo pedagógico não se resume somente a simples passeios escolares, mas sim “uma atividade educacional a qual contextualizará a teoria do real, em

um espaço de ensino fora das quatro paredes de uma sala de aula” (SILVEIRA, 2008, p. 4). A implementação dessa prática pedagógica com viés turístico seria de exímia importância na preservação do patrimônio fortificado, pois permitiria aos alunos terem oportunidade de associar o conhecimento aprendido em sala de aula à cultura dentro de uma ótica multidisciplinar assim ampliando os olhares sobre o patrimônio cultural, como também “proporcionaria uma visão crítica e reflexiva da realidade” (NAKAMURA, 2012, p. 4).

A prática deste segmento turístico e o seu desenvolvimento através do processo de ensino e aprendizagem torna-se uma ferramenta no reforço dos laços de identidade entre o patrimônio e a comunidade que ele está inserido, além de ser um fator preponderante na democratização do conhecimento acerca do mesmo, pois nele o aluno ao visitar o local interage com o bem cultural ele o “sente” e vivencia o que foi abordado dentro da sala de aula. Para Milan (2007, p.33), no que tange ao aprendizado do aluno, o turismo pedagógico, dentro de um viés cultural, contribui no “conhecimento do patrimônio histórico-cultural e no contato com outras culturas, tradições, hábitos e costumes da população local transformam-se em experiências enriquecedoras, promovendo o intercâmbio entre visitantes e visitados”. A prática do turismo pedagógico no patrimônio cultural fortificado, aqui abordado, seria fundamental para o seu processo de valorização, salvaguarda e difusão do mesmo fazendo do bem patrimonial um lugar de entretenimento, contemplação, construção de conhecimento e cumplicidade social.

A Gestão das Fortificações na Salvaguarda do Patrimônio

No Brasil as políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural ainda são bastante fragmentadas o que acarreta um grande desafio para os gestores no âmbito patrimonial, resultando ainda em uma enorme dificuldade de produção de informações e de diálogo entre as gestões desses bens culturais. Segundo Pelegrini (2014, p.59) a “implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática dos bens[...]”. A falta de diálogo entre as gestões dos patrimônios e os órgãos fiscalizadores tem contribuído para a pouca eficiência das políticas de preservação patrimonial aliado a isso também a falta de participação social nas mesmas, o que impede, de certa forma, a comunidade de ter uma participação eficaz no processo preservacionista do mesmo. Nessa perspectiva, entende-se que a implementação do modelo de gestão compartilhada seria um ponto fundamental no processo de salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil, pois além da integração, mapeamento e compartilhamento

das informações, essa iniciativa, contribuiria para elaboração de políticas públicas para a preservação, dinamização do turismo e do próprio desenvolvimento das regiões onde se encontram os bens.

Dentro dessa idéia, a UFSC, gestora das fortificações abordadas neste artigo, junto ao seu programa de Extensão Universitária através da sua Secretaria de Cultura e Artes (SeCArte) e a Coordenadoria das Fortalezas exercem um trabalho de exímia notoriedade em gestão patrimonial no país, sendo o único Estabelecimento de Ensino superior no Brasil a gerir um patrimônio militar fortificado. A UFSC desde quando assumiu a administração das fortalezas têm buscado gerir esse patrimônio, em um modelo mais atrelado às demandas comunitárias e identitárias, partindo do investimento no turismo cultural, na educação patrimonial e na dinamização e democratização do conhecimento dos fortes de arquitetura militar.

A UFSC tem realizado trabalhos de preservação da memória dessas fortificações reforçando os laços de identidade entre o patrimônio e a comunidade que ele está inserido. Corroborando dentro dessa perspectiva o historiador Le Goff (2003, p.160) salienta a importância da memória para a definição das identidades “é preciso entender o passado pelo presente e o presente pelo passado”.

Lugar de produção, compartilhamento e disseminação do conhecimento, a universidade, tem como um dos seus fundamentos a participação efetiva no desenvolvimento da sociedade sendo capaz de torná-la mais justa e igualitária, contribuindo diretamente na formação do cidadão, como também sendo um vetor responsável pela democratização do conhecimento. A Universidade deve estimular o acesso da sociedade à cultura e no que diz respeito ao patrimônio cultural contribuir na difusão do conhecimento sobre o mesmo, através da pesquisa e extensão, de forma que o cidadão tenha acesso a informações sobre o patrimônio cultural. A UFSC tem exercido um trabalho inédito para uma Universidade como gestora de um patrimônio cultural dessa dimensão e inovador com seus projetos que são referência na difusão da cultura que preserva, valoriza e universaliza esse bem cultural edificado que se tornou um símbolo da sociedade catarinense e que pode se tornar patrimônio da humanidade (fortalezas de Ratones e Anhatomirim) caso receba a chancela da UNESCO como citado anteriormente.

Conclusão

Com base na revisão da literatura e nos documentos acionados durante a pesquisa podemos constatar que o turismo pedagógico e as atividades correlacionadas à educação patrimonial, promovem contribuições para o aprendizado das crianças, ao aproximar a teoria e a prática. Com base na plataforma digital fortalezas.org e demais aspectos levantados na investigação, corroboram para afirmar que esta modalidade turística pode favorecer diretamente para preservação, valorização e dinamização das fortificações analisadas em questão.

Esta observação tem como suporte o entendimento de que as ferramentas educacionais mobilizadas sob o recorte de turismo pedagógico, além de promoverem um maior contato entre os visitantes e as fortificações, ampliaram a noção e a percepção dos mesmos sobre a abrangência do conceito de patrimônio cultural. Essas aproximações, de acordo com o estudo, permitem tornar o bem, um local de trocas, que estimulam a construção de novos conhecimentos, o intercâmbio cultural através de práticas interdisciplinares uma vez que agem de modo a proporcionar um fortalecimento das relações afetivas e de pertencimento da comunidade com estes espaços, e conseqüentemente reforçam os sentimentos de democracia e cidadania.

Referências

Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações. Disponível em: <<http://fortalezas.org>>. Acesso em: dez. 2017.

BRASIL. Ministério Cultura, Turismo, Defesa. **A Carta do Recife.** Seminário Internacional das Fortificações Brasileiras. Recife, 2017. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Recife_2017.pdf. Acesso em 12 mar 2018.

BRASIL, IPHAN. **Brazilian Tentative list 2015 world cultural heritage UNESCO.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 11 de dez 2017.

CANCLINI, N. G. **O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional.** In: Revista do Patrimônio, nº. 23, IPHAN, 1994, p.95-115.

Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.fortalezas.ufsc.br/>>. Acesso em 23 jan. 2018.

CHUVA, Márcia. **Por uma História da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 34, p.149-150, 2012.

DE MEDEIRO, Mércia Carréra; SURYA, Leandro. **A Importância da Educação Patrimonial para a Preservação do Patrimônio**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

GRUNBERG, E. **Educação Patrimonial — Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais**. Revista Cadernos do CEOM p.160-179, 2014. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2133>. Acesso em 10 mar 2018.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras ; GRUNBERG, Evelina ; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. História. In: _____ **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, p. 1-171. 2003.

MACHADO, Rosangela Maria de Melo. **Fortalezas da ilha de Santa Catarina: um panorama**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1994.

MILAN, P. L. **Viajar para Aprender: Turismo Pedagógico na Região dos Campos Gerais – PR**. 125 p. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria – Universidade Vale do Itajaí –UNIVALI. Balneário Camboriú, 2007.

MOLETTA, Vânia Florentino. **Turismo Cultural**. 2º ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS,2000.

NAKAMURA, Gleisy Kelly Yakuso. **Turismo pedagógico e as Possibilidades de Ampliação de Olhares: Roteiros Pedagógicos na Cidade de Santo Inácio-PR**. Anais Eletrônico VI Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica 23 a 26 de outubro de 2012

PELEGRINI, S.C.A. **O Patrimônio Cultural no Discurso e na Lei: Trajetórias do Debate sobre a Preservação no Brasil**. Patrimônio e Memória, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2006.

SALES, Júlia, ORIÁ, Ricardo. **Desafios Teóricos e Metodológicos da Relação Educação e Patrimônio**. Resgate- vol xx, nº 23, jan/jun 2012, p. 163.

SILVEIRA, Rossana. **Turismo Pedagógico em Dourados /MS– Uma Atividade Educacional**. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – SeminTUR, Caxias do Sul, 2008. Disponível em https://www.ucs.br/ucs/tpl/VSemintur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt13-12.pdf. Acesso em 7 mar 2018.

TEIXEIRA. **Fortaleza de São José da Ponta Grossa: Um dos Vértices do Triângulo de Segurança da Baía de Santa Catarina**. Revista Da Cultura, Florianópolis, n. 16, p. 52-63, abril 2010.

TONERA, Roberto. **O Banco de Dados Mundial Sobre as Fortificações e suas Contribuições para o Turismo como Guia**. Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 53-64, out. 2013. Disponível em <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno>>. Acesso em 23 out 2017.

_____. **Fortificações Catarinenses: Patrimônio de Santa Catarina e do Brasil**. Revista História Catarina, n. 48, 2012.

_____. **Fortalezas Multimídia**. Florianópolis: Editora da UFSC, Projeto Fortalezas Multimídia, 2001 (CD-ROM).

AUTORIZAÇÃO

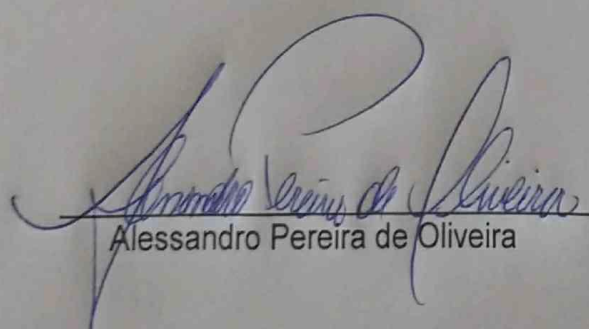
Nome do autor: ALESSANDRO PEREIRA DE OLIVEIRA

RG: 241342351

Título da Dissertação: A CANDIDATURA DO CONJUNTO DE FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS A PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO: A ANÁLISE DO DISCURSO PATRIMONIAL MILITAR NO BRASIL.

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 12 de abril de 2019.



Alessandro Pereira de Oliveira